

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**KAMILE APARECIDA LEMES DE LIMA DE ALMEIDA**

***“PARECIA QUE NÃO TINHA DIA, TODO DIA ERA A NOITE”:*  
NARRATIVAS DE EGRESSOS (AS) DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE PONTA  
GROSSA/PR (2007-2019)**

**PONTA GROSSA  
2021**

**KAMILE APARECIDA LEMES DE LIMA DE ALMEIDA**

***“PARECIA QUE NÃO TINHA DIA, TODO DIA ERA A NOITE”:*  
NARRATIVAS DE EGRESSOS (AS) DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE PONTA  
GROSSA/PR (2007-2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, à Linha de Pesquisa “Instituições, sujeitos, saberes e práticas”, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, Cultura e Identidades.

Orientação: Prof. Dr. Robson Laverdi.

**PONTA GROSSA  
2021**

A447 Almeida, Kamile Aparecida Lemes de Lima de  
"Parecia que não tinha dia, todo dia era a noite": narrativas de egressos (as) do sistema penitenciário de Ponta Grossa/PR (2007-2019) / Kamile Aparecida Lemes de Lima de Almeida. Ponta Grossa, 2021.  
99 f.

Dissertação (Mestrado em História - Área de Concentração: História, cultura e identidades), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Robson Laverdi.

1. Memórias narradas. 2. Prisão. 3. Experiência social. 4. Gênero. 5. Estigma. I. Laverdi, Robson. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. História, cultura e identidades. III.T.

CDD: 981.62

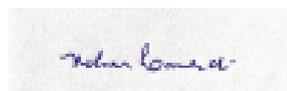
---

## TERMO DE APROVAÇÃO

Kamile Aparecida Lemes de Lima de Almeida

### “PARECIA QUE NÃO TINHA DIA, TODO DIA ERA NOITE”: NARRATIVAS DE EGRESSOS(AS) DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE PONTA GROSSA/PR (2007-2019).

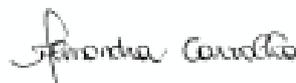
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História – Mestrado em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 23 de fevereiro de 2021, pela seguinte banca examinadora:



Prof. Dr. ROBSON LAVERDI (UEPG)  
(Orientador)



Prof.ª Dr.ª MARTA GOUVEIA DE OLIVEIRA ROVAI (UNIFAL)



Prof.ª Dr.ª ALESSANDRA IZABEL DE CARVALHO (UEPG)

Ponta Grossa, 23 de fevereiro de 2021

Dedico a minha mãe Cleci e meu pai José Laertes que sempre incentivaram meus sonhos. Às mulheres e aos homens que me confiaram suas memórias para a construção dessa dissertação.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela experiência da vida.

Ao Prof. Robson Laverdi, orientador que com muito carinho acreditou nesta pesquisa desde o início, me ajudou a enfrentar os contratemplos ao longo da jornada e os momentos mais tensos e sofridos deste trabalho.

À minha mãe, Cleci Lemes de Lima de Almeida, e meu pai, José Laertes de Almeida, pelo amor, incentivo e sustento financeiro dedicados todos os dias durante a pesquisa. E por me fazerem ter a certeza de que todo esse processo vale a pena.

Aos (as) professores (as) do Departamento de História da UEPG por todo conhecimento transmitido.

Ao Laboratório de Pesquisa em Memória, Cultura e Natureza, pelo apoio e pelas importantes discussões realizadas ao longo da construção da pesquisa.

Às minhas amigas da graduação Natália, Ana Flávia, Tatiane e Vitória pelo incentivo, apoio nas horas mais difíceis e por tornarem essa caminhada mais divertida.

À professora Bruna Alves Lopes que se tornou minha amiga nessa jornada.

Aos meus padrinhos e madrinhas por sempre incentivarem o meu sonho. Em especial Vilmar Lemes Florão, José Ailton de Paula Carriel, Cristiane Xavier, Darcinei de Lima Pinto e Olécia Borochocki que tiveram papel importante em toda essa trajetória.

Aos meus irmãos de coração Bruno Aparecido Florão de Paula Carriel e Matheus Augusto de Paula Carriel e suas esposas Camila e Leticia pela participação nesse processo.

Ao meu amigo Marlon Gonçalves por toda ajuda e apoio.

Aos familiares e amigos por toda solidariedade e apoio.

A todos (as) aqueles que passaram pelo cárcere e tive a oportunidade de conhecer e ouvir suas lembranças.

*Escrevi a minha primeira obra debaixo de estrondos e ameaças de morte. Publiquei-a escrevi a segunda debaixo do mesmo ambiente. Está no prelo. Trabalhar numa atmosfera de morte é minha forma de resistir. Ninguém tem o direito de interromper os meus sonhos. Mesmo que a maldita guerra não termine, se a morte não me ceifar, escreverei o terceiro. Depois de todas estas atividades, há uma interrogação que paira na minha mente: será que escrevendo cada dia mais livros, estou a contribuir para o desenvolvimento da mulher e da sociedade? Às vezes penso que não. Às vezes penso que sim. Porque em primeiro lugar, escrevendo realizo a minha ambição, o meu ego. Sinto que escrever livro não é tudo quanto basta. Sinto que a maior contribuição virá no dia em que conseguir lançar, na terra fértil, a semente da coragem e da vontade de vencer nos corações das mulheres que pertencem à geração do sofrimento. A minha maior realização virá no momento em que a planta brotar, no momento de vê-la crescer. Mesmo antes de vê-la florir, poderei já retirar-me da luta, repousar na sombra mais próxima, em paz e tranquilidade (Paulina Chiziane).*

ALMEIDA, Kamile Aparecida Lemes de Lima de. *“Parecia que não tinha dia, todo dia era a noite”*: Narrativas de egressos (as) do sistema penitenciário de Ponta Grossa/PR (2007-2019). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, 2021.

## RESUMO

A vivência carcerária vem ganhando discussões no ambiente acadêmico, pois o número de pessoas que passam por essa experiência vem crescendo dia após dia. O imaginário social constrói imagens e representações sobre o espaço prisional e aquece o âmbito de discussões sobre violência, segurança pública e punição. Desta forma, os objetos de estudo desta pesquisa foram as narrativas e ressignificações de pessoas que passaram pelo sistema carcerário de Ponta Grossa-PR, no período de 2007-2019. O objetivo foi abordar os preconceitos e estigmas vivenciados em diferentes espaços sociais pelos egressos. Foi utilizada a metodologia prática da história oral de gravações de entrevistas, que contou com depoimentos de sete egressos, entre homens e mulheres. Utilizou-se como referencial teórico a perspectiva de Edward Palmer Thompson sobre o conflito com a lei e a construção de costumes coletivos, as categorias gênero e experiência de Joan Scott, o conceito de memória de Bezerra de Menezes e de identidade a partir de Pollak. Percebeu-se a partir da análise das memórias narradas alguns agravantes do sistema penitenciário, como: o abandono afetivo que as mulheres presas enfrentam, a interrupção do exercício da maternidade, os estereótipos de masculinidade reforçados nos códigos de ética e as tensões vividas no ambiente prisional. Quanto ao período posterior à reclusão, as memórias narradas apontam para o preconceito vivido na sociedade por ser egresso do sistema prisional, mesmo de amigos e familiares; a dificuldade em esquecer as memórias do período de reclusão; e o sonho de utilizar da própria história de vida para inspirar outros que venham a passar pelas mesmas experiências.

**Palavras-chave:** Egressos (as). Memórias Narradas. Prisão. Experiência social. Gênero. Estigma. Preconceito.

ALMEIDA, Kamile Aparecida Lemes de Lima of. **“It seemed like there was no day, every day was night”**: Narratives of graduates of the penitentiary system in Ponta Grossa/PR (2007-2019). Dissertation (Master in History). State University of Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, 2021.

## ABSTRACT

The prison experience has been gaining discussions in the academic environment, as the number of people who go through this experience has been growing day by day. The social imaginary builds images and representations about the prison space and warms up the scope of discussions on violence, public security and punishment. Thus, the objects of study of this research were the narratives and reframing of people who passed through the prison system of Ponta Grossa-PR, in the period of 2007-2019. The objective was to address the prejudices and stigmas experienced in different social spaces by the graduates. The snowball of oral history of interview recordings was used, which included testimonies from seven graduates, between men and women. Edward Palmer Thompson's perspective on conflict with the law and the construction of collective customs, the categories of gender and experience by Joan Scott, the concept of memory by Bezerra de Menezes and identity from Pollak were used as a theoretical framework. From the analysis of the narratives, some aggravating aspects of the prison system were perceived, such as: the emotional abandonment that women prisoners face, the interruption of the exercise of motherhood, the stereotypes of masculinity reinforced in the codes of ethics and the tensions experienced in the prison environment. As for the period after the imprisonment, the narratives point to the prejudice experienced in society for being egressed from the prison system, even from friends and family; the difficulty in forgetting the memories of the period of seclusion; and the dream of using one's own life story to inspire others who may have the same experiences.

**Keywords:** Graduates. Narrated Memories. Prison. Social experience. Genre. Stigma. Preconception.

## LISTA DE SIGLAS

CRAF	Centro de Regime Semiaberto Feminino
HO	História Oral
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
LEP	Lei de Execução Penal
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
PR	Paraná
PAT-UEPG	Patronato Penitenciário
PFP	Penitenciária Feminina de Piraquara
PFA	Penitenciária Feminina de Regime Semiaberto
PCC	Primeiro Comando da Capital
PG	Ponta Grossa
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
VEP	Vara de Execuções Penais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 1 - CHEGADA À PRISÃO</b> .....	19
1.1 RAZÕES, HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA. ....	19
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PRISÃO .....	28
1.3 COSTUMES E IDENTIDADES .....	33
<b>CAPÍTULO 2 - RELAÇÕES DE GÊNERO NA PRISÃO</b> .....	42
2.1 GESTAR, PARIR E SER MÃE NO CÁRCERE .....	42
2.2 HIERARQUIA, FILHOS E CASAMENTO .....	57
<b>CAPÍTULO 3 - IDENTIDADE E ESTIGMA DE EGRESSO DO SISTEMA CARCERÁRIO</b> .....	69
3.1 SAÍDA DA PRISÃO .....	69
3.2 INSERÇÃO OU REINCIDÊNCIA .....	72
3.3 IDENTIDADES E RESSIGNIFICAÇÕES .....	76
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	89
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	92
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	97

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação visa apresentar e discutir a experiência narrada e as ressignificações de pessoas que passaram pela prisão na cidade de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, entre os anos de 2007 a 2019. A proposta é contribuir no campo historiográfico sobre pessoas que passaram pelo encarceramento, campo de estudo que vem se fortalecendo gradualmente nas últimas décadas. Esse campo de estudos está entrelaçado às dinâmicas históricas e sociais do aumento da população carcerária no Brasil, que atualmente atinge cerca de 759 mil pessoas reclusas. (CNN BRASIL, 2020). Os dados do Ministério da Justiça apontam que entre janeiro de 1992 e junho de 2013 a população carcerária aumentou 403%, enquanto a população cresceu 36% (AGÊNCIA BRASIL, 2014). Em Ponta Grossa a Cadeia Pública Hildebrando de Souza em 26 de julho de 2000 contava com aproximadamente de 117 a 146 internos e suas estruturas comportavam 80. (MULLER, 2000). Em 2019 a cadeia contava com aproximadamente de 900 a 920 internos e sua capacidade máxima é de 208 reclusos. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 2019).

Esta dissertação se inscreve como esforço de pesquisa que parte da metodologia da história oral de vida, numa perspectiva de inscrever experiências vivências carcerárias e suas conexões com as várias dimensões societárias do antes e do depois desse processo. Além disso perceber como as pessoas viveram esses processos para além dos números do encarceramento em Ponta Grossa, partindo das trajetórias dos colaboradores, que além das estatísticas vão se corporificando em experiências vividas narradas.

A escolha pelo objeto de pesquisa possui relação direta com a vivência da pesquisadora em uma região considerada como periferia da cidade de Ponta Grossa (afastada da região central e de população mais carente), pois desde a infância, muitas pessoas que cruzaram seu caminho viveram trajetórias complexas, envolvendo a experiência do conflito com a lei e da privação da liberdade. O contato com pessoas foi se intensificando com os anos, pois muitos ex-colegas de colégios se envolveram em tais situações. Essa vivência, diferente do perfil da pesquisadora e dos colegas do âmbito acadêmico chamou a atenção para analisar o objeto no campo historiográfico.

Um dos primeiros passos adotados para conhecer os debates em torno das instituições penais, internos e egressos do sistema, foi a participação em atividades do Programa Patronato Penitenciário PAT-UEPG, um projeto de extensão universitária da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).<sup>1</sup> O PAT é coordenado pelo curso de Serviço Social, com atuação do

---

<sup>1</sup> O PAT-UEPG é vinculado aos departamentos de Serviço Social, Direito, Administração e Pedagogia da UEPG. O PAT-UEPG conta com uma parceria com o curso de Psicologia da Faculdade Santana de Ponta Grossa.

curso de Direito, Pedagogia, Administração (todos da UEPG) e Psicologia da Faculdade Sant'ana, ou seja, é um projeto que exerce funções e suscita debates interdisciplinares. A participação nessas atividades ocorreu no período de 2016-2017, resultou em um trabalho de iniciação científica<sup>2</sup>, e, posteriormente, no trabalho de conclusão de curso<sup>3</sup> de Bacharelado em História pela UEPG. A participação no PAT-UEPG também contribuiu para o contato com outras pessoas de vivências semelhantes ao foco do estudo.

De modo a cumprir o objetivo da pesquisa, a metodologia adotada neste trabalho para a produção de entrevistas foi a história oral para ouvir as vozes das pessoas que passaram pela experiência de reclusão em Ponta Grossa, e como uma sub metodologia indicação em *bola de neve* para chegar ao grupo de pessoas desejadas. Após a elaboração do roteiro de entrevista, preparação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contatos, gravação da entrevista, escuta e transcrição.

Foram elencadas categorias chaves para a análise que surgiram nas memórias narradas. A partir de Alessandro Portelli compreende-se que “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”. (PORTELLI, 2012, p. 31). Assim, a partir do uso da metodologia da história oral o engajamento desta dissertação, em acordo com Marieta Ferreira está “Na recuperação da história dos excluídos, os depoimentos orais podem servir não apenas a objetivos acadêmicos, como também constituir-se em instrumentos de construção de identidade e de transformação social.”. (FERREIRA, 2002, p. 327). E assim, aprofundando análises sobre os usos da memória e suas ressignificações.

À metodologia da história oral foram associados os procedimentos metodológicos de indicação de colaboradores também conhecido como *bola de neve*, que de acordo com Juliana Vinuto realiza um “Tipo de amostragem, uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência.”. (VINUTO, 2016, p. 202). Ainda de acordo com a autora:

Apesar de suas limitações, a amostragem em bola de neve pode ser útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados ou estudados, bem como quando não há precisão sobre sua quantidade. Além disso, esse tipo específico de amostragem também é útil para estudar questões delicadas, de âmbito privado e, portanto, que requer o conhecimento das pessoas pertencentes ao grupo ou reconhecidos por estas para localizar informantes para estudo. (VINUTO, 2016, p. 201).

---

<sup>2</sup> O trabalho foi intitulado: “O Programa Patronato Penitenciário de Ponta Grossa numa perspectiva histórica das dinâmicas locais de reinserção social”, sob orientação do Prof. Dr. Robson Laverdi.

<sup>3</sup> O trabalho foi intitulado “Entre a barbãrie na terra e a humanização das penas”: o cenário de institucionalização e desenvolvimento do Programa Patronato Penitenciário 1977-2017”, sob orientação do Prof. Dr. Robson Laverdi.

As pessoas que passaram pela experiência de prisão tangem uma dinâmica histórica de sociabilidade e vivências de preconceitos em comum. A técnica *bola de neve* de indicações foi a ferramenta metodológica mais indicada para conseguir contato com o perfil de público estabelecido nesta pesquisa, visto que tais sujeitos vivenciam fortes preconceitos mesmo após o cumprimento da pena, o que dificultaria o contato: por receio do olhar do outro, pelas investigações criminais, dentre outros motivos. Assim essa técnica possibilitou, a partir de um primeiro entrevistado que confiou na pesquisadora, entrar em contato com outros sujeitos que, de outra forma, não seriam receptivos aos pesquisadores.

As pessoas selecionadas para as entrevistas são sujeitos que entraram em conflito com a lei em algum momento da vida e, no período da entrevista, não possuíam nenhum vínculo institucional com o Patronato. A escolha pelo não vínculo se explica pelo fato de que a vinculação de um sujeito a uma instituição pode interferir em sua fala. Ou seja, a fala do indivíduo pode se dissolver no discurso institucional.

Esta dissertação trouxe as discussões sobre encarceramento para um campo historiográfico de estudos que se engaja em uma perspectiva interdisciplinar, dado que para Marc Bloch “[...] a exaltação de uma ‘historiografia do problema’ é a importância de uma produção voltada para todas as atividades humanas e por fim a necessidade de uma colaboração interdisciplinar.” (BLOCH, 2002, p. 10). Assim, fez-se necessário realizar um diálogo entre as áreas do Direito, Antropologia, Sociologia, Psicologia e Pedagogia, que se dedicam ao estudo de pessoas que passaram pela instituição prisional.

Inicialmente, foi realizado um levantamento de nomes de possíveis colaboradores a partir de indicações de amigos em comum e de pessoas que participaram das atividades do Programa Patronato. Os primeiros contatos estabelecidos foram realizados via redes sociais, pelas quais conseguimos aproximação com os colaboradores. Aos poucos foram explicados os objetivos da pesquisa e foi garantido de antemão que suas identidades seriam preservadas, com a utilização de pseudônimos e a retirada de qualquer informação que os pudessem identificar, para garantir sua integridade física e psicológica e possíveis retaliações que viessem a sofrer por parte de pessoas envolvidas com o crime, ou não.

Assim, todos os nomes mencionados ou citados nesta dissertação são nomes fictícios. Após muitos diálogos estabelecidos (tanto no espaço virtual, quanto no espaço pessoal) aguardou-se cuidadosamente para que as gravações das entrevistas fossem realizadas quando eles se sentissem confortáveis para se reportarem à memória da experiência de prisão. Assim, visou-se respeitar o tempo necessário para que o entrevistado pudesse estabelecer uma relação

de confiança ao narrar suas memórias, principalmente por se tratar de lembranças sensíveis e delicadas como as da experiência de reclusão.

Os participantes que estão inseridos na pesquisa assinaram consentimento voluntário. De acordo com o Código de Nuremberg,<sup>4</sup> citado por Lara Pereira e Jaqueline Cardoso:

[...] o consentimento voluntário significa que as pessoas que serão submetidas aos experimentos devem ser legalmente capazes de dar consentimento. Sem qualquer interferência ou pressão por parte do pesquisador. Esse item é importante para o fortalecimento do direito de escolha dos possíveis participantes, que deverão estar totalmente cientes do que estará sendo pesquisado antes de tomar sua decisão. (FERREIRA; CARDOSO, 2013, p. 68-69).

De acordo com declaração de Helsinque<sup>5</sup>, “[...] a ética na pesquisa passa a ser oficialmente regulamentada, colocando o bem-estar dos participantes como prioridade frente às pesquisas.”. (FERREIRA; CARDOSO, 2013, p. 69).

Foi elaborado minuciosamente um questionário pré-estruturado<sup>6</sup>, constituído de perguntas sobre a história de vida antes do período de reclusão, que foram utilizadas para compreender a história de vida como substância da experiência, e poder entrar no assunto das lembranças da prisão e o retorno à liberdade. Todavia, o objetivo principal sempre foi que pudessem narrar de acordo com suas memórias, para não precisarmos realizar grandes interferências de questionamentos, os quais poderiam despertar sensibilidades e sofrimento momentâneo e, até mesmo posterior à gravação da entrevista.

A partir das discussões mencionadas, foi escolhido um perfil de colaboradores: maiores de 18 anos e capazes legalmente de dar consentimento. A partir da declaração de Helsinque justificamos o respeito ao tempo e a escolha da pessoa de participar ou não da gravação das entrevistas. No percurso de contato com o grupo foram obtidas algumas respostas de negação às participações e os motivos não foram questionados, pois compreende-se que é um direito humano a escolha pelo silêncio e pelo esquecimento. Nesse mesmo percurso existiram “as entrevistas agendadas, mas não gravadas” pelo fato de algumas pessoas retornarem ao sistema penitenciário e outras vierem a óbito (por causas naturais, acidentes e até

---

<sup>4</sup> Surgiu em 1947, em decorrência dos cruéis experimentos praticados pelo nazismo durante a Segunda Guerra Mundial - que utilizavam seres humanos em situação de vulnerabilidade para experimentos dolorosos, humilhantes e letais. Considerado o primeiro documento de proteção ética, visando o amparo dos participantes nas pesquisas que envolviam seres humanos. Os artigos do referido documento deixam claro a proteção dos direitos humanos, sendo que a partir desse momento torna-se essencial a anuência dos participantes no processo ao qual estão inseridos. (PEREIRA; CARDOSO, 2013).

<sup>5</sup> A declaração de Helsinque foi desenvolvida pela Associação Médica Mundial, no intuito de fornecer orientações a médicos e outros participantes de pesquisas clínicas envolvendo seres humanos.

<sup>6</sup> O questionário está inserido no Apêndice A.

mesmo porque alguns foram assassinados). Com esses critérios e cuidados, chegou-se ao número de vinte possíveis colaboradores. Nesse momento eram apenas homens, pois as mulheres que foram contatadas não possuíam nenhum interesse em participar da pesquisa, por se tratar de lembranças traumáticas.

Dos vinte homens selecionados previamente, apenas quatro se deixaram gravar. Não foi possível estabelecer contato com seis deles e quatro possíveis colaboradores não quiseram participar da pesquisa. Dois retornaram à prisão, quatro foram a óbito: dois foram assassinados (um deles por uma dívida de droga no valor de R\$30,00), um morreu em um acidente e outro teve problemas de saúde. Em meio à angústia de ter uma lista com vinte nomes e apenas quatro entrevistas que foram realmente gravadas, surgiu a possibilidade de entrevistar três mulheres por indicação de seus familiares. Assim totalizaram sete entrevistas.

Brevemente, serão apresentados os sujeitos colaboradores, por ordem de realização das entrevistas. Neste espaço pretende-se visibilizar e singularizar cada um, não os deixando diluídos no texto, possibilitando que no decorrer das descrições e análises das entrevistas, caso os leitores não lembrem quem é quem, poderão voltar à introdução e consultar este espaço.

O primeiro contato estabelecido foi com Antônio, 34 anos, através de conversas via redes sociais, que foi possível, inicialmente, a partir de conhecidos em comum. Nas primeiras conversas, Antônio contou que estava no regime semiaberto e realizava visitas à sua família de três em três meses. Eram nessas visitas que utilizava seu perfil nas redes sociais para se comunicar. Foram apresentados sucintamente os objetivos do trabalho. Antônio foi receptivo, atencioso e aceitou com o convite. Relatou o sonho de poder contar sua história de vida e demonstrar, ainda que minimamente, que o egresso do sistema carcerário não é apenas o seu processo penal. Antônio trabalha com serviços gerais nas áreas rurais de Ponta Grossa e região. Foi muito observador e de poucas palavras nas primeiras conversas. A entrevista foi gravada na sala da casa de sua avó, a pesquisadora se sentou ao lado dele no sofá, onde iniciou contando que viveu sua primeira experiência de prisão aos 23 anos e a segunda aos 31. Seu tempo de reclusão na primeira vez foi de 3 anos e 1 mês e a segunda de 4 anos. Sua escolaridade é ensino fundamental anos iniciais, seu estado civil atual é casado e possui um filho. Já morou nas cidades de Imbituva, Ponta Grossa (em sua infância e, no período da sua segunda reclusão) e Teixeira Soares. As instituições penais pelas quais passou foram: a Cadeia Pública de Teixeira Soares, Cadeia Pública Hildebrando de Souza em Ponta Grossa e a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa [regime fechado e semiaberto].

O segundo contato foi com o entrevistado Carlos, a partir de amigos em comum no âmbito virtual. Com 26 anos, Carlos se demonstrou um pouco tímido nas primeiras conversas,

mas aos poucos as curtas conversas foram se tornando mais longas. Na pesquisa de campo, seus familiares demonstraram certo espanto por Carlos ter aceitado participar da pesquisa, pois relataram que ele nunca havia falado sobre sua experiência de prisão. A entrevista foi marcada para um domingo após o almoço, gravada na casa de sua tia. No dia, todos foram receptivos, e já nos primeiros momentos de conversa foi perguntado ao Carlos qual seria o ambiente mais propício para gravar a entrevista, então fomos até seu quarto e a pesquisadora se sentou ao lado do entrevistado. Carlos é técnico em Enfermagem, o tempo em que ficou recluso foi de 10 meses, sua escolaridade é Ensino Médio completo com curso técnico e, no momento da entrevista estava começando a cursar ensino superior. Seu estado civil é casado e não possui filhos. Sempre morou em Ponta Grossa e ficou recluso na Cadeia Pública Hildebrando de Souza.

O terceiro contato foi com o entrevistado Ney, que foi possível através de um amigo em comum que auxiliou nas indicações. Em um domingo de 2019 foi marcado um almoço na casa desse amigo para gravar a entrevista. Ney que é uma pessoa animada e que gosta muito de conversar, no momento que foi explicado sobre a pesquisa, aceitou participar. Ney tem 32 anos, sua profissão é de serviços gerais, ficou recluso por 8 meses, sua escolaridade é Ensino Fundamental completo, seu estado civil é solteiro e tem um filho. Sempre morou em Ponta Grossa e ficou recluso na Cadeia Pública Hildebrando de Souza.

O quarto contato foi com o entrevistado Rodrigo, que se estabeleceu a partir de sua esposa. Rodrigo é extremamente tímido, uma pessoa que gosta de ouvir mais e falar menos (assim ele declarou). Ele me explicou que nunca havia falado para ninguém sobre o que passou na prisão e que talvez não conseguisse chegar até o final da gravação devido às lembranças. Tem 31 anos e sua profissão é pintor. Tem Ensino Fundamental completo, seu estado civil é união estável e possui dois filhos. Nasceu na cidade de Imbituva, em sua infância foi com sua família para Ponta Grossa. Ficou recluso por 1 ano e 28 dias na Cadeia Pública Hildebrando de Souza e na Penitenciária Estadual também em Ponta Grossa. Ao final da entrevista relatou que se sentiu bem em contar a sua história.

O quinto contato foi com a entrevistada Elisabete Taylor, intermediadas por uma amiga em comum que conhecia a trajetória de Elisabete através da irmã da entrevistada. Elisabete Taylor foi a primeira mulher a aceitar lembrar e narrar sua experiência de prisão para esta dissertação. Foi marcado um almoço na casa da irmã de Elisabete Taylor para um domingo de 2019. Elisabete Taylor tem 31 anos e já trabalhou como diarista, auxiliar de serviços gerais em madeireira, empresa de ônibus, pizzaria e restaurante. Sua escolaridade é Ensino Fundamental completo, seu estado civil é solteira e possui quatro filhos: dois meninos e duas

meninas. O tempo que ficou em reclusão foi de 3 anos e 2 meses. Sempre morou em Ponta Grossa e ficou reclusa na Cadeia Pública Hildebrando de Souza, no Complexo Médico Penal em Pinhais e na Penitenciária Feminina em Piraquara (regime fechado e semiaberto). No final da gravação da entrevista Elisabete Taylor indicou sua amiga Tânia para participar da pesquisa e passou o seu contato.

Então, o sexto contato foi com Tânia, via mensagens de texto. Uma mulher simpática, mas de poucas palavras. Aos 46 anos de vida é mãe de três filhas, cozinheira, viúva e ficou 1 ano e 4 meses reclusa na Cadeia Pública Hildebrando de Souza. É moradora da cidade de Ponta Grossa, mas já residiu por um tempo em Santa Catarina.

O sétimo contato foi com Bruna, por meio da indicação de um amigo, porém foi um processo delicado até ela estabelecer uma relação de confiança para compartilhar as narrativas de memórias traumáticas de sua vida. Quando menos esperava-se, Bruna falou que se sentia pronta para gravar a entrevista. Após o término da gravação Bruna abraçou a pesquisadora e falou que se sentiu bem em lembrar de tudo que já havia passado, e que ter se narrado fez ela se sentir melhor diante das experiências de seu cotidiano. Bruna tem 23 anos, possui Ensino Médio completo e é caixa operadora. Seu estado civil é solteira e possui uma filha, ficou reclusa por 6 meses na Cadeia Pública Hildebrando de Souza e sempre morou em Ponta Grossa.

No percurso de gravação das entrevistas estive sempre acompanhada pela mãe da pesquisadora (Cleci) e sua presença ajudou a criar um clima de confiança com os membros das famílias dos egressos, pois alguns familiares deles temiam que a pesquisa se tratasse de uma nova investigação policial. E assim, durante as gravações, ela participou de todo o processo de construção da pesquisa e pode auxiliar na retirada de dúvidas dos familiares. Cabe ressaltar que no momento da gravação das entrevistas a pesquisadora esteve apenas com o entrevistado, em um cômodo separado dos familiares e da mãe, que acompanhou todo o processo.

Em relação às pesquisas com seres humanos nas Ciências Humanas, Juliana Vinuto salienta:

Claro que todas as pesquisas envolvendo seres humanos podem possuir certo grau de risco, seja de ordem física ou psíquica, contudo, os riscos na área de ciências humanas e sociais são notoriamente diferentes dos possíveis riscos ligados as ciências médicas, pois não utilizam procedimentos invasivos e evitam situações que provoquem desconforto. (VINUTO, 2016, p. 72).

O processo de entrevista seguiu os cuidados delimitados pela ética em pesquisa, buscando promover o máximo possível de contato com os colaboradores ou com seus familiares para saber como estavam as condições emocionais e psicológicas também após as entrevistas.

Após as entrevistas receberem as transcrições de suas falas, em que podiam vetar trechos que julgassem inadequados para publicação, pois Débora Diniz e Dirce Guilhem destacam que acerca da ética na pesquisa qualitativa: “É na fase de divulgação dos resultados que estão os maiores desafios éticos, tais como garantia de anonimato e sigilo, ideias sobre representação justa, compartilhamento dos benefícios, devolução dos resultados” (DINIZ; GUILHEM, p. 296).

Para tanto, construção historiográfica se deu via história oral, que se constitui como uma metodologia constitutiva de rememorar o passado e propor ressignificações sobre a experiências vividas. Nos estudos de Judith Butler sobre a constituição dos sujeitos a partir da perspectiva de gênero, a autora chama a atenção para o fato de narrar a si mesmo, pois neste momento, é narrado todo o processo que o molda socialmente de maneira inconsciente. (BUTLER, 2015). Por isso, utiliza-se a metodologia da história oral para analisar as ressignificações das experiências vividas ligada aos estudos de Butler sobre o fato de narrar a si mesmo para a construção de uma pesquisa, analisando toda uma dimensão da história social a partir das vozes dos(as) sujeitos (as) que passaram pela experiência do conflito com a lei e privação da liberdade.

Para abordar a temática, esta pesquisa foi dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo, “Chegada à prisão”, foi abordado sobre o momento em que os colaboradores destacaram as motivações que os levaram ao sistema penitenciário, e como narram a experiência de encarceramento nesses lugares. Para tanto, foi realizado um debate teórico e metodológico sobre a construção das fontes no campo da história oral e como a categoria memória produz significados às experiências vividas, lembradas e narradas. A partir das vozes buscou-se também compreender as mudanças ocorridas nessas instituições, dado que os colaboradores não estiveram reclusos todos no mesmo período. Para finalizar a discussão do primeiro capítulo, a análise foi em torno das relações de tensão, ética e moral desses ambientes.

No segundo capítulo, “Relações de gênero na prisão”, discutiu-se sobre as tensões de gênero vivenciadas no ambiente carcerário, abordando uma perspectiva sobre o exercício da maternidade, a interrupção do exercício da maternidade e o controle do estado sobre o corpo da mulher presa, e, por fim, sobre a experiência do exercício da paternidade e a prisão, as relações de hierarquia nas instituições penais, o acompanhamento afetivo e o abandono que muitos(as) internos(as) vivenciaram. As práticas disciplinares carcerárias sobre o controle do corpo foram estudadas por Michel Foucault que analisa “as práticas disciplinares que se consolidaram a partir

do século XVIII para poder pensar a produção de um tipo específico de corpo, a saber, um corpo dócil.” (BARBOSA; OLIVEIRA, p. 01).

Por fim, terceiro capítulo, “Identidade e estigma de egressos do sistema carcerário em Ponta Grossa”, visou-se compreender, a partir das vozes desses sujeitos, o que é ser egresso (a) do sistema carcerário em Ponta Grossa: por meio das lembranças do momento do retorno à liberdade e os sentimentos presentes em suas memórias; os caminhos trilhados e as relações históricas e sociais a partir do estigma de egresso (a) da prisão; e as transformações identitárias a partir da experiência de enclausuramento, sentimentos em comum e as ressignificações que essas pessoas mencionaram na vida pós privação da liberdade.

O que se espera é que esta pesquisa atinja como resultado desmistificar preconceitos e estigmas sociais historicamente construídos, humanizar os egressos do sistema prisional a partir da escuta das vozes do presente e do passado daqueles que foram historicamente deixadas as margens.

## CAPÍTULO 1 - CHEGADA À PRISÃO

O enredo de problematização desse capítulo são as lembranças narradas sobre a experiência de privação da liberdade e as itinerâncias vividas sobre a custódia do Estado entre a Cadeia Pública Hildebrando de Souza, Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, Cadeia Pública de Teixeira Soares, Complexo Médico Penal em Pinhas e Penitenciária Feminina Piraquara.

### 1.1 RAZÕES, HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA.

Nos noticiários e na vida cotidiana aparecem inúmeras informações sobre prisões e situações de violência. Esse emaranhado de discursos aguça o imaginário social, fazendo com que as pessoas criem imagens sobre situações de violência e prisão. Vem se construindo discursos e representações sobre prisões e violência, seja pela produção musical, televisiva ou cinematográfica, como o documentário “*Por dentro das prisões mais severas do mundo*” (POR DENTRO, 2016), que aborda a pluralidade com que a privação de liberdade pode ser experimentada, em diferentes contextos históricos, temporais e espaciais ao redor do mundo.

As estatísticas de aprisionamento e reincidência crescem em muitos países, como é o caso do Brasil. Cada número das estatísticas são pessoas que levaram consigo as lembranças da privação da liberdade. O conflito com a lei foi e permanece sendo experimentado por várias pessoas<sup>7</sup> ao longo da história. Situação que pode ser considerada como a base de grandes transformações na vida cotidiana prática. Todavia, vale ressaltar que a privação da liberdade como sanção penal, “surgiu através de movimentos na Inglaterra por volta dos séculos XVI e XVII, através da necessidade de uma modificação no sistema penal” (MAIA, 2007, p. 5).

A partir da transição do final do sistema feudal e da Idade Média para o início da Idade Moderna as penas de morte e açoitamentos começaram a ser “questionadas” no contexto público urbano, iniciando a transformação nas formas de punir (FOUCAULT, 1997). A punição saiu do espaço público e passou a ser exercida no espaço privado, com as transformações das prisões que antes possuíam um caráter custodial e passaram a ser a própria punição em si, com a restrição da liberdade<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup>Somente, no Brasil gira em torno de 726 mil presos (VERDÉLIO, 2017).

<sup>8</sup> Contextualizando: “O sistema penal baseado no sofrimento do condenado e a pena de morte começaram a enfraquecer junto com o absolutismo, apesar de ainda persistir. Os meios utilizados para conter as massas falharam, embora cruéis e rígidos, não tinham eficácia contra a crescente criminalidade. Sendo assim, a pena de morte não era mais conveniente, visto que com crescimento exacerbado da “delinquência”. (SILVA; DOS SANTOS, 2018, p. 33).

A restrição da liberdade como punição em si, interfere na maneira como os sujeitos veem a si mesmos, são vistos por seus pares e pela sociedade. Existe uma mudança brusca em suas rotinas, entre elas a perda da individualidade, pois toda a rotina carcerária é vivenciada e pensada como uma maneira de vigiar o coletivo.

Para as pessoas chegarem a viver a privação da liberdade como uma sanção penal, existem trajetórias de vida que nas teias de relações sociais entraram em conflito com a lei. A partir das vozes dos sujeitos que viveram essa experiência buscou-se compreender os significados e sentidos atribuídos a esse momento.

E.P. Thompson, ao trazer o conceito de lei, discute a origem da lei negra na Inglaterra:

A lei [...] opera como mediação das relações de classes com um conjunto de regras e sanções adequadas, as quais em última instância confirmam e consolidam o poder de classes existentes. Portanto, o domínio da lei é apenas uma máscara do domínio de uma classe. A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de mostrar uma independência frente às manipulações flagrantes e parece ser justa. Quando acontece a mudança de uma lei, também acontece uma mudança de mentalidades (THOMPSON, 2002, p. 350).

A lei pode ser compreendida como uma mediadora das relações de classes, que possuem função ideológica, ou seja, manter uma ordem que não apenas leve a sociedade civil ao caos, mas que também mantenha, em certa medida, as concepções de classe, etnia e gênero que predominam nas sociedades capitalistas. A partir dessas ideias predominantes na sociedade, pode-se compreender o impacto que o conflito com a lei gera na vida do indivíduo.

As modificações na vida social experienciadas a partir do conflito com a lei foram recordadas por Carlos que sublinhou as razões que o levaram à prisão, sobretudo aquelas relacionadas a seu grupo identitário do período de sua adolescência na cidade de Ponta Grossa:

Então minha vivência na cidade de Ponta Grossa sempre foi legal, sempre gostei da cidade e do bairro onde que eu morava, eu gostava bastante, tinha bastante amizade. Daí foi indo que eu comecei a me envolver no caminho errado [sorriso]. Acho que desde por volta dos meus 14 anos, eu comecei. Daí nunca acontecia nada comigo, nada com a polícia e, foi indo e uma coisa foi levando a outra. E por mais que fossem os amigos do caminho errado, eu gostava deles. [sorriso]. Eu acho que se a pessoa está na vida do crime, ou não, isso não distingue caráter da pessoa. Sei lá, que nem você fala de ética, mas a ética é uma coisa muito complexa. Porque a ética deles no mundo que eles vivem, está normal. É diferente de uma ética da pessoa de uma outra classe social né [sorriso], ela tem uma outra visão diferente do que é ética, diferente do que eu tenho na minha visão e na visão das pessoas que eu conheço (informação verbal)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida à autora, em abril de 2019.

Os costumes de cada grupo, entre significados, sentidos e valores de identificação moldam as condutas a serem seguidas por seus integrantes. Michel Maffesoli argumenta que “[...] o ser humano busca a proximidade com aqueles que pensam e sentem como nós” (MAFFESOLI, 1998, p. 2). Nesse sentido, criam elementos que constituem uma identidade coletiva, que permitem conhecer e ser reconhecido pelo grupo. Por mais que essa conduta seja contrária à normativa social e jurídica, os integrantes desse grupo não sentem, ou dizem não sentir o peso negativo de suas práticas. Ao contrário, relativizam e evocam em suas práticas uma ética específica ao grupo que estão ou querem ser inseridos. Neste ponto observou-se uma ética reinventada pelo grupo. No caráter científico, ética é compreendida como “uma reflexão filosófica e social sobre costumes e ações humanas pautadas em valores coletivos considerados corretos” (VALLS, 2017, p. 5).

Tais questões podem ser observadas na fala de Carlos:

Então a maioria [sorriso] ética é normal pegar 3 ou 4 quilos de maconha e vender ‘pros’ os outros [sorriso], né? [sorriso]. Para eles é normal, contar uma história que assaltou uma farmácia, é normal [sorriso]. De que trocou tiro com a polícia [sorriso] é totalmente normal. Agora já para uma pessoa que nunca teve o convívio, que tem um patamar de vida diferente, é totalmente diferente (informação verbal)<sup>10</sup>.

Como expresso no relato acima observa-se que no discorrer de sua narrativa Carlos sorriu e riu muito quando abordava a questão. Esse riso leva a compreender juntamente com as palavras utilizadas e o gestuário no processo de entrevista que existe uma certa vergonha em estar expondo essa ética para uma pessoa de fora, ainda mais para uma pesquisadora. Nesse sentido, o termo ética para Carlos significa que é comum para um determinado grupo a aquisição de bens em um rápido período independente dos meios utilizados para atingir o propósito.

A fala de Carlos se relaciona com elementos abordados na pesquisa de Rossi que trabalhou com a instituição da masculinidade de egressos do sistema penitenciário em Ponta Grossa. Para Rodrigo Rossi:

As trajetórias do grupo estudado são marcadas pela vivência territorial ligada à vulnerabilidade e diferentes atos ilícitos, diferentes espacialidades e redes de relações de sociabilidade que corroboram com a ideia de uma trajetória de vulnerabilidade ao crime e à prisão (ROSSI, 2017, p. 15).

Todavia, ressalta-se que, mesmo Carlos tento mencionado a vulnerabilidade social do grupo, ele já havia lembrado anteriormente que não vivenciava a mesma situação de

---

<sup>10</sup> Entrevista concedida à autora, em abril de 2019.

vulnerabilidade. Ao contrário, as razões que o levou a se envolver com o tráfico de drogas estava relacionado a um padrão de masculinidade instituído pelo “poder do ser traficante”, que proporciona hierarquia e respeito entre seus pares e as pessoas que vivem em sua mesma região territorial. As atividades ilícitas para esse grupo possuem uma imagem naturalizada fazendo emergir a compreensão de que existe uma cultura da criminalidade.

A cultura é tudo que é aprendido pelos sujeitos e está presente na formação de sua própria identidade, fazendo parte da construção do seu próprio “eu”. Para Ruth Benedict “[...] a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo” (BENEDICT, 2002 *apud* BARROS LARAIA, 1999, p. 35). O exercício das atividades ilícitas também proporciona diferenciação, hierarquia e prováveis situações de tensões e conflitos dentro do grupo e entre os grupos. O sentimento de adrenalina e status proporcionado pelo ato de infringir a lei pode ser compreendido como uma maneira de se diferenciar dos demais indivíduos e um sentimento de identificação entre os que realizam os mesmos atos.

Rodrigo compartilha com Carlos algumas das razões que o levaram à prisão, que foi a venda de substâncias ilícitas. Contudo, em sua ênfase narrativa recordou de sua infância com dificuldades financeiras, das atividades laborais que exerceu desde muito jovem e de que também possuía dois filhos para sustentar. Lembranças opostas as narradas por Carlos, que afirmou que sempre teve boas condições financeiras de vida. Rodrigo contou:

A eu fui preso porque comecei a mexer com droga, né. Daí no começo eu comecei a vender tipo de pouquinho, mas daí como eu ‘tava’ desempregado, eu já tinha filho e tudo, né. Eu comecei a mexer com isso, mexer com droga mesmo! Daí quando eu vi que ‘tava’ dando dinheiro, eu fui mexendo cada vez mais, cada vez mais! Daí quando foi um dia eu ‘tava’ aqui em casa e a polícia me abordou aqui. Um piá de menor comprava de noite, e daí a polícia já ‘tava’ esperando. Daí o piá ‘entro’ e ‘compro’ e daí na hora que ele saiu a polícia pegou ele. Acho que deu uns 5 minutos ou 10 minutos a polícia entrou aqui ‘pra’ dentro. Daí me pegou aqui dentro, daí eles revistaram tudo, reviraram tudo, daí eles viram aonde eu tinha escondido ‘as coisa’ para fora da casa, daí acharam e daí fizeram a prisão! (informação verbal)<sup>11</sup>.

As palavras de Rodrigo apontam para as motivações semelhantes às de outras pessoas que passaram por situações similares às razões de sua prisão. A situação de desemprego e por conhecer usuários de entorpecentes facilitaram para que Rodrigo se engajasse na atividade ilícita. Mesmo sabendo que o exercício dessa prática possibilitava os riscos de uma futura prisão, pensava em tentar parar, mas com a lucratividade aumentando, fizera com que permanecesse até que houve a privação da liberdade. O estudo feito por Faria em Belo

---

<sup>11</sup>Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

Horizonte, Minas Gerais, sobre o tráfico de drogas como uma forma de sustento chegou ao resultado de que:

Adesão de pessoas ao tráfico de drogas em seu contexto histórico e econômico-social, em um ambiente socioeconômico caracterizado pela precarização das relações de trabalho, pelo desemprego e pelo apelo consumista afinados com as premissas econômicas neoliberais tem-se uma situação de exclusão social e de cidadania. Assim, o tráfico se mostra como uma atividade econômica possibilitadora de inclusão, mesmo que marginal, na ordem capitalista. Uma opção a ser feita entre escolhas limitadas (FARIA; BARROS, 2011, p. 20).

As atividades do tráfico de entorpecentes e até mesmo as prisões são vistas e pensadas para homens, mas na vida cotidiana também existem mulheres nesses espaços, como divulgou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2018. Aproximadamente no respectivo período existiam 602.217 (JUSTIFICANDO, 2018) pessoas presas, das quais 95% são homens e 5% são mulheres o que corresponde a 30.110 presas. Atrás desses números existem as pessoas, assim, numa perspectiva historiográfica da história contada e vista de baixo, trazem-se as lembranças de Tânia sobre as motivações que levaram à reclusão, que foram, principalmente, as necessidades financeiras de prover sustento para suas filhas. Tânia realizou um trabalho de memória em recordar que trabalhou desde seus oito anos de idade vendendo verdura e como babá.

A memória como categoria de análise historiográfica é mais do que um mecanismo de registros, retenção, depósito de informação, conhecimento e experiências. A memória é um fenômeno de esquecimentos, se constitui filtrando e selecionando, pode ser também induzida e provocada. A memória não é a seiva viva do passado, ela se constitui no presente, para responder as solicitações da dinâmica histórica de seu tempo (MENEZES, 2000). De acordo com Ulpiano Menezes “[...] os processos identitários são extremamente variantes de acordo com a situação” (MENEZES, 2000, p. 93). Entendemos que a experiência de enclausuramento é uma dinâmica de transformação identitária e que é marcada por lugares de memória pessoal e coletiva. De acordo com Michael Pollak, os elementos constitutivos da memória e da formação identitária são os “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencente” (POLLAK, 1992, p. 2). Michael Pollak problematiza os limites da memória ao afirmar que “[...] a memória é seletiva, nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 4), cada evocação que os sujeitos fazem por lembranças é um ato de ressignificar seu passado a partir da vivência de seu presente.

Ao lembrar das motivações de sua prisão Elisabete Taylor reitera com riquezas de detalhes sua experiência. Ao ouvir a narrativa, a imaginação da pesquisadora começava a criar

imagens, como se fosse um documentário, pois parecia que Elisabete Taylor lia um roteiro com suas lembranças, sem momentos de pausa prolongadas ou oscilações em seu tom de voz:

Eu fui presa no dia -- de agosto de 20--, quando eu tava voltando do Paraguai. Eu tinha ido para o Paraguai para buscar droga. Quando eu cheguei na rodoviária de ----- a polícia já estava me esperando na rodoviária. Daí foi ali que eu fui presa! Daí que vim ficar um mês [Hildebando] eu tava grávida na época, tava de cinco meses, né. Minha gravidez era de risco, né! Aí vim e fiquei um mês aqui em Ponta Grossa, daí como aqui não tinha estrutura para grávida. Grávida não pode ficar aqui. Eu fui transferida para o Complexo Penal em Curitiba em Pinhais, né. Aí fiquei lá até o final da minha gestação e quando eu fui ganhar nenê eu fui para a feminina a Penitenciária. Daí na Penitenciária eu fiquei até 20--, até julho de 20--. De janeiro de 20-- até 20-- quando eu fui passar para o semiaberto. Daí do semiaberto eu já não fiquei muito tempo. Daí saiu minha portaria e já me invadi do semiaberto e, não quis mais voltar! (informação verbal)<sup>12</sup>.

A expressão utilizada por Elisabete Taylor “já me invadi do semiaberto”, significa que ela não voltou para a prisão após a sua portaria. As razões para ela ter feito isso foi porque estabeleceu vínculo com os seus filhos e não queria ser separada novamente. A portaria é concedida a sentenciados do regime-semiaberto para que estes possam voltar aos poucos ao convívio social. Márcia Bandeira faz uma análise a partir da perspectiva do Direito sobre a progressão de regime:

Os regimes de execução das penas privativas de liberdade no Brasil estão divididos em três: fechado, semiaberto e aberto, sendo tais regimes comunicáveis entre si através de progressões e regressões de pena. [...] É digno de nota que o benefício da progressão de regime surgiu no Brasil, com o intuito de proporcionar a reinserção de forma gradativa e satisfatória a sociedade. Diante disso, é possível afirmar que o sistema progressivo está relacionado com a finalidade educativa da pena, uma vez que o indivíduo ao se comportar de maneira adequada no âmbito carcerário poderá ser transferido para um regime mais brando, cumprindo assim a sanção penal sua função educacional. [...] Significa que, a cada um sexto em regime mais rigoroso, pode o condenado ser transferido para regime mais brando (do fechado para o semiaberto, por exemplo), caso demonstre merecer o benefício (BANDEIRA, 2015, p. 17-18).

A medida de portaria cria muitas discussões no cotidiano brasileiro, pois a população compreende tal medida como um benefício, como aponta pesquisas realizadas pelo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública: “O mecanismo das saídas temporárias contabiliza que 76% da população tem medo de ser assassinada. Sentimento que é intensificado quando se anuncia um saído, normalmente em datas como o Natal e a Páscoa” (BÖHM, 2017, n.p.). Entretanto, as palavras de Elisabete demonstram que para muitas internas(os) do regime semiaberto a medida

---

<sup>12</sup> Entrevista concedida à autora, em agosto de 2019.

de portaria não é percebida como um benefício e sim como uma maneira de aumentar o sofrimento imposto pela legislação, como forma de punir.

Diante das diferentes formas de proporcionar sentido à privação da liberdade Bruna forja um trabalho de memória de contraposição entre seu passado de desilusão com o seu marido e o significado de valorização a presença de seus familiares em sua vida:

Tipo, o motivo foi assim: como meu ex-marido era da turma do tráfico, e a gente estava se separando, já. Não tinha mais como a gente conviver, eu já estava aqui morando com meus pais. Aí a gente tinha saído para ir no mercado comprar as coisas para a nossa filha. Daí a gente chegou no mercado e ele recebeu uma ligação falando que as polícias estavam ali [na residência dele] e ia prender ele. Aí a gente foi na casa de uma guria que ele conhecia. No que a gente chegou na casa dessa guria, os policiais já chegaram junto. Daí eles deram tiro atrás dele, só que ele correu. Daí como eu tava lá, eles falaram pra mim: - Agora quem vai no lugar dele vai ser você! E a sua filha vai pro conselho. Aí eu falei que não, que a minha filha eu não queria que eles levassem para o conselho. E não teria motivo para eles estarem me levando porque eu não me envolvia no que ele fazia. Se ele fazia, era fora de casa, entende, sabe? Aí foi isso que aconteceu, eu fui e fiquei 6 meses (informação verbal)<sup>13</sup>.

As palavras de Bruna demonstraram que ela tentou criar uma separação entre o traficante e seu marido que é pai de sua filha, mesmo ele sendo a mesma pessoa, para ela é como se ele possuísse duas identidades, o do traficante na rua, e do pai de família em casa. No momento em que Bruna ficou reclusa sua filha tinha acabado de completar um ano de vida e foram separadas. Também chama atenção em seu relato é o uso da violência psicológica no momento de sua prisão como um instrumento de tortura. A maneira distorcida que foi apresentada a imagem do Conselho Tutelar, que é um órgão de proteção da criança e do adolescente, contém elementos que foram utilizados como um instrumento de punição da mãe presa.

As lembranças de Ney sobre as motivações que levou para a prisão foram diferentes das lembranças de Bruna que possuía um elo afetivo, no caso dele possuem uma ligação de identidade com seu grupo de convivência:

O meu caso, eu tava em casa. Aí um amigo meu, o Juliano me convidou dizendo que eles tinham arrumado uma encrenca em uma festa lá na [outra vila]. Aí eu peguei e fui né. Falei: -Vamos então cara, aí chegamos lá e, ficou tudo de boa. Daí nós ia sair para o centro, ia subir sentido centro, para curtir com os amigos, tomar uma cerveja ali e ficar de boa. Nós ia subir sentido centro para ver aonde nós ia. Não tinha destino certo. Aí chegando na [...] na metade O Juliano e o Thiago, o falecido Thiago falaram: -Vamos assaltar aquele ônibus? Aí eu falei: - A cara, deixa quieto, nós temos dinheiro para gastar! Por que ir assaltar? Os caras responderam: - Nós vamos assaltar. Eu falei: - Beleza, só depois assumam o que vocês fizer se der alguma coisa errada. Aí eu e o primo do Thiago, o Robson, nós subimos sentido centro. Ali [...] os piá

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

assaltaram o ônibus. Os caras, o Thiago e o Juliano, e encontraram nós. No que eles pararam a polícia já enquadrou nós. Mesmo assim o Juliano conseguiu pular o muro e fugir. Daí a polícia revistou nós e viu que a arma e o dinheiro estavam com o Thiago, mas daí no reconhecimento o cobrador falou que um dos caras era eu e o Thiago, porque eu era o único moreno que foi pegado na hora da cena e era parecido com o Juliano, daí como que eu ia cagueta? Só que daí o Juliano tava fugindo e a polícia enquadrou ele. E ele falou: - Eu não conheço esses caras, eu não tenho nada a ver, naquela hora me deu vontade de falar: - O cara, como que não, se foi você que assaltou? Mas, daí eu acabei ficando quieto. E na hora do reconhecimento, o cara falou que era eu. E como que eu ia caguetar o Juliano lá, a atitude era dele. Mas, que atitude dele foi bem complicado foi, pagar sem dever é foda, pagar pelos outros, Mas, foi uma experiência boa! (informação verbal)<sup>14</sup>.

A vivência de Ney demonstrou que as práticas cotidianas antes do espaço prisional se refletem nas práticas de vivência dentro da prisão, como a expressão: “E como que eu ia caguetar o Juliano”. O significado dessa expressão está vinculado também com uma fala de Carlos, já citada anteriormente, sobre a ética entre os grupos. Observa-se que a ética entre os grupos está vinculada a um normativo histórico, social e espacial de gênero e ao papel da masculinidade. Existe a construção de uma regra de convivência nas prisões brasileiras que antecede o período de reclusão, onde os internos do sistema jamais podem delatar seus companheiros de reclusão. O padrão normativo de gênero e de masculinidade fez com que Ney não denunciasse Juliano, como também fez com que ele fosse até o local da possível briga de seus companheiros para “não os deixar na mão”, todos esses elementos demonstram que existe uma necessidade pessoal de não romper com a ética moral estipulada pelo grupo. Observou-se que todas essas situações mencionadas criaram um antagonismo entre os dois, pois Juliano não assumiu o que fez e Ney assumiu por questões éticas um crime que não cometeu. De acordo com Michael Maffesoli “[...] os indivíduos se integram sobretudo numa variedade de cenas e de situações que só valem porque são representadas em conjunto” (MAFFESOLIN, 1998, p. 20). Ou seja, a atitude de Ney, de não delatar Juliano possui significado para seu grupo, mesmo que talvez possa não fazer sentido a outras pessoas que não pertencem ao mesmo grupo com suas respectivas normativas.

Antônio, por sua vez, ao lembrar as motivações que o levaram a prisão mostra de maneira nítida o desejo que ele tem de esquecer. Para ele, são episódios traumáticos e memórias sensíveis. Antônio puxou um suspiro profundo, seu olhar se voltou por alguns segundos para baixo e narrou: “- O que me levou a primeira vez foi homicídio, um desacerto pessoal. E a segunda vez aconteceu outro homicídio. Aí fiquei três anos e um mês preso em Teixeira Soares” (informação verbal)<sup>15</sup>. Após a primeira saída de Antônio do sistema carcerário ele retornou a

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

<sup>15</sup> Entrevista concedida à autora, em abril de 2019.

trabalhar na zona rural e foi no seu ambiente de trabalho que aconteceu o outro homicídio. O momento em que reporta para as razões que o levaram à prisão é mais sensível em sua narrativa; ele não se estende em suas palavras e fica com o olhar fixado para o horizonte. Antônio ficou recluso por dois homicídios, em situações e contextos diferentes. No primeiro contexto ele não tinha esposa e filho, no segundo sim. Antônio demonstrou, quando se narrou, um forte vínculo com a fé cristã, algumas vezes mencionando o seu sonho de ser pastor e “suas orações de joelho dobrado para Deus” (informação verbal)<sup>16</sup>. Antônio expressa esse desejo de ser pastor e seu ligamento com a fé cristã, em especial a protestante, a partir do período em que ele passou pela conversão na cadeia. Mesmo tendo sido criado em uma família protestante ele não expressava esse desejo de pertencimento ao grupo.

Dentro dos estabelecimentos prisionais existe um forte trabalho religioso e nesse espaço pode existir uma acentuação na relação com o sagrado, em situações em que o indivíduo se vê privado de elementos que antes lhe eram caros, como a liberdade, e quando se sente culpado por algo, que também é um vetor para o processo de ressocialização. O estudo realizado por Angélica Freitas conclui que “[...] a religião é um dos métodos utilizados no interior dos presídios para fins de ressocialização dos detentos. Em razão da ‘falência’ do sistema prisional brasileiro, poucos métodos são utilizados, isso quando existentes” (FREITAS, 2015, p. 1).

Outra das prováveis compreensões para se tornar pastor é a ruptura com o crime. Anotamos que a conversão é aceita até pelas organizações criminosas como um desligamento com o crime.

Ao trabalhar com as evocações da memória é necessário lembrar as razões metodológicas pelas quais a história oral trabalha com a categoria analítica, de acordo com Michael Pollak: “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem a ‘memória oficial’, no caso a memória nacional” (POLLAK, 1992, p. 4).

Assim, esta análise ressalta a importância das memórias de grupos minoritários, as características importantes que levaram essas trajetórias à reclusão são divididas em dois grupos: aqueles que viam nas atividades ilícitas uma promessa de mudança financeira e status social (Carlos, Rodrigo e Tânia). E aqueles que as motivações estão ligadas as pressões de seu grupo ou de seus companheiros (Antônio, Ney, Elisabete Taylor, Bruna).

---

<sup>16</sup> Entrevista concedida à autora, em abril de 2019.

Verificou-se que Antônio revelou que o conflito com a lei e as razões que o levaram à prisão está ligado a situações de conflito e tensões de seu cotidiano, contudo, evitou falar detalhadamente dessas relações e expressou nas entrelinhas que existia um tabu para ele próprio em relação ao que fez.

## 1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PRISÃO

Serão apresentadas primeiro as instituições penais e suas dinâmicas em Ponta Grossa. Após a abordagem pelos agentes da lei, os colaboradores foram encaminhados diretamente para a Delegacia de Polícia Civil, a 13ª Subdivisão Policial de Ponta Grossa, localizada no bairro de Nova Rússia, para depoimento e averiguação dos fatos. A instituição abriga presos provisórios por um período que não ultrapasse 15 dias. Posteriormente, os colaboradores foram encaminhados para a Cadeia Pública Hildebrando de Souza, localizada Colônia Dona Luiza, que abriga presos provisórios e alguns já condenados, devido a lotação carcerária.

A Cadeia Pública Hildebrando de Souza foi inaugurada em 1986, destinada a presos provisórios de ambos os sexos (A REDE, 2014). Em 26 de julho de 2000 contava com aproximadamente 117 a 146 internos e suas estruturas comportavam 80 internos (MULLER, 2000). Em 2019 a cadeia contava com aproximadamente 900 a 920 internos e sua capacidade máxima é de 208 reclusos (DIÁRIO DOS CAMPOS, 2019). Após julgamentos alguns internos do sexo masculino conseguem migrar para a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, no mesmo bairro, inaugurada em 2003, destinada aos presos do sexo masculino que cumprem pena em regime fechado, com capacidade de 408 vagas e, no regime semiaberto, 120 vagas (DIÁRIO DOS CAMPOS, 2019). Ambos os estabelecimentos penitenciários estão localizados em áreas afastadas da região central da cidade, mas são regiões que possibilitam o acesso de familiares para a realização de visitas, seja via transporte coletivo, veículo particular ou outros meios de transporte.

Antônio, em sua primeira experiência de prisão ficou recluso na Delegacia de Polícia de Teixeira Soares-Paraná. Elisabete Taylor encontrava-se em período de gestação e foi encaminhada para o Complexo Médico Penal, situado no bairro Parque das Nascentes no município de Pinhais, região metropolitana de Curitiba. Ela também passou pela Penitenciária Feminina de Piraquara (PFP) - unidade penal de regime fechado – inaugurada em 1970, em Piraquara/PR e pela Penitenciária Feminina de Regime Semiaberto do Paraná (PFA), criada em 1986 em Curitiba/PR, e que no ano de 2007 passou a denominar-se Centro de Regime Semiaberto Feminino de Curitiba (CRAF) (PRIORI, 2012).

É interessante entrelaçar as trajetórias de Carlos e Tânia, pois ambos foram colaboradores individualmente, mas cruzam suas narrativas ao emergirem suas memórias ao momento da abordagem policial e da chegada à prisão.

Carlos puxou um respiro profundo, voltou o seu olhar para o horizonte e narrou lentamente:

Então, quando eu cheguei à prisão, eu lembro até hoje. Ficaram andando comigo no carro, andaram, andaram, andaram [sorri]. Então eu já não estava mais sentindo meus dedos da minha mão, por causa da algema, tava muito apertado. Aí amorteceu minha mão inteira, aí eles me levaram para delegacia, e me deixaram numa salinha, eu e mais os outros dois que foram presos comigo, ficamos acho que mais umas 2 horas. Aí depois tiraram daquela salinha e me colocaram numa outra salinha. Eu lembro até hoje, nossa tinha um cheiro de mijo lazarento [risos]. Não tem problema falar besteira? Daí, nossa, me deixaram acho que mais até umas 2 horas naquela salinha lá. Eu tava morrendo de fome, aí tinha umas marmitas lá, as marmitas estavam no chão, aí eu abri uma marmita lá, aquela tava azeda, daí nossa! Daí eu perdi o apetite de comer! Aí eu fui dar meu depoimento, eu fui no banheiro, aí depois que eu dei meu depoimento, eu esperei os outros dois dá o depoimento deles, lá. Aí, eles colocaram a gente lá na cela na 13ª. Nossa eu lembro até hoje, a hora que eu entrei lá dentro. Até o dia que eu saí, parecia que não tinha dia, todo dia era a noite. Aquela sensação que pra fora tava caindo uma tempestade de chuva, assim. Foi isso de quando eu cheguei, que eu me lembro até hoje. Eu não lembro direito, mas eu acho que fiquei uns oito dias na 13ª. Daí que eu desci pro Hildebrando de Souza. Daí eu desci e fiquei um mês na triagem (informação verbal)<sup>17</sup>.

As lembranças que Carlos narrou remetem ao terror psicológico que a experiência de enclausuramento proporciona aos indivíduos. Desde o momento de sua entrada na salinha, junto às horas de espera, sem saber o que aconteceria, sem ter o que comer e em um ambiente sujo. A expressão “parecia que não tinha dia” buscou oferecer palavras para a lentidão da passagem do tempo diante da ansiedade em sua subjetividade e a maneira de compreender aquela experiência como um momento obscuro. Esses aspectos têm a ver com o contexto de repressão, tal como Joan Scott coloca:

Tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressores, mas não seu funcionamento interno ou sua lógica; sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituída relacionalmente. Para tanto, precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências (SCOTT, 2001, p. 47).

As práticas relatadas por Carlos remetem a compreensão da escuridão, a demora da passagem do tempo foi utilizada como mecanismo repressor e de punição, fatores que

---

<sup>17</sup> Entrevista concedida à autora, em abril de 2019.

intensificaram e classificaram a experiência do enclausuramento como algo traumático. Além disso, a expressão também revela o medo do futuro: o dia representa a certeza, o saber o lugar de cada coisa, a noite invisibiliza. Além disso, a noite representa o sentimento de não poder interferir para alterar o curso das coisas.

Tânia narrou desde o momento da abordagem policial até sua chegada ao sistema penitenciário. “- Nossa, foi horrível. Eu achei que meu Deus do céu [ficou em silêncio]” (informação verbal)<sup>18</sup>.

Indagada se Tânia havia sido abordada em sua residência, ela respondeu: Na casa, foi horrível. Eu não sei nem como explicar, porque estava todo mundo olhando, e eu com medo. A gente via na televisão de um jeito, né. De quem vai preso apanha, essas coisas. Daí na hora que eu cheguei lá eu pensei que já ia apanhar. (informação verbal)<sup>19</sup>.

Segundo Raymond Willians “[...] a estrutura é sempre a do sentimento real, ligado à particularidade da experiência coletiva histórica e de seus efeitos reais nos indivíduos e nos grupos”. (FILMER; OLIVI, 2009, p. 372). A estrutura de sentimentos perceptível na narrativa de Tânia foi o sentimento de medo, uma sensibilidade comum existente entre os seres humanos. Por mais que ela nunca tivesse passado por essa experiência antes, ela já possuía imagens construídas coletivamente através da mídia do que poderia acontecer na prisão.

Tânia é a única a expressar claramente a sensação de medo, compreende-se sua expressão a partir das questões de gênero, tendo em vista que os padrões de masculinidade não permitem que um homem sinta medo, mesmo em situações extremas, como é o processo de prisão. Já Tânia se sentiu à vontade para narrar o sentimento do medo, provavelmente por duas razões: a primeira ocorre porque o ato não rompe com o padrão de feminilidade dominante, ao contrário, o reafirma, ainda que seja em um contexto que é pouco atribuído às mulheres, como é o caso da prisão; a segunda razão ocorre, provavelmente pelo fato de a pesquisadora também ser mulher, o que pode tê-la deixado mais confortável para falar.

De acordo com Zygmunt Bauman, o “[...] medo é o nome que damos a nossa incerteza” (BAUMAN, 2008, p. 8). O medo surge diante da experiência de um processo desconhecido. Entendemos que a situação é desconhecida, mas há imagens sociais que rondam o processo de prisão e Tânia ressalta isso no relato. A junção do fato de não saber o que acontecerá, com as imagens que ela tinha previamente do que acontecia do momento das prisões e com o agir dos policiais foram o cerne para a construção do sentimento de medo em sua subjetividade.

---

<sup>18</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

<sup>19</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

Compreendemos que o sentimento de incerteza fez com que Carlos e Tânia marcassem a chegada a 13<sup>a</sup> como ambiente do início da restrição da liberdade e por estarem sob a custódia do Estado.

O primeiro impacto que a experiência de prisão causa na vida cotidiana dos sujeitos é a necessidade de adaptação ao modo de vida imposto dentro das instituições penais, tanto pelo Estado como por outros (as) reclusos(as) como mecanismos de controle. Para Erving Goffman:

O ingresso na prisão promove no indivíduo aprisionado um primeiro processo de ‘ressocialização’, que configura sua socialização no mundo da prisão. Torna-se necessário conhecer o espaço, as pessoas e, sobretudo, as regras que regem o convívio entre os prisioneiros, de modo a garantir a existência e a manutenção da vida no interior desta instituição (GOFFMAN, 2010 *apud* MELLO, 2014, p. 95).

O ingresso na prisão é a chave para a reconstituição identitária, pois modifica a maneira como a pessoa vê a si mesmo, é visto por seus pares e pela sociedade.

Antônio, em sua narrativa, realizou uma diferenciação entre a experiência de prisão no município de Teixeira Soares e na cidade de Ponta Grossa:

Na primeira mão foi tudo meio complicado, porque era tudo meio misturado. Eram todos os artigos misturados, era complicado! Muita briga, muita desunião, muito desrespeito. Mas a segunda vez, aqui no Hildebrando, era até tranquilo com os companheiro. Porque tem a disciplina do crime organizado, aí um não desrespeita o outro. Tudo o que vem tem que repartir, se for um pão, tem que repartir. Então é uma coisa que ensina a gente a vive unido, vive junto um com outro independente do lugar.[...] Uma cadeia que não tem o crime organizado, é uma cadeia onde um toma a sacola do outro, um bate no outro, estrupa, faqueia. Cada passo a polícia tira uma pessoa erguida. Aonde tem o crime organizado, igual aqui no Hildebrando e o outro lugar. Não tô merecendo o crime, não tô falando que o crime organizado é uma melhoria pra a sociedade, mas pra massa carcerária o crime organizado é sim uma melhoria. Eles têm disciplina, cada quadro tem Jéti que a disciplina geral da unidade. Daí tem um Jéti<sup>20</sup> de cada galeria de cada quadrado. Tem Jéti e o disciplina de cada galeria e de cada barraco, aí tem uns contenção. Essas pessoas não deixa um bater no outro, não deixa, não deixa brigar, não deixa gritar, não deixa humilha, xingar de maneira alguma, é um respeito total. Mas, tem muitos que se aproveitam dessa situação, se aproveitam dos mais humildes, tanto faz na cadeia, na rua, no serviço, sempre tem uns que se aproveita. Mas, tem que aprender a vive, eu aprendi que a gente tem que aprender a cuidar da vida da gente. Vive a vida da gente independente se nós tava preso, ou não tava! Nós era organizado pra comer, organizado para usar o boi, o tuallet, nós era organizado para tirar uma visita, nós se organizava pra tudo. Aí os cara chega na rua e esquece toda aquela disciplina, aquele respeito que aprendeu lá dentro. É a gente tem que levar muitas coisas boas, eu mesmo quero levar essas coisas boas. Quero explicar para o povo que não é bom cair preso, mas, infelizmente já que tá preso tem que tirar, tem que viver junto um com o outro, engoli até teu inimigo ali dentro, para não acarretar problema. (informação verbal)<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> É a pessoa responsável pela administração das regras, disciplinas e organização. Pessoa que está no topo da hierarquia da prisão para os internos.

<sup>21</sup> Entrevista concedida à autora, em abril de 2019.

As palavras de Antônio demonstraram a falha do Estado em dividir e organizar a população carcerária, e que, diante da falha, ou quando há o caos, ou o crime organizado acaba ganhando mais prestígio, pois possibilita um convívio minimamente organizado e civilizado e gera inclusive aprendizado, conforme a opinião do Antônio. A imposição da disciplina como um mecanismo de exercer o poder é apontado por Michel Foucault da seguinte forma: “Corpo como objeto e alvo do poder. Nesse período, há um grande enfoque ao corpo, um corpo passível de ser manipulado, modelado, treinado, que se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 1997, p. 117).

Em uma análise sobre o poder exercício através do crime organizado sobre os internos do sistema carcerário Camila Dias demonstra em sua análise:

As instituições do sistema de justiça criminal permaneceram, em grande medida, impenetráveis ao processo de redemocratização em curso no Brasil na década de 1980. As práticas arbitrárias – que vão desde os maus-tratos e tortura até a corrupção endêmica e sistemática no interior das unidades prisionais – minam a credibilidade dessas instituições públicas e fortalecem grupos organizados criminosos que impõem um código de comportamento cuja observância é rigidamente controlada e cuja transgressão é punida severamente. (DIAS, 2011, p. 214).

A reflexão feita por Dias sobre o sistema de justiça criminal demonstra nas entrelinhas que não existe um vácuo de poder, quando o Estado não age, alguém acaba agindo, nessa situação que começou a se organizar e a agir foram as facções criminosas. Nesse contexto, começaram a estipular regras de comportamento dentro das prisões brasileiras e nas localidades periféricas e carentes que ficam distante da organização do poder público. As organizações criminosas se entrelaçam na teia das relações sociais para fora das grades dos presídios, incorporando a disputa pelo poder e demonstrando de forma prática que as instituições penais, a criminalidade e a violência fazem parte da organização social como um todo.

As reflexões sobre o domínio de poder nas instituições penais não são apenas pautadas na ausência do Estado, mas sim da sua presença invisibilizada que permite o extermínio dessa população como um projeto político. Maria Perla de Moraes compreende o sistema penal como “uma das instituições que legitimam a necropolítica<sup>22</sup> a fim de silenciar os problemas econômicos e sociais” (MORAIS, 2020, p. 186).

---

<sup>22</sup> Necropolítica é um conceito desenvolvido pelo filósofo negro, historiador, teórico político e professor universitário camaronense Achille Mbembe que, em 2003, escreveu um ensaio questionando os limites da soberania quando o Estado escolhe quem deve viver e quem deve morrer. Ver: Ferrari (2019).

As lembranças de Rodrigo foram perpassadas pelo momento de sua inserção no convívio <sup>23</sup> da Cadeia Pública Hildebrando de Souza:

Não tinha triagem, eu desci direto para o convívio. Na verdade, quando você chega, você não vai para o convívio. Primeiro você entra, aí eles veem se você não deve nada para ninguém, pra daí você entrar para o convívio! Aí quando tá tudo lotado lá tinha que ver se tinha lugar pra você ficar dentro das galerias. No primeiro dia lá um cara, um rapaz lá de, é de Curitiba, é de Paranaguá que tava preso lá já fazia 3 anos. Daí eu encontrei um outro senhor lá no pátio de sol e ele me chamou para vim conversar e falou para eu ir visitar aonde ele tava preso. Aí eu fui lá e conversei com ele, chamei ele, e ele falou que eu podia ficar lá, na primeira (informação verbal)<sup>24</sup>.

O sentido da expressão “não dever nada para ninguém”, está vinculada a duas interpretações. A primeira seria a existência de alguma dívida antes do período de privação da liberdade. A segunda se refere ao artigo que o ingresso no sistema carcerário está respondendo processo, pois, dependendo do artigo

será destinada a uma determinada galeria devido às disputas e tensões internas. Ou seja, existem duas maneiras de se organizar a prisão: uma oficial e a outra estabelecida e cumprida entre os internos. Ressaltamos que a cadeia Pública Hildebrando de Souza abriga reclusos que estão aguardando julgamento.

### 1.3 COSTUMES E IDENTIDADES

Retornando a atenção ainda ao itinerário das lembranças que são vestígios que constituem a identidade do que é ser um recluso, ao narrar o tempo em que foi preso, Ney contou como foi o processo de prestar depoimento na delegacia. Sobre o assunto contou-o da seguinte forma:

Fomos para a 13ª dar o depoimento do que tinha acontecido, eu escutei o depoimento do Thiago, do piá lá. O Thiago fez a parte dele, falou que eu não tinha nada a ver, mas eles eram todos de menor e eu era o único de maior. Aí já viu né, caiu tudo em mim. Como de fato caiu mesmo. Daí eles foram liberado, não sei se ficaram presos, ou não. Mas eu fiquei ali na décima terceira e no outro dia eu desci para Santa Maria [Cadeia Pública Hildebrando de Souza]. (informação verbal)<sup>25</sup>.

No relato anterior, destaca-se a expressão “O Thiago fez a parte dele” que significa que assumiu o seu ato, possui um sentido comum de masculinidade de não mudar suas palavras, nem e situações de extrema pressão como é o caso de um depoimento na delegacia. Esses

<sup>23</sup> As expressões descer para o convívio, ou descer galeria significam que a pessoa foi inserida no local da coletividade onde ficam as pessoas reclusas.

<sup>24</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

<sup>25</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

elementos reforçam a questão das pressões sociais dos grupos e da construção de suas identidades em torno de valores comuns.

O estudo feito por Michael Pollak define a identidade como:

[...] o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 205).

Ney se lembrou das apartações [de acordo com o delito] realizadas dentro do espaço carcerário, pelos próprios(as) internos(as):

Teve um cara que caiu com nós e tava no convívio de boas, pagando de bandido. Aí passou uma semana e caiu um outro cara, aí ele questionou: - O cara, porque esse cara tá no convívio? E nós respondemos: - Porque é ladrão. E ele falou: - Vocês não sabem a cena dele lá fora, o cara surro a muié e jogou as crianças dele pela janela'. Aí começaram a correr a cena, e questionar se era verdade. Aí os cara quase mataram, só não mataram porque os carcereiro invadiram lá com a polícia e não deixaram. Não adianta ser bandido aqui fora e, lá dentro você querer ser bandido. (informação verbal)<sup>26</sup>.

No universo carcerário há uma divisão das pessoas que é elaborada e justificada pelos próprios internos e pela própria administração da prisão para evitar conflitos. Os delitos como tráfico de drogas, assalto, roubo, homicídio “descem para o convívio”, lugar onde fica as galerias. As pessoas que são presas por estupro, violência contra pessoa indefesa (chamadas nas prisões brasileiras como duque), ou delatam algum companheiro (X9 ou cagueta) nas atividades do crime precisa “pagar seguro” um local na prisão que é separado do convívio e do contato com os outros presos, pois não são aceitos dentro das galerias pelo fato de terem rompido com a ética, as regras e a moral do crime. Os presos que vivem nas galerias chamam uns aos outros de “ladrão” ou “irmão” como um marcador identitário. Ao rememorar as lembranças que viveu na cadeia Ney explicou o significado da expressão “ser ladrão” e as apartações existentes no espaço: “Ladrão é todo aquele que corre pelo certo, como roubo, homicídio que não tem estupro, que não matou uma criança”. (informação verbal)<sup>27</sup>.

Ney foi questionado se a violência contra a mulher é vista da mesma maneira pelos reclusos. Assim ele relatou:

<sup>26</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

<sup>27</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

Já tem outra trajetória, fica em outro lugar, porque você não vive com ladrão. Que não tenha violência contra pessoa indefesa. Por exemplo: você pode até ter matado uma mulher, desde que não tenha chegado a ter ato sexual com a mulher, tudo bem. Agora se você matou e prova que você teve alguma coisa com a mulher, tipo o estupro aí já fica ruim. Se você matou uma criança, já fica ruim também, matou uma idosa, um idoso, fica ruim também, porque são pessoas indefesas. Porque tudo tem o certo e errado no crime. Que nem cagueta não se cria. (informação verbal)<sup>28</sup>.

Os termos abordados por Ney trazem vestígios de como a violência de gênero é vista pelos internos do sistema carcerário. Ou seja, a moral e a ética do crime apenas proíbem o uso da violência contra pessoas tidas por eles como indefesas. Mas a violência é utilizada como um instrumento de poder pelos mesmos para atingir seus objetivos, e reproduzida dentro das cadeias com outros internos que romperam com as normas.

Para Heleieth Saffioti, “a violência de gênero acontece às categorias sociais, alvo das agressões – físicas, sexuais, emocionais. [...] É o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos.”. (SAFFIOTI, 2001, p. 115). O relato de Ney, por sua vez, aborda questões mais específicas, distinguindo: o que os internos do sistema penitenciário definem como violência é a violência sexual, a partir de um olhar de gênero, o que um homem pode ou não praticar em termos de violência e contra quem. Nesse sentido, a prática da violência contra grupos considerados socialmente vulneráveis e incapazes de se defender é abominável dentro desses espaços, tendo a dimensão/vínculo afetivo um teor de intensificação para a condenação, entre os pares, daqueles que o praticam. A fonte começa falando de um depoimento, mas ao que dá a entender o interno passa por dois julgamentos: o primeiro é aquele do coletivo externo, representado pelo sistema judiciário; depois, ou concomitante, há o julgamento interno, dos pares, e nesse há também um ritual ainda que não oficial igual ao do judiciário: há regras, há execução de pena e há depoimento.

As apartações sociais existentes no sistema carcerário são mencionadas de maneira indireta por Carlos:

A princípio, uma vez, teve uma lá, mas nem foi rebelião. Os caras que tava mexendo na sacola de alimentação que a família trazia pra gente. Quando chegava as coisas para nós lá, tava faltando as coisas [risos]. Daí nós tava desconfiado que era outros presos que trabalhava na cadeia, os laranjinha<sup>29</sup>.

Na Cadeia Pública Hildebrando de Souza não existe oficialmente setor de trabalho para os internos. Os outros presos a quem Carlos se refere, os denominando como “laranjinhas”,

<sup>28</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

<sup>29</sup> Entrevista concedida à autora, em abril de 2019.

são majoritariamente os reclusos que estão no seguro e exercem alguma atividade dentro da prisão. Na maioria das vezes os internos que pagam seguro respondem a algum processo de crime sexual, possuem alguma dívida com um interno do convívio ou delataram alguém como mencionado.

O processo de identificação é fundamental para a convivência dentro do sistema carcerário e nesse espaço se intensifica a cultura normativa de gênero. Observa-se que existem práticas linguísticas pertencentes à dinâmica cotidiana carcerária que são utilizadas como elementos de identificação. Em meio às conversas com os familiares dos colaboradores, percebeu-se que não existem apenas as práticas linguísticas que demarcam a inserção na dinâmica carcerária, mas também, dentro do ambiente penitenciário, os reclusos utilizam muito o sistema da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para se comunicarem. As razões para a existência desta prática é porque existem escutas dentro da prisão. Essa prática caracteriza expressões desse coletivo, de uma cultura comum.

Os internos(as) no sistema prisional brasileiro criaram e significaram ao longo da história, uma linguagem específica de comunicação e distinções. (STELLA BORTONI, 2021). Ao longo das gravações dos depoimentos orais foi comum o uso das expressões: “ladrão”, “irmão”, “duque” e “laranjinha”.

A delação é vista como uma “caguetagem” dentro das prisões brasileiras. A “caguetagem”, ou delatar, é como infringir a lei da prisão. O historiador E. P. Thompson define o estudo da cultura popular no século XVIII da sociedade inglesa: “Costumes [...] podiam ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias eram codificados e podiam ter força de lei”. (THOMPSON, 1998, p. 15). Nesta discussão o conceito de “costumes” é utilizado como instrumento de análise da linguagem comum como uma prática cultural existente dentro do espaço carcerário de Ponta Grossa, os costumes e a hierarquia prisional tomam para si uma perspectiva de lei como forma de organização do espaço para que o coletivo não vire um caos.

As memórias narradas de Rodrigo e Carlos são convergentes ao relatarem a necessidade de ouvir mais e falar menos na prisão. Rodrigo narrou: “Depois de, uns dois ‘mês’ eu fiz bastante amizade lá dentro. [...] “Eu era quieto, então eu mais escutava do que falava. Quanto mais você ficar quieto melhor é pro cê”. (informação verbal)<sup>30</sup>.

Carlos relatou que para manter um bom convívio no espaço carcerário é necessário: “não se ‘envolve’ e, conversar com as pessoas certas, não ficar falando demais!” A análise para

---

<sup>30</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

a necessidade de se falar menos e ouvir mais pode estar ligada às práticas de não delação e de que o exercício da criminalidade é realizado de maneira sigilosa.

Rodrigo ainda reporta sua memória ao momento que foi acusado de tráfico de entorpecentes no sistema carcerário de Ponta Grossa e a pressão psicológica de não poder delatar o proprietário dos entorpecentes:

Uma vez quase peguei uma falta, na verdade eu quase peguei outro tráfico lá dentro. Acharam droga no meu xadrez. Acharam bastante droga, carregador de celular, sabe. Porque tem cara que tava preso lá por latrocínio. Daí ele tinha matado e roubado. Então ele tinha que cumprir 30 anos já. Daí como ele tava cheio de cadeia, era ele que guardava as coisas para os outros cara lá que vendiam as coisas. Daí essa vez acharam com ele lá, e ele tava no nosso x. Acharam no colchão dele e no dia da revista falaram que tava no meu, sabe. Daí o diretor lá falou para mim que se eu contasse lá que não era meu, eles iam mandar eu para a décima e registrar outro B.O no meu nome. Daí os cara lá de dentro fizeram ele assumir, pois era dele. Daí os caras na hora que eu subi para a décima ligaram lá da Santa Maria falando pra mim voltar. Daí os caras ligaram passaram pelo rádio falando que o outro tinha assumido lá em baixo. Daí mandaram levar eu de novo. (informação verbal)<sup>31</sup>.

Na narrativa de Rodrigo encontram-se vestígios de que a prática de não delação de seus companheiros é um código de ética entre os grupos, que reforça o normativo de gênero e um padrão de masculinidade. O ser homem significa aguentar as consequências dos atos dos outros sem os entregar.

As narrativas de Tânia, Bruna, Rodrigo e Carlos são interligadas pela lembrança “de dormir”. Tânia narrou:

No começo eu levantava lá, e ia ajudar as meninas a limpar. Só que daí por último eu estava entrando em depressão e eu comecei a tomar remédio para dormir. [...] A minha pressão subiu demais e tudo porque aconteceu uns problemas com a minha filha mais nova aqui. E daí fui consultar com o médico lá, daí ele me deu remédio para mim tomar, só que era pra tomar um e eu já tomava dois. (informação verbal)<sup>32</sup>.

Tânia utilizou uma dose maior de medicação para poder dormir mais tempo e aumentar a percepção de aceleração da passagem do tempo.

Já Bruna, questionada sobre a rotina da prisão, reportou sua memória e narrou:

A rotina era todo dia levantar cedo, mas eu sempre levantei tarde porque não tinha vontade de levantar, e cada dia que passava dava mais angústia. Eu passava o meu tempo mais dormindo, então chegava umas 3 ou 4 horas da tarde e as mulheres [agentes penitenciárias] faziam a contagem para ver se todo mundo estava ali. (informação verbal)<sup>33</sup>.

<sup>31</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

<sup>32</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

<sup>33</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

A estrutura de sentimentos que Bruna narrou e constituiu em sua memória sobre a rotina na prisão é o sentimento de angústia e sofrimento, uma experiência indesejada que provocou dor, um provável quadro de depressão.

Rodrigo relatou: “De dia quando não tava dormindo [sorriso]. Eu tava jogando baralho, mas quando dava eu passava dormindo o dia inteiro. Jogava bola dia de sol”. (informação verbal)<sup>34</sup>. O jogar bola e o dormir são as principais atividades utilizadas por Rodrigo para passar o tempo em um ambiente de incertezas e de atividade limitadas como é o espaço da prisão.

Enquanto lugar de lembranças afetivas a prisão se configura como um ambiente que ajuda entender a relação de angústia, tristeza e sono pois é um espaço com atividades limitadas, com um enorme ócio e de vigilância constante, o que retira dos sujeitos a vontade de realizar atividade.

Carlos também mencionou que sua rotina de atividades cotidianas dentro do sistema carcerário era a de ficar deitado assistindo televisão e de dormir:

Nossa quando eu cheguei no convívio era entupido de gente, cada x, de cada galeria tem uns 13 ou 17 cara. Daí lá os presos não ficam fechado dentro da cela, o corredor é aberto pra anda. Você pode sair da cela 1 e ir pra cela 5. Eles me jogaram pra morar na cela 5, e tinha uns cara que tavam comigo na triagem que desceram antes que eu. Daí eu lembro que primeiramente eu dormia no corredor, dormia em 3 no corredor. Nossa era apertado, um calor, um calor, um calor dos inferno lá dentro. Nossa, eu nunca senti um calor tão grande igual eu sentia lá dentro. Eu lembro que eu ia tomar banho de madrugada, umas 3 horas da manhã quando terminava de me enxugar na água gelada do banho, tava suando já, insuportável. [...] Daí foi passando o tempo e foi melhorando as coisas, porque os presos da minha cela que eram transferidos, foi saindo de alvará, aí a gente ia entrando pra dentro da cela. Daí chegou um dia que eu já tinha minha própria cama dentro da cela, daí é mais fácil. Eu ficava o dia inteiro deitado assistindo televisão, aí quando eu cansava, eu ia passear, conversar com algum conhecido, ouvi história que algum outro cara tinha pra conta, não era uma rotina muito estranha, apesar de tá preso. [...] Eu comecei a lidar com uns artesanatos lá, mas eu larguei mão, não tinha muita paciência, o que eu mais fazia era ficar deitado assistindo televisão. (informação verbal)<sup>35</sup>.

As palavras calor e superlotação remetem a um sentido figurativo e simbólico da prisão, como “um calor dos infernos”. Antônio também mencionou anteriormente que “a prisão é um verdadeiro inferno”, ou seja, o significado de inferno dentro de uma linguagem cultural pautada pelo judaísmo e cristianismo remete como o pior lugar que poderia existir, o lugar de punição, de sofrimento e o ambiente hostil e insalubre, é o que colaboram para esse significado atribuído.

---

<sup>34</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

<sup>35</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

Rodrigo e Antônio produziram lembranças de vivência opostas sobre a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa. Ambos ficaram reclusos em momentos diferentes. Rodrigo contou:

Lá na penitenciária é muito pior, lá [...] torturavam a gente, na hora que você entra [silêncio por alguns segundos]. Sei que quando eu entrei lá, eles [...] me levaram para uma sala, acho que tinha mais o menos uns 15/ 20 [...]. Aí esse [...] veio e conversou comigo, sabe. Falou assim: - Eu sou [...] daqui e tals, e perguntava o por que que tava preso? Daí o cara começou a me bater lá. Começou a falar: - Por que você não vai vender pó? Só que eu nem vendia pó. Falou: - Por que você não vai vender pó para os teus filhos, e não sei o que, falou um monte. Daí me bateram, me desmaiaram, eu e mais três que estavam comigo. Eu desmaiei umas duas vezes e acordei. Daí o cara, esse [...] falou: - Que eles estavam fazendo aquilo pra mim ver que não era como na Santa Maria, que ali não podia fazer o que quisesse e, não sei o que. E daí tipo assim esse tempo que eu fiquei lá foi o pior, o pior tempo que eu fiquei preso foi lá. (informação verbal)<sup>36</sup>.

As recordações de Rodrigo são perpassadas por imagens de abuso de autoridade, uma prática proibida na lei de execuções penais, mas que muitas vezes diante da invisibilidade do espaço privado das prisões acaba se tornando comum, visando que a violência física, psicológica e verbal sejam maneiras de deixar o punir mais severo e a pena mais dura.

Rodrigo mencionou a diferença na rotina de um estabelecimento prisional para o outro:

Mudou muito a rotina, porque lá em cima [Cadeia Pública Hildebrando de Souza] você tinha mais liberdade. Na de baixo [Penitenciária Estadual de Ponta Grossa] lá já não, só ficava trancado nos primeiros 30 dias que você ficava lá na triagem. Daí você ficava só trancado, não tinha sol, não tinha nada. Tinha horário pra você comer, 5 horas da manhã era o café aí você tinha que tá de pé, se não, não pegava o café. Daí lá não é igual ali na Santa, lá não tem grade é só porta de aço, é só aquele vidrinho assim. Não sei se você já viu em filme aqueles vidrinhos? É igualzinho, é a mesma coisa dois andares igual filme. É aquele troço tudo por alto falante para comunicar com os preso, sabe? Nossa não tem contato pessoal com o agente, não tem contato, só na hora que eles vão te tirar de lá que eles entram. Se não, não. Para você tomar um banho vamos supor, você tem que sair da cela eles apertam um botão lá em cima e abre a tua porta, daí você sai e eles falam no alto falante, é bem mais ruim sabe. Banho gelado, não era chuveiro sabe, só sai um cano da laje e sai com uma pressão, aí você tinha 3 minutos de banho, se não desligava a água. Daí que nem café da manhã, que nem eu te falei que é as 5 horas. Você tinha que levantar as 5 horas e pegar o café e tomar o café. Aí meio dia vinha a marmita, aí você comia, e daí 7 horas, não, 5:30 vinha a janta. Daí você comia o marmitex e tinha que lavar ainda. Sabe o papel alumínio? Você tinha que lavar e amassar de novo, sabe? Para daí devolver e você tinha que comer tudo e, você tinha um tempo para comer acho que 10 ou 15 minutos. (informação verbal)<sup>37</sup>.

A repetição do termo utilizado por Rodrigo estava indicando a ordem e a norma que são compostas por lembranças de uma rotina dura, rígida e inflexível que demonstram o controle total do Estado sobre os corpos, e através da mecanização imposta pela rotina da

<sup>36</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

<sup>37</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

penitenciária se tenta “implantar o caráter pedagógico de reinserção social”, para que os sujeitos não queiram voltar a viver aquela mesma experiência. Entretanto, existem fatores externos, após a saída da prisão que interferem na interpretação dessa experiência, e a partir da teia de relações sociais os indivíduos tecem suas vivências sobre os mecanismos de reinserção ou reincidência.

Antônio narrou as principais diferenças que ele observou sobre as prisões de Ponta Grossa:

Na penitenciária lá embaixo é cinco pessoa no fechado, só cinco pessoa por barraco. A higiene é bem melhor que Hidelbrando é bem melhor o atendimento, é bem melhor tudo. É o Estado o DEPEN que fornece material de higiene, mas ele fornece um rolo de papel higiênico para quinze dias, uma pasta de dente para quinze dias, uma escova de dente para três meses. Tem um controle bem rígido, é bem ruim, bem complicado. Sempre falta as coisas, sabonete é meio sabonete pra quinze dia. Controlam tudo é uma opressão total. A pessoa tem que viver de cabeça baixa, de mão para traz não pode olhar no olho deles, se não já é ruim para cumprir. É opressão mesmo. Na verdade eles tão lá pra tentar mudar as pessoas, mas na forma que é feito que eles agem eles não vão conseguir mudar ninguém, eles estão fazendo uma fabrica de bandido porque não é assim que muda as pessoas, né? é bem diferente. (informação verbal)<sup>38</sup>.

Michel Foucault analisa a construção histórica das prisões como forma de punição:

Se constitui fora do aparelho judiciário, quando se elaboram por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de força, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-lo numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação. [...] A prisão foi desde seu início uma ‘detenção legal’ encarada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação da liberdade permite fazer no sistema legal (FOUCAULT, 1997, p. 190-192).

Durante o percurso da pesquisa foi marcada uma expressão que chamou atenção para interpretarmos os significados e sentidos atribuídos: “está cheirando cadeia”. Durante a análise das fontes orais foi possível interpretar que essa expressão é utilizada para denominar que a pessoa já está reclusa há um período considerado longo por seus familiares, e, assim, acaba enalacrado em sua pele, ou nos artesanatos que produz, o cheiro do bolor, umidade e cigarro (nos estabelecimentos que são permitidos). Nota-se também que “o cheiro de cadeia”, demora em média de uma ou duas semanas para sair da pele, após a liberdade. Destacamos que a expressão “está cheirando cadeia” se opõe a expressão que Elisabete narrou “está cheirando x-salada”, como forma de caracterizar as pessoas que acabaram de se inserir no sistema carcerário.

---

<sup>38</sup> Entrevista concedida à autora, em abril de 2019.

A experiência de encarceramento foi mencionada como a vivência em um ambiente hostil, em que as pessoas precisam criar forças para conseguir fazer alguma coisa e até os próprios procedimentos de segurança podem inibir ou impedir a realização de muitas atividades que possam sair um pouco da rotina prisional. Existe um extenso debate e grande dificuldade para que grupos como universitários e pastorais possam implantar atividades diferenciadas com o caráter de humanização das penas. As identidades que se forjam são de pessoas que estão à margem da sociedade, sobre constante interferência e vigia de seus corpos. Além de perderem sua liberdade, perdem o poder de decisões e escolhas pessoais, são desprovidos de qualquer traço de individualidade e forçados a um modo de vida e identidade coletiva daqueles que entraram em conflito com a lei.

## CAPÍTULO 2 - RELAÇÕES DE GÊNERO NA PRISÃO

O cerne de discussão deste capítulo são as lembranças narradas sobre tensões de gênero vividas sob custódia do Estado entre a Cadeia Pública Hildebrando de Souza, Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, Cadeia Pública de Teixeira Soares, Complexo Médico Penal em Pinhas e Penitenciária Feminina de Piraquara, todos os estabelecimentos localizados no Estado do Paraná

O capítulo está dividido em duas seções: a primeira tem como objetivo compreender como o grupo de mulheres entrevistadas significam a maternidade, as hierarquias, a construção de identidades e o abandono muitas vezes vivenciado. A segunda seção tem como objetivo entender os significados atribuídos a paternidade, hierarquia e a construção da identidade.

### 2.1 GESTAR, PARIR E SER MÃE NO CÁRCERE

As tensões do cotidiano de reclusão das mulheres ao se separarem de seus companheiros por estarem presos ou correrem o risco de irem presos. Na forma de uma avalanche narrativa, várias questões emergiram na reconstrução do passado da privação da liberdade de Elisabete Taylor. Uma das principais recordações é a da chegada de uma interna considerada dentro da norma e moral das outras internas como “duque”<sup>39</sup>. Ressalta-se que, da mesma maneira que nas penitenciárias masculinas, as penitenciárias femininas também possuem regras e um código de conduta elaborado pelas internas. De acordo com ela:

Que nem uma coisa que me marcou bastante foi da grávida que tava com nós no Complexo Penal e ela foi presa porque o marido dela agredia a criança dela. Então o juiz achou que ela era conivente e foi expedido o mandado de prisão pra ela. E ela foi presa, daí foi morar no cubículo 10 no Complexo Penal e nós morava no 6. Daí no 10, eu não sei o que aconteceu lá que as presas, as meninas jogaram ela pra fora do cubículo, daí ela foi lá pra frente onde deixavam os loucos na solitária. Sabe, aonde nós morava tinha um quarto, uma cama e onde ela ficou era com grade tudo. Não tinha torneira pra ela tomar água, ela tinha que tá pedindo para as guarda pra dar um litro, uma garrafa com água para ela. Então era bem deselegante até pra ela sentar ali e fazer uma necessidade porque quem passava via ela sentada ali fazendo as necessidades dela. Então era bem estranho, daí quando eu fui pro pátio eu olhei e vi aquela menina triste lá e fiquei abismada. Daí pensei: coitada, e fui perguntar o que realmente tinha acontecido, daí a guarda falou, explicou tudo que ela tava grávida. Daí eu fui, só que as meninas já tinham comentado: - A tem uma duque aí, que agrediu o filho dela. Daí eu fui e falei pra guarda: -Coloque ela aqui junto no nosso cubículo, e as outras presas já não gostaram. Porque pensaram: -Como que nós vamos colocar uma duque aqui dentro do cubículo? Mas, eu era a mais velha do quarto e já era a mais velha que tava lá. Aí falei: -Não, assim como nós estamos grávida ela também tá, as

<sup>39</sup> Presa que rompeu com a norma carcerária por ter permitido que cometessem violência contra uma pessoa indefesa, no caso seu próprio filho. E que também rompeu com a norma social do que é esperado para a figura de uma mãe, que é ser uma boa mãe.

mesmas necessidades que nós temos, ela também tem, se vocês não olham por ela, olhem pela criança que está na barriga dela. Vocês acham que a criança não está sofrendo também? Assim como ela tá sofrendo todo o nervosismo está indo para a criança. [...] Então você tentar conversar com a pessoa, tentar perguntar, tentar convencer ela, você com a tua razão e ela com a dela. Mas, você tentar trabalhar em cima daquilo pra ela ver que também é um ser humano que ela também está ali e está pagando. Mas, vamos deixar que a justiça de uma olhada pra ela com outro olhar porque pelo menos nós vamos pagar a nossa pena porque quem gosta de cadeia que pegue a cadeia e coloque no bolso e saia andando. Porque eu não gosto, o meu progresso é lá na rua. O que ela fez ou deixou de fazer não me importa, porque eu sei do meu processo, do meu artigo, dos outros eu não quero nem saber. Cada um tem que saber do seu (informação verbal)<sup>40</sup>.

A partir da narrativa de Elisabete Taylor analisa-se que também existem os valores normativos associados ao ser mulher e que são reproduzidos no sistema penitenciário pelas mulheres, inclusive as sanções, com o agravante da punição social ser mais intensa dentro das instituições por fatores que são inerentes a ela. Existe uma expectativa sobre o que significa ser homem e o que significa ser mulher, o rompimento com isso gera exclusões e violências. No caso das mulheres, a feminilidade está diretamente relacionada com a maternidade e com o amor materno que Elisabeth Badinter define “a mãe é idealizada enquanto um sujeito cuja existência está voltada exclusivamente para a sua prole” (BADINTER, 1985 *apud* LOPES, 2019, p. 180).

Uma mãe não cuidar da filha é motivo de segregação, mesmo que esteja grávida. A cultura da prisão não está dissociada da cultura no sentido mais amplo, dos valores culturais predominantes. A existência da “duque” e, da delimitação de quem pode ou não estar no “convívio” tem marcas culturais de gênero bem explícitas.

Para Joan Scott,

As feministas começaram a utilizar a palavra ‘gênero’ mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos. A referência à gramática é ao mesmo tempo explícita e plena de possibilidades não-examinadas. [...] O termo ‘gênero’ também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. [...] ‘Gênero’ é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 72).

De acordo com Maria Luiza Bernardi,

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma primária de dar significado às relações de poder. A importância das relações sociais, juntamente com as estruturas familiares, surge quando para sua manutenção é necessário a organização através do exercício de atividades, exercício que necessita de representantes, ou seja, a determinação e a tomada de papéis (BERNARDI, 2013).

---

<sup>40</sup> Entrevista concedida à autora, em agosto de 2019.

Os normativos de gênero padronizaram ao longo da história o estereótipo do que é ser mulher com características de feminilidade, a obrigatoriedade social do casamento, de ser mãe e ainda ser uma boa mãe. Da mesma forma que moralmente se repudia a “mãe má” no mundo fora da prisão, esta punição também é aplicada e acentuada pelas internas no sistema carcerário. No relato, não é dito que ela agredia a filha, mas que não a defendeu. Não se sabe da vida dessa interna, da saúde emocional dela, se também apanhava do marido, entre outras coisas. Apenas que a palavra e interpretação do juiz foi o suficiente para segregá-la ainda mais: primeiro do coletivo externo e, dentro da prisão, das outras internas (inclusive guardas) e vivenciando punições a ela. Observa-se que o argumento em favor de inseri-la com as demais foi embasado no cuidado com a criança e o fato de Elisabete dizer que ao fazer a mãe sofrer, elas faziam a criança também sofrer. Ou seja, a mulher só foi aceita por estar gerando uma vida.

Os estereótipos construídos historicamente sob a figura feminina punem duplamente as mulheres que passaram pela experiência de encarceramento por três motivos: primeiro porque as instituições penais foram pensadas por homens para punir outros homens, deixando as mulheres duplamente marginalizadas; segundo porque são pouquíssimas as prisões que contam com suporte para necessidades específicas das mulheres como período gestacional, pós-parto e exercício da maternidade; terceiro o próprio encarceramento do filho(a) junto com a mãe ou o afastamento e interrupção do exercício da maternidade. A autora Nana Queiroz aborda em seu trabalho de campo um relato sobre a interrupção do exercício da maternidade que as mulheres reclusas vivenciam. De acordo com o relato de Nana Queiroz:

Depois de quase seis anos, era a primeira vez que Safira podia fazer o café da manhã dos dois filhos — um de seus desejos imediatos na sua primeira saída do presídio no regime semiaberto. Colocou os copos na mesa, sorridente. Um dos meninos olhou aquilo com estranheza. — Mas você não sabe, mãe, que a gente não toma café, só toma Toddy? A frase caiu sobre ela com o peso dos anos perdidos. Em sete anos de prisão, chegara a ficar três sem vê-los. Perdeu o primeiro dia de aula, a primeira vez que andaram de bicicleta. O mais velho, de 13 anos, já tinha até uma namorada. Eu não conheço meus filhos. Eu sou assim: eles sabem que eu sou a mãe deles, mas praticamente sou uma desconhecida. Além de eu ter que me adaptar às coisas que eu perdi todo esse período que estive presa, eu tenho que aprender a conhecer os MEUS filhos (QUEIROZ, 2015, p. 12).

A prisão vai além da restrição da liberdade, priva a percepção da passagem do tempo e das transformações vividas por seus pares fora do espaço carcerário. A posterior liberdade inicia um processo de (re)adaptação ao convívio com seus familiares; e a intensidade do punir se materializa nas expressões como “o tempo perdido” de vivência junto ao seus. A experiência de reclusão demarca dois lugares de memória, a prisão como ambiente cotidiano e o fora da

prisão como experiência de seus pares e a impossibilidade de vivência desses momentos como lembranças coletivas, narradas por seus pares, mas não vividas por eles.

No âmbito jurídico, vem se tentando aos poucos minimizar as características da punição através da humanização do atendimento ao apenado pela prisão domiciliar, visando a não interrupção do exercício da maternidade, ou pela Ala Materna nas Penitenciárias femininas. Contudo, na prática, a tentativa de humanização nem sempre tem os seus objetivos alcançados. Elisabete Taylor chegou a mencionar que seu advogado pediu prisão domiciliar, por ela ter filhos menores de idade e por sua gestação ser de risco. Todavia, o pedido foi negado, pois o tráfico de drogas é considerado um crime hediondo. Elisabete Taylor não foi apenas julgada pelo poder judiciário, mas também pela sociedade. Nos contou que ouviu muitas vezes: “Se pensasse nos seus filhos não tinha ido buscar droga no Paraguai, grávida” (informação verbal)<sup>41</sup>. Existe um padrão normativo de gênero que engloba o exercício da maternidade, onde a mãe sempre deve se sacrificar pelos filhos, mas esse sacrifício deve ser feito dentro da “ordem” social instituída. Se a mulher mãe rompe essa “ordem”, ainda que seja para proporcionar melhores condições de vivência material para seus filhos, ela é julgada como se não fosse uma boa mãe, por não estar cumprindo com o padrão histórico.

Em meio aos escombros da memória de sua gestação, Elisabete relembra o cheiro do bolor como um marcador olfativo e identitário dessa experiência de gestação e pós-parto na Penitenciária Feminina de Piraquara:

Eu saí do Complexo Médico Penal e já descii direto do hospital de quando eu ganhei ela eu tive que deixar ela no hospital. Ela ficou dia quatro, dia cinco e só foi liberada no dia seis. Daí eu tava no Complexo Médico Penal e fui no hospital e peguei ela, e já fui de transferência para a feminina. Porque lá eles têm uma ala pra mãe ficar com as crianças que é a galeria A, só que também já não mudava muita coisa porque não tinha muita coisa. Era um espaço muito pequeno, os cubículos era muito úmido assim, para ficar com criança, e as crianças não tinham a atenção devida na questão de médico. Porque assim, ia uma médica até lá, mas a médica atendia uma medida porque tinha as crianças certas para ser ‘atendida’. As vacinas eles deixavam atrasar bastante, deixavam acumular um tanto de vacina para que as enfermeiras da região do posto de Piraquara irem até lá na Penitenciária para aplicar a vacina nas crianças. Então, teve vacina que a minha menina tomou bem atrasada. Toda uma interferência, já não tem todo o cuidado. Eles falam que é um lugar próprio pra criança que pretendem um atendimento, mas não tem. É aquele atendimento que eles consegue proporcionar no ambiente prisional, né? É um ambiente bem mais difícil e bem mais ruim que pro adulto, porque para o adulto tem uma atenção maior do que para as crianças. Porque se eu ficasse doente lá, eu já pedia médico hoje e semana que vem já tava marcado. Agora se a criança ficasse doente eles só levavam para o hospital se eles ‘vessem’ que era muito urgente! Se você estava no cubículo e visse que a criança estava passando mal, você tinha que ficar gritando: -Guarda, guarda, guarda. Aí tinha uma enfermeira

---

<sup>41</sup>Entrevista concedida à autora, em agosto de 2019.

que era própria para as crianças. Aí ela vinha e primeiro tinha que averiguar se a criança estava mesmo realmente passando muito mal, se estava com muita febre. Então primeiro passava por ela pra depois ir ver se tinha uma escolta pra levar a criança no hospital. Mesma coisa no Complexo Penal, lá também é assim (informação verbal)<sup>42</sup>.

A partir do relato de Elisabete Taylor sobre sua gestação no sistema carcerário analisa-se que para a criança exercer o seu direito sobre o aleitamento materno<sup>43</sup>. A criança é restrita de outros direitos, como o direito a sua liberdade, o acesso à saúde que é muitas vezes negligenciado e, por fim, a criança é punida por sua mãe encontrar-se em situação de reclusão e a punição desta a criança intensifica a punição da mulher/mãe.

Elisabete Taylor narrou a dificuldade do acesso à saúde no ambiente prisional:

Se você passasse mal e não tivesse nenhum médico ali, porque não tinha mesmo, porque era só ginecologista. Aí tinha que esperar eles ver com a escolta tudo e demorava muito sabe, muito demorado o atendimento. Não é aquela visão que eles colocam de que o Complexo Penal atende as pessoas que estão doentes, que estão precisando de tratamento, não só para as grávidas, mas para todo o tipo de acompanhamento. É na realidade é outra coisa porque eu vi pessoas a falecer no Complexo Penal, mulheres que perderam a criança, sabe? Então era uma coisa que você ficar naquele ambiente você já ficava sem reação! Você ficava pensando: - Nossa, me trouxeram pra cá, por quê? Se aqui, não tinha médico, então que me deixasse lá no mesmo jeito. Me tiraram de um lugar pra coloca em outro que não tem nada do mesmo jeito, que não tem solução nenhuma. Quando eu cheguei lá em setembro, ela [outra gestante] era de Ponta Grossa aqui também e ela reclamava que tinha muita dor. E eu falava: - Marque médico. E ela pedia atendimento, pedia para as guarda marcar quando a doutora tivesse lá. Mas a doutora nunca conseguia atender ela, sabe? Eles achavam assim: -Ah essas daí acha que ela é prioridade, que ela tá presa e acha que tá num Spa aqui. Ela só seria atendida na hora que ela tiver uma dor. E eles não vinham atender ela, e ela reclamava que tava com dor por baixo, com dor na bexiga. Eu falava: -Eu acho que você deve está com alguma infecção. Aí passou uns dias e quando ela começou a ir no banheiro ela começou a feder lá dentro do cubículo. Fedia, fedia, fedia, fedia muito assim, sabe? Quando ela fazia xixi fedia muito. Aí eu fui e chamei a enfermeira assim: -Pelo amor de Deus essa mulher deve esta com alguma coisa podre dentro dela porque não pode a mulher estar fedendo tanto quando vai fazer xixi. Fedia tudo, aí pegaram ela e levaram para o hospital, e foi uma briga também porque a enfermeira não queria levar porque acho que era coisa da nossa cabeça. Porque eles achavam que preso quando falava que tava doente é porque queria passear. Eles achavam que era assim, não pensavam que era porque você estava realmente doente. Daí brigamos tudo com a enfermeira, daí a enfermeira levou ela. Aí quando ela chegou no hospital a enfermeira veio no nosso cubículo e perguntou se nós tinha o telefone da família dela, alguma coisa. Aí nós falamos que não, porque nós se conhecemos ali, e não tinha como nós ter o telefone dela se nem telefone nós tinha pra ligar. Aí eu falei: - Eu acho que ela não tem nem família, tem que ver com a

<sup>42</sup> Entrevista concedida à autora, em agosto de 2019.

<sup>43</sup> Constituição Federal Brasileira (**art. 5º, L**) determina que as presidiárias devem permanecer com seus filhos durante seis meses para amamentação, aliada a Lei de Execução Penal (LEPL) cujo **artigo 83, § 2º**, versa sobre o ambiente prisional feminino, para que os mesmos sejam dotados de berçários como o intuito de prover às detentas e seus filhos local ideal para a pratica de amamentação. Corroborando com essas nuances, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que o poder público, instituições e empregadores propiciem condições favoráveis ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade (art. 9º). (CARVALHO, 2013).

outra menina lá que conhece ela. Daí nós perguntamos o que aconteceu. E ela respondeu que já fazia sete dias que a criança estava morta dentro dela (informação verbal)<sup>44</sup>.

O relato de Elisabete Taylor chama atenção sobre a mulher que sofreu um aborto espontâneo dentro do sistema carcerário. Foi um aborto ocasionado pela falta de recursos e cuidados adequados com a gestante. Há uma nítida intermediação entre o atendimento à saúde da gestante grávida e os médicos, realizada pelas guardas. Estas por sua vez, por desconhecimento de direitos humanos básicos, por orientação ou simplesmente poder controlar, classificam quem pode ser atendida e quem não. Nesse processo de escolha e de negação ao direito à saúde, muitas vezes o resultado é a morte do bebê ou, como mencionado na fonte, da própria gestante. A dificuldade ao acesso à saúde dentro das prisões está vinculada à dificuldade do acesso à saúde das populações mais carentes, por mais que a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) seja um marco histórico de um direito adquirido. De acordo com Marluci Assis e Jesus sobre o acesso ao serviço de saúde “[...] a legalidade de uma proposta não assegura a sua implementação”. (ASSIS; JESUS, 2012, p. 2866).

Elisabete não foi a única a se recordar de episódios traumáticos referentes a falta de atendimento médico na prisão. Tânia, ao ser questionada sobre o que mais a marcou negativamente dentro do sistema penitenciário, relatou que viu uma de suas companheiras com complicações de saúde:

Lá é mais tristeza, porque alegria lá dentro é difícil. Uma senhora lá que nós chamava ela de tia, não sei o que que deu na coitada que começou a estourar sangue por todo o lado, pelo ouvido. E eles deixaram ela jogada parecendo um animal, e a gente não podia fazer nada. Nossa, a mulher saía pra tudo quanto era lado sangue dela, foi duro. E deixaram ela lá, passado uma hora que foram buscar ela. Lá não tem nada pra dizer que tem alguma coisa boa, a gente é tratada igual animal lá dentro (informação verbal)<sup>45</sup>.

Ainda que o direito ao acesso à saúde esteja assegurado pela Constituição Federal do Brasil, na vida cotidiana e prática das pessoas que se encontram às margens da sociedade, como o caso das pessoas que se encontram nas prisões brasileiras a realidade é outra. A dificuldade de acesso à saúde é bem maior para as populações marginalizadas e uma das justificativas historicamente construídas que viabilizam essa negligência por parte do Estado é que existe um discurso de desumanização das pessoas que cumprem pena restritiva de liberdade. Toda forma

---

<sup>44</sup> Entrevista concedida à autora, em agosto de 2019.

<sup>45</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

de negligência é naturalizada como uma maneira de endurecer as penas, por mais que existam intensos debates sobre o respeito à dignidade humana e aos Direitos Humanos na sociedade, existe um grande apelo sensacionalista de alguns representantes políticos e da opinião pública, para que a pena seja punitiva e não regeneradora.

As memórias de Elisabete Taylor, Tânia e Bruna possuem uma similaridade: as três entrevistadas quando passaram pela experiência de privação da liberdade, também vivenciaram a experiências de interrupção ou controle do exercício da maternidade por parte do Estado.

Um fato relevante foi que as denúncias mais graves relatadas por elas em relação a violação dos direitos humanos não são relatadas em primeira pessoa, mas histórias de outros e que elas testemunharam. Levantando o questionamento se: Elas contariam se fosse com elas? Talvez se fosse com elas o trauma silenciaria as memórias narradas dessas experiências. Percebe-se que a relação sistema carcerário e violência está muito relacionada, mas possuem uma dimensão de gênero: os homens estão sujeitos a agressões físicas; as mulheres, de acordo com os relatos, estão mais sujeitas a ausência de cuidado durante a gestação que, por si só já é um período da vida em que a mulher está vulnerável, mas que se torna ainda mais acentuado dentro da prisão. A questão do isolamento elaborado pelos pares também é outro fator que está associado a uma interpretação hegemônica do que é ser homem e o que é ser mulher. Assim, a masculinidade hegemônica dentro da prisão ainda é marcada pela violência, mas desde que esta seja perpetrada contra um igual, outro homem; já a feminilidade é marcada pela maternidade e pelo ideal de que a mulher deve proteger, amar e cuidar dos filhos em qualquer circunstância. As características de masculinidade hegemônica são entendidas por Robert W. Connell e James Messerschmidt como “[...] um padrão de práticas”. (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

Claudia Priori sintetiza o modelo histórico de feminilidade que é rompido pelas mulheres que entram em conflito com a lei:

O discurso da aparente impossibilidade da violência feminina espera que as mulheres não cometam violência, não tenham práticas e atitudes diferentes daquelas apregoadas pelo modelo ideal de uma feminilidade controlada, passiva e amistosa. Porém, as práticas sociais têm se mostrado bem diferentes dos discursos e representações sociais atribuídas ao feminino pelo normativo de gênero. (PRIORI, 2012, p. 200).

As práticas sociais que têm levado as mulheres aos estabelecimentos penais são opostas aos discursos e representações ao feminino normativo de gênero, tem respaldado ao longo da história o controle do Estado sobre o corpo da mulher e o exercício da maternidade. Como mencionado, Elisabete Taylor passou pela experiência de estar em período gestacional

no sistema penitenciário, sendo transferida para o Complexo Médico Penal, além de ter sido separada de seus outros dois filhos memores de idade.

Daí lá [Complexo Médico Penal] eu não fiz nem exame de gravidez nada, eu não fiz exame de sangue, nada. A única coisa que eu fiz lá foi quatro ultrassom. Então, nessas partes eles não ligavam muito se você estava bem, ou se não estava. Não faziam um exame para ver se você tem doença. Eu fui para o hospital ter a minha nenê e tive que ficar sem amamentar ela porque tinha que ficar esperando vim o resultado dos meus exames. [...] Daí eu ganhei ela, acho que era meia-noite, mais o menos e daí quando foi três horas da manhã que ficou pronto os resultados dos exames, daí que eles trouxeram ela pra mim amamentar. [...] Saí do Complexo Médico Penal e fui direto para o Hospital Angelina Caron que é na Fazenda Rio Grande. Daí você vai lá, daí você tem o acompanhamento. Tipo, em questão das pessoas do hospital, de equipe médica tudo não tem discriminação. Mas, é mais assim das outras pessoas que tão ali, dos outros pacientes que tem a discriminação porque é presa. Porque até você fica algemada pelo tornozelo, eles colocam um marca-passos no tornozelo teu você fica com um pé algemado e o outro sem. Chega de escolta também, com a ambulância e com a escolta também. Chega algemada tudo também normalmente e com marca-passos, você entra no hospital assim. Daí eles só tiram as tuas algemas e o marca-passos a hora que você vai para o centro cirúrgico. Você saiu do centro cirúrgico você já é colocada na cama e deitada já com o marca-passos num pé teu. Aí quando você quer levantar, como tem um policial que fica, né, a noite inteira pro lado de fora do quarto esperando, você tem que pedir para o policial, para o agente penitenciário vim e abrir o teu marca-passos e você ir no banheiro. Aí voltou, ele coloca de novo. Na verdade, não tinha como você fugir porque ali estava tudo fechado as janelas. Aí a gente não ia pular a janela e deixar a criança ali, né. Seria uma morte fatal. E tem a questão assim: tanto é que a minha menina nasceu com o sangue A+ e o meu é O+. Ela não tinha o mesmo sangue que eu. Então, ela tinha que fazer os exames, tinha que dar a vacina pra ela, né. E o policial começou a brigar com a médica porque eles queriam que me liberassem antes. Porque eu tinha que ficar três dias para ficar esperando ela e ele começou a brigar com a médica dizendo que não e não, que eu não podia ficar ali porque eu estava presa e eles tinham que me dar alta. Então, eles me deram alta no sábado e ela ficou ali internada. [...] Tipo, na questão do hospital foi um atendimento muito bom, eu não posso reclamar nem dos médicos e nem dos enfermeiros sabe, eles foram bem atenciosos não teve discriminação nenhuma, sabe? A discriminação mesmo vem mais dos [...] e de um ou outro paciente mesmo. [...] As enfermeiras que tavam lá não ficavam deixando o [...] entrar pra dentro do quarto. Porque ali tavam as mulher em observação e do outro lado já era dividido com quem já tinha ganhado a criança. Então, ele não podia ficar entrando, por ter a figura masculina, ele não poderia ficar entrando toda hora ali. Ainda é difícil nas escolta a maioria é policial masculino. Não tem mulher muito pra atender e ficar acompanhando. O meu trabalho de parto foi normal, porque quando começou a dar as dor em mim, eu já falei pras meninas: -Eu tô sentindo contração. E elas responderam: - Mas será? E eu falei: - Eu tô sentindo as contração. Eu comecei a caminhar de um lado para o outro no quarto e fiquei tomando banho na água gelada e andando de um lado para o outro, então aquilo ali fez com que eu não sofresse. Aí foi um parto natural mais rápido e não vim a sofrer tanta dor (informação verbal)<sup>46</sup>.

As lembranças narradas por Elisabete Taylor demonstraram a intensificação da punição de gênero à mulher gestante, o desconforto em usar marca-passos, algemas e chegar

---

<sup>46</sup> Entrevista concedida à autora, em agosto de 2019.

escortada no hospital. Em nossa sociedade é comum a cobrança para que as mulheres se tornem mães, exceto para as mulheres que entram em conflito com a lei pois são marginalizadas.

A principal diferença entre a história de Bruna e Elisabete, é que a filha de Bruna nasceu fora do ambiente prisional e, por esta razão, foi afastada de sua mãe. A filha de Elisabete Taylor, por nascer dentro do sistema penitenciário, possuía o direito ao aleitamento materno e do convívio com sua mãe até os dois anos de idade, mas perderia o direito à liberdade e ao acesso comum a saúde, caso continuasse no ambiente carcerário. Elisabete Taylor contou:

A minha nenê quando eu cheguei na feminina, ela ficou de um mês até seis meses comigo, daí quando ela ia subir creche. Porque as crianças sobem creche e a mãe desce galeria sai da galeria A e vai para a galeria B, C, D e E. Então, a criança já não fica no mesmo lugar junto com as mães, porque a mãe desce no coletivo com as outras presas e a criança fica na creche, dorme tudo na creche. Dorme com as agentes penitenciárias, porque fica uma agente penitenciária lá cuidando delas e, meio período fica eu e, meio período fica outra presa lá, outra detenta cuidando dela. [...], a minha menininha vivia engripadinha e não sarava. Aí eles me falaram: -Viu você vai subir adaptar a tua nenê já com seis meses. Aí eu comecei a subir adaptar, nós tomava o banho de sol junto com as crianças na creche. Nós que tinha crianças. Daí eu comecei a subir e ver a realidade das outras presas. Aí eu vi que a minha menininha não ia ter atenção porque se você está aí com o teu filho naquele lugar, a única coisa que você quer fazer é dar atenção para ele, você não vai dar atenção para o filho da outra. [...] Aí eu já ficava pensando por mais que eu erre não é justo que eu fique com a minha filha aqui. Daí fui conversar com minha irmã, e ela falou que ia ter condição de trazer ela embora. Com cinco para seis meses, ela veio embora. [...] A criança ficava separada da mãe e tipo também está privada de muitas coisas. [...] A agente penitenciária não podia dar mais mama porque já aconteceu da agente penitenciária colocar a criança para dormir e a criança se afogar a noite e ter refluxo. Então eles proibiram da agente penitenciária amamentar, mas ainda tinha umas que fazia isso porque ficavam com dó das crianças porque pense o ser humano, o adulto, comer às seis horas da tarde se acordar de madrugada vai ficar com fome. Mas agora pense uma criança que tinha a hora certa para dormir. Com seis meses tinha que começar a adaptar eles com o horário certo para dormir. Eles acordavam de manhã e tinham o horário certo para comer, tinham o horário para o lanchinho, entre o meio-dia e uma hora eles podiam dormir, se passasse disso eles não poderiam dormir mais. Porque seis horas eles precisavam dormir e você não poderia deixar seu filho sem dormir naquele horário. Se você deixasse ele dormir a guarda já vinha e dizia: -Você não pode deixar ele dormir, você tem que deixar ele acordado. Daí tinha mãe que ia lá e lavava o rosto da criança sabe, tinha mãe que ia lá e ficava brincando com a criança, sabe? Sempre tentando entreter a criança para que ela não dormisse, para que depois das seis horas ela estivesse pronta para dormir. Aí eu comecei a olhar toda aquela rotina e pensei: - Não, eu prefiro que a minha filha fique longe de mim, prefiro eu ficar sofrendo de saudade por estar longe dela. Porque o meu sonho era ter uma menina (informação verbal)<sup>47</sup>.

O que Elisabete Taylor e Bruna relataram demonstrou que a punição não atinge apenas a mulher, mas também seus filhos, seja por ficarem separados de suas mães, ficarem privados de liberdade e ainda pela intervenção total do Estado no controle de seus corpos, rotina e as

---

<sup>47</sup> Entrevista concedida à autora, em agosto de 2019.

condições degradantes de sobrevivência extremamente prejudiciais para a saúde da criança, como o ambiente úmido, fechado e com pouca ventilação.

Tânia relatou sobre a separação que a prisão proporcionou para ela e suas filhas, a mais nova que ainda era menor de idade. Durante a narrativa sobre as lembranças do período de aprisionamento Tânia lembrou que passou por um momento de mal-estar e complicações de saúde, a mesma atribuiu esses episódios à saudade que sentia de suas filhas como causador dos males:

A minha pressão subiu demais, porque aconteceu uns problemas com a minha filha mais nova aqui [se refere a estar fora da prisão]. E daí fui consultar com o médico lá, daí ele me deu remédio para mim tomar, só que era pra tomar um e eu já tomava dois. Deus o livre, minha filha quando ganhou o nenê e eu tava lá. O primeiro neto eu estava presa, eu fui saber que ela tava grávida, quando eu tava presa. Eu nem vi ela grávida [olhar se enche de lágrimas, mas Tânia segura] Eu sofri bastante, meu Deus do céu, o meu primeiro neto e ela era uma criança ainda. Na verdade é uma criança ainda, agora que ela vai fazer 18, ela tinha 15 para 16. Não foi fácil ficar longe delas, e ela era a minha mais nova, o meu nenê (informação verbal)<sup>48</sup>.

A punição para Tânia se intensificou emocionalmente pelo afastamento no período de gestação de sua filha, principalmente por ela ser menor de idade. Mesmo diante de todas as dificuldades existentes para ter acesso à saúde dentro dos estabelecimentos penais, Tânia conseguiu consultar e receber medicamentos. Todavia, resolveu aumentar a dose de medicação por conta própria para dormir na maior parte do tempo na prisão, como uma maneira de acelerar a passagem do tempo, contando em contrapartida, com um possível quadro de depressão. Para Michael Foucault, o indivíduo “[...] se vê assim exposto ao sofrimento que a lei não ordenou nem mesmo previu”. (FOUCAULT, 1997, p. 222). No estudo feito por Fábio de Araújo:

A prisão subjuga o detento ao comando de uma estrutura autoritária e de uma rígida rotina de controle sobre os indivíduos de forma ininterrupta. Nesse sentido, tais fatores, aliados à privação da liberdade, privação do convívio social, mudança de ambiente e tensão, poderiam estar favorecendo a incidência da depressão e ansiedade nesta população (ARAÚJO; NAKANO; GOUVEIA, 2009, p. 381).

O sofrimento que a lei não ordenou, exposto por Foucault, foi mencionado por Elisabete Taylor e Bruna ao contarem que não quiseram ver seus filhos quando estavam reclusas, como uma maneira de diminuir o sofrimento, para não estabelecerem laços afetivos com as crianças, que seriam constantemente rompidos. Tânia chegou a receber a visita de sua filha mais nova por parlatório. Elisabete Taylor contou:

---

<sup>48</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

Daí só as minhas irmãs e minha mãe que fizeram a carteirinha. Até para eles [seus dois filhos] não, porque é a coisa mais triste, pra gente vê, né. Na hora da criança ir embora, mexe bastante com o psicológico da gente e da criança. Então a visita era só da minha família, da minha mãe e das minhas irmãs (informação verbal)<sup>49</sup>.

As palavras de Elisabete Taylor demonstram que a escolha por não ver os seus filhos no momento de reclusão foi para não ficar realizando separações mensais após algumas horas de convivência e para que as crianças não viessem a sofrer vendo as condições em que a sua mãe estava vivendo no cárcere. Apresentou-se uma percepção, ainda que nas entrelinhas da infância, de preservação da pureza e ingenuidade. Nesse ponto, o fato de entenderem que a cadeia não era lugar para criança também as influenciou na opção em não ver os filhos. Percebeu-se a encarnação do papel de boa mãe: ainda que sofrendo, ela acredita que o melhor é poupar a criança de frequentar um espaço que não é adequado para ela, ainda que, no futuro, isso gere situações como as descritas no início do capítulo: tornar-se uma total desconhecida para os filhos; saber que ele existe, mas não conhecer seus gostos, costumes e práticas cotidianos e estes, por sua vez, não desenvolverem vínculos afetivos com as mães que existem enquanto imagem, mas não enquanto presença concreta.

Em meio aos escombros das memórias de Bruna, ela relembrou:

Eu não aceitei visita, não aceitei ver eles, pelo sofrimento de tudo. Não me comuniquei nem por carta. Eu fiquei bem reclusa, então foi uma coisa que eu aprendi a valorizar, a amar mais. O meu pai chegou a ir na audiência, a minha mãe não aguentava. Só que assim, eu não consegui olhar pra ele de tanto nervo, de tanta vontade de chorar, de ver ele ali e não poder fazer nada (informação verbal)<sup>50</sup>.

Provavelmente Bruna não quis que seus familiares passassem pela revista vexatória que as muitas prisões brasileiras realizam. O “não conseguir olhar para seu pai” no momento da audiência pode demonstrar uma certa aversão pela experiência que estava sendo vivenciando, suas palavras demonstram uma impotência diante dos fatos e por estar sob a custódia do Estado, marcando aquele momento como uma experiência traumática. Sua opção pelo isolamento pode demonstrar um sentido de autorreflexão, que resultou em uma posterior valorização à experiência de convívio familiar.

Diferente da auto reclusão vivenciada por Bruna, Tânia por sua vez, fez questão de contar sobre a rotina na prisão Hildebrando de Souza em dia de visita. “Ah nós levantava quase 6 horas. Por causa do banho, né? Era muita mulher e banheiro só tinha três, tinha X que não tinha chuveiro, daí umas tomavam banho primeiro e depois tomavam outras” (informação

---

<sup>49</sup> Entrevista concedida à autora, em agosto de 2019.

<sup>50</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

verbal)<sup>51</sup>. O dia de visita possui um significado importante na organização da rotina carcerária, pois, no trabalho de campo, anotamos a expressão: “Na cadeia só visita quem ama!”. Entre muitos internos e internas que são abandonados(as) por seus familiares, aqueles(as) que recebem visitas possuem uma diferenciação entre os internos, pois representa uma ligação com o mundo exterior às grades da cadeia. Em algumas idas à frente das instituições penitenciárias nos dias de visita na Cadeia Pública Hildebrando de Souza ou abertura de portarias da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, deparou-se com uma fila enorme, compostas em sua maioria por mulheres.

Tânia relatou que quando estava reclusa, já chegou a ter cem mulheres detidas na ala feminina e apenas uma delas recebia visita de seu cônjuge; em uma conversa informal chegou a ser mencionado que ambos faziam parte de uma organização criminal, o que estreita as relações não apenas afetivas entre o casal, mas social, econômica e moral. É possível lançar pistas para pesquisas futuras sobre as razões que levam, majoritariamente, mulheres que fizeram parte do crime organizado receberem visita de seus companheiros. Tânia destacou em sua narrativa o abandono que viu suas companheiras de reclusão viver:

Em dia de visita, no dia de visita de criança a maioria era mãe e iam as crianças lá e muitas não tinham visita. Isso que era o pior, e lá de visita de homem só tinha uma que recebia. Por sinal ela saiu de lá e engravidou, e daí ela falou que eu ia ser madrinha. É só ela que tinha visita de marido! De homem no caso só entrava o marido dela e o meu padrasto. Um sábado sim e um sábado não [recebia visitas: da mãe, do padrasto e da filha] (informação verbal)<sup>52</sup>.

Existe uma questão alarmante de diferenciação de gênero entre a experiência de prisão de mulheres e de homens. Os homens, quando se encontram reclusos, recebem majoritariamente a visita de mulheres, sejam elas companheiras, mães, irmãs e filhas. As mulheres, quando se encontram em privação da liberdade, recebem visitas de outras mulheres, companheiras, mães, irmãs, filhas e isso quando recebem visitas. Existem dois fatores que ajudam a explicar essa dinâmica: o primeiro é o fato de seus companheiros poderem também estar reclusos; segundo, pelo abandono, pois o espaço carcerário não é visto historicamente como um espaço do qual as mulheres também fazem parte.

Junto ao abandono vivenciado por muitas mulheres na prisão Tânia reporta sua memória para os momentos de ajuda mútua entre as mulheres no ambiente de prisão:

A gente ajudava um pouco conforme podia porque se não ficava sem também. Porque já ia pouca coisa, cigarro principalmente era meio difícil a gente dá, assim porque não

---

<sup>51</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

<sup>52</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

tinha como. Além de ser caro porque não entrava do Paraguai, aí se a gente fosse dar para todas, porque no nosso X nós era em 20, mas que recebia sacola era só 4 (informação verbal)<sup>53</sup>.

Apenas quatro reclusas recebiam sacola de seus familiares em um espaço com vinte, situação que configura o abandono que as mulheres enfrentam na prisão. Mas o abandono que as mulheres vivenciam não é apenas no ambiente carcerário, faz parte de um contexto social abrangente onde muitas mulheres são abandonadas diariamente por seus companheiros. Através da ajuda da família é possível compreender as distinções sociais que se originam nesses espaços, a posse de produtos materiais realiza as distinções e status entre o ter e não ter, o que pode ocasionar rivalidades.

Questionamos Tânia, se ela já tinha ouvido falar que a união ou solidariedade entre os homens é maior no espaço penitenciário do que a união existente entre as mulheres.

Tânia narrou:

É, dizem que entre os homens a união é maior e dizem que entre as mulheres não. Mas, que nem eu falei: - Eu não tive nenhum problema, não tive problema nenhum assim, meu único problema era a tristeza, ficar longe da minha família e das minhas filhas. Nossa, a saudade é a pior coisa que tem! (informação verbal)<sup>54</sup>.

Há alguns discursos construídos historicamente, que permeiam o imaginário social, como o de que existe mais união na amizade e convívio entre homens do que entre mulheres, em diversos espaços da sociedade. Tânia relatou que já ouviu rumores sobre essa dinâmica no espaço carcerário, mas afirma que nunca passou por nenhuma dessas situações de rivalidade ou desacerto com suas colegas de reclusão, afirma que o pilar do distanciamento familiar foi o que causou o sofrimento no cumprimento da sua sentença.

As lembranças de Bruna demonstram algumas das práticas cotidianas dentro da ala feminina da cadeia pública de Ponta Grossa. Entre as práticas relatadas recordou que recebeu ajuda de uma conhecida sua, que também estava reclusa, para se integrar às normas de convivência da prisão, o que pode ser chamado de processo de socialização e construção indenitária:

Cheguei lá era um sábado de visita, aí eu tava de roupa normal e vieram perguntar pra mim se eu era visita, aí eu falei que não. Aí chegou uma menina que era mulher de um cara que ele [seu marido] conhecia e que me ajudou muito. Foi uma pessoa que me ajudou, que me ensinou como que era, como que funcionava e tal. Uma pessoa que sempre esteve do meu lado nas horas que eu precisei e eu já tinha conhecido ela porque ela estudava no mesmo colégio que eu. Mas eu nunca imaginei que ela ia tá

---

<sup>53</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

<sup>54</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

num lugar daquele também. Foi um choque porque ela também é de uma família boa e não tinha necessidade, a mesma coisa que eu. Não era pra ela tá lá, e realmente o que aconteceu comigo aconteceu com ela, foi por causa do marido (informação verbal)<sup>55</sup>.

A narrativa de Bruna demonstra vestígios de uma dicotomia existente entre ela e sua amiga com relação às outras internas. Por mais que elas estivessem no mesmo ambiente, vivenciando as mesmas regras, Bruna e sua amiga não se sentiam pertencentes àquele lugar, até mesmo porque Bruna frisa que nunca se imaginou neste ambiente e que não precisava passar por toda aquela situação.

A partir das narrativas sobre solidariedade e ajuda mútua percebe-se que o significado atribuído a essa dinâmica é o da inserção no espaço prisional. A solidariedade e a ajuda mútua possuem um impacto de aceitação pelas pessoas que já se encontram ali. Vale a pena lembrar da narrativa de Elisabete Taylor sobre a menina duque. A solidariedade só foi possível porque Elisabete Taylor possuía mais tempo de prisão (o que denota hierarquia e respeito) e porque a menina duque também estava grávida, o que justificou a entrada dela no espaço do convívio. Neste contexto, recorda-se o que Carlos expressou anteriormente, que na prisão precisa saber com quem conversa, fica notório, então que não é possível ajudar qualquer um(a) e nem qualquer um(a) pode propor ajuda. A fala de Taylor expressa bem isso, ela reconheceu seu papel de liderança e o usou para praticar o que naquele contexto julgava pertinente.

Elisabete Taylor antes de passar pela experiência de reclusão, chegou a visitar seu companheiro, que foi detido um mês antes que ela. A partir dessa experiência de visita ao espaço de reclusão masculina na Cadeia Pública Hildebrando de Souza, ao contrário de Bruna, Elisabete narrou que existe um tipo de rivalidade entre as internas femininas e compreende que existe uma união maior entre os homens do que entre as mulheres nas prisões de Ponta Grossa e Piraquara.

Tem tipo uma rivalidade, se você tem você come, se você não tem você não come. Não é todo mundo que tá preso que falam: -Você tem que ter humildade. Não é a humildade de você ir e dar uma coisa para a pessoa tipo uma bolacha, é a humildade de você saber reconhecer que ela está sofrendo também. Porque tipo têm momentos que existem coisas impróprias que você não pode falar porque a pessoa está perdendo alguém da família. E a pessoa está ali: -Há morreu azar vai fazer o que? -A tá chorando por quê? Se entrou ontem na cadeia e já tá chorando, tá cheirando x-salada e tá chorando. - Eu já tô aqui 1 ano, 3 mês, 4 mês. A pessoa não vê o sofrimento da outra. Então, tipo tem uma certa rivalidade: -Ai porque eu quero ter o melhor condicionador, aí porque eu quero ter o melhor isso, o melhor aquilo, o melhor tênis. Então é uma rivalidade do eu tenho, não é tipo igual aos homens que são mais unidos.

---

<sup>55</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

Os homens são assim: -Nós vamos brigar lá, nós vamos chamar a direção e vamos brigar porque nós queremos essa reivindicação pra todo mundo (informação verbal)<sup>56</sup>.

Observa-se que a cultura do aqui, do momentâneo, do bem-estar individual, da rivalidade e competitividade se refletem na prisão e que as reivindicações, quando são coletivas, conseguem atingir maiores respostas, enquanto a individualização das reivindicações acaba enfraquecendo as pautas de lutas. Como exemplo, pode-se pensar no direito à visita íntima, que foi implantada para os internos do sexo masculino a partir de 1984 e para as mulheres foi recomendada a partir de 1999 (PEREIRA, 2012).

Outro ponto importante para se destacar em relatos anteriores (tanto em relação às experiências masculinas quanto femininas) é que talvez haja uma idealização sobre a luta coletiva e um indício disso é a história da grávida que perdeu o bebê, pois ela só foi atendida quando as outras internas reivindicaram que ela fosse atendida. Neste sentido, cabe refletir: por que Elisabete Taylor não vê uma solidariedade no cárcere feminino, como ela viu no espaço masculino? Talvez ela tenha sentido necessidade de alguém que, estando na mesma situação, a compreendesse e se solidarizasse com sua dor e, mas em sua compreensão, não encontrou.

O processo de identificação é fundamental para a convivência no sistema carcerário. Neste espaço se intensifica a cultura normativa de gênero como práticas culturais e sociais aprendidas. A filósofa Francesa Simone de Beauvoir reflete sobre o que é ser mulher:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto [...]. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

A discussão exposta pela filósofa enfatiza a importância das práticas culturais e sociais aprendidas em nossa sociedade como elementos constituintes para nos tornarmos humanos, seja homens ou mulheres a partir do padrão de vivência de nossa sociedade.

As nossas entrevistadas do gênero feminino quase sempre se narraram em relação ao outro, sejam seus filhos(as), seus companheiros, seus pais, suas irmãs; em especial a entrevistada Bruna. Ela relatou que torce para que seu ex-marido encontre uma mulher que mude ele, que consiga transformar nele o que ela não conseguiu. As palavras de Bruna demonstram uma auto culpabilização historicamente construída e atribuída de que as mulheres precisam mudar o homem, desproblematizando que o homem é um sujeito que faz suas próprias escolhas e não cabe a nenhuma mulher os transformar.

---

<sup>56</sup> Entrevista concedida à autora, em agosto de 2019.

A narrativa de Bruna reforça a concepção de que muitas mulheres vão parar na prisão por causa de seus companheiros e pelo estereótipo do amor romântico. Todavia, as falas de Tânia e Elisabete desmistificam que a razão para as mulheres irem presas é apenas pela questão afetiva, elas trazem elementos que demonstram que as mulheres também vão para a prisão por ocuparem, ou tentarem ocupar outros espaços para alcançarem melhores condições de vida e emancipação financeira através da atividade de venda ou contrabando de drogas.

## 2.2 HIERARQUIA, FILHOS E CASAMENTO

Existem alguns pontos em comum nas lembranças relatadas sobre a privação da liberdade e o exercício da paternidade. Antônio nos contou que em seu primeiro momento de enclausuramento era solteiro e conheceu sua esposa no ambiente carcerário, quando ela visitava um familiar. Após a saída de Antônio do sistema carcerário nasceu seu primeiro filho, que, em suas palavras, é a razão de sua vida. Quanto Antônio retornou à prisão, seu filho tinha nove meses de vida e a experiência de ficar longe dele fez com que sentisse que o mundo havia acabado para ele. As lembranças do distanciamento proporcionado pelas grades são extremamente sensíveis, compostas por frases curtas e marcadas. Ele não chegou a mencionar se sua esposa levava seu filho para visitá-lo, mas enfatizou que perdeu muito tempo e muita coisa em sua vida no período que estava na cadeia. No segundo período de reclusão de Antônio, seu filho obteve o direito de receber o auxílio reclusão, pois Antônio era contribuinte do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). É importante evidenciar que o auxílio reclusão é um assunto extremamente polêmico na sociedade brasileira, pela falta de conhecimento sobre quem tem o direito a este auxílio. Este benefício, assim como a pensão por morte, é destinado aos dependentes do segurado – esposa ou companheira, filhos de até 21 anos ou inválidos ou, na inexistência destes, os pais que sejam dependentes economicamente – durante o período em que o segurado está preso em regime fechado ou semiaberto (BRASIL, 2013): "Dos mais de 600 mil presos brasileiros, 43 mil têm famílias recebendo auxílio-reclusão. Isso significa que o benefício é pago às famílias de apenas 7,1% dos encarcerados" (GALINDO, 2016, n.p.).

Ney pronunciou como marcador de memória que conheceu o seu filho em sua primeira audiência no Fórum, em suas palavras essa recordação é lembrada por uma mistura de sentimentos entre a frustração de não ter sido solto e a emoção de conhecer seu filho:

Na verdade, o fio eu vi na primeira audiência minha no Fórum. Não queriam deixar eu ver, aí eu falei: -Ora cara deixa eu ver, eu falei para o polícia. É o meu piá que tá aí. Aí ele falou: -Eu vou liberar para você ver. Eu vi ele pela cela, foi uma sensação

da hora [sorriso]. Eu fui confiante de que poderia ser liberado aquele dia. Mas não foi isso que aconteceu, não foi o que eu esperava, mas é a vida né (informação verbal)<sup>57</sup>.

As palavras de Ney demonstram o simbolismo que a cela possuiu como divisor entre o mundo da liberdade e da reclusão, a visão parcial do rosto de seu filho, a impossibilidade do tocar, de sentir, de transmitir afeto. Suas palavras demonstram que o conhecer seu filho foi baseado em um direito restrito, do ver, mas que impede o sentir como ato de afeto das relações humanas subjetivas.

As lembranças do cotidiano da prisão não são apenas recheadas de recordações de privações e punições, em meio aos escombros da memória emergem as lembranças das tensões cotidianas.

Ney começou a contar sobre as lembranças cotidianas e os empasses de tensões:

Eu já tinha amigos lá. Mas, lá a amizade não conta muito não cara, se der mio ali, já era. Tem que seguir a lei da cadeia. Quando você chega já é instruído. Eu tinha meus amigos, o Rodrigo já me passou a sintonia, de como você tem que falar que é certo o que é errado. Que nem eu, que era primário não sabia nada, então eles me ensinaram a lei da cadeia. E tem que seguir a lei né, se você der um passo errado lá, eles podem te lincha. É tem várias coisas né, que nem pão lá é uma marrocos, açúcar é corante, não leite que é corante. Açúcar é cristal, se eu não me engano, Moca é café. Exemplo: Em vez de você falar: -Guarde essas coisas pra mim. Você fala: -Cara, camufle essas coisas pra mim? Lá é tudo bem diferente do que aqui, o palavreado é bem diferente. Tudo é uma questão de costume, a gente vai se acostumando e daí traz algumas coisas para fora. Mas, o respeito é total, o respeito entre nós era totalmente (informação verbal)<sup>58</sup>.

Seguir as regras da cadeia é seguir um protocolo de normas de um grupo, se fazer pertencente as práticas culturais desse ambiente, reconhecer e ser reconhecido. O não cumprimento dessas regras de convivência podem resultar em retaliações praticadas contra o indivíduo, pois a violência é produzida e justificada a partir do normativo moral desse grupo. O exercício da violência como prática cultural das prisões não está desligado da cultura da violência social como um todo, mas é intensificado no espaço privado e custodiado pelo Estado. Muitas vezes, a representação pública dessas pessoas é composta apenas por números que representam o percentual de encarceramento no país ou o número de artigo de um delito: “Esses discursos realmente atravessaram vidas; essas existências foram efetivamente riscadas e perdidas nessas palavras” (FOUCAULT, 2006, p. 207).

<sup>57</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

<sup>58</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

Na audição das entrevistas ganhou visibilidade as lembranças de Antônio sobre a formação de uma união estável após conhecer sua companheira quando ela foi realizar uma visita a um parente na prisão. Antônio contou:

Foi incrível eu ter conhecido minha esposa, porque eu tava preso meio que sozinho, só minha mãe me apoiando, aí eu conheci ela a Milena e até hoje ela está me apoiando, e me ajudando. Foi muito bom conhece ela! Fiquei na primeira mão três meses sem visita, daí a minha mãe ia me visita. Daí depois de dois anos e quatro meses eu conheci ela a minha esposa (informação verbal)<sup>59</sup>.

Carlos contou que durante o período de reclusão casou por meio de uma procuração com sua namorada: “O meu estado civil de quando eu fui preso era solteiro, daí casei lá dentro da cadeia. Eu já tava namorando antes, quando eu fui preso, daí casei lá dentro por procuração” (informação verbal)<sup>60</sup>. Os homens, em um número bem mais expressivo do que as mulheres, encontram apoio em suas famílias, em suas companheiras, ou conhecem mulheres que visitam parentes na prisão e os apoiam. Foram realizados relatos de que muitos internos iniciam seus romances com mulheres que estão fora do sistema carcerário, com a utilização de celulares contrabandeados para dentro dos presídios, o contato é estabelecido via amigos em comum, e muitas dessas mulheres acabam posteriormente indo visitá-los na prisão e os apoiando nesse processo. Esse fato reforça os papéis de gênero vividos na sociedade de que a mulher é o ser que precisa amar, cuidar e não abandonar, em um amor quase que maternal em termos de dedicação e cuidado. O conceito de amor nesses espaços é ligado com a noção de suportar o sofrimento, seja por meio do preconceito enfrentado direta ou indiretamente, por terem que enfrentar as filas ou até mesmo por precisarem passar pela revista, conhecida como vexatória<sup>61</sup>.

Lembrando que as fontes anteriores mostram que para as mulheres que vão presas o amor é outro, os homens podem até casar ou conhecer suas parceiras na cadeia, para elas, a única coisa que resta neste sentido é a solidão que nas palavras de Ângela Pinheiro e Alvaro Tamayo: “É definido como um sentimento indesejado, de separação e de isolamento” (PINHEIRO; TAMAYO, 1984, p. 30).

---

<sup>59</sup> Entrevista concedida à autora, em abril de 2019.

<sup>60</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

<sup>61</sup> A revista praticada nas prisões, também conhecida como revista vexatória, é denominada dessa forma devido os seus métodos serem humilhantes e vergonhosos, uma vez que consiste na retirada total das roupas pela pessoa, que também é obrigada a dar pulos e fazer agachamentos com um espelho colocado entre as pernas, o qual segundo os agentes é para “facilitar a visualização”. Além disso, é necessário a pessoa tossir – para expelir qualquer material que possa estar dentro do seu corpo – e, em casos de maiores suspeitas, são realizados exames clínicos invasivos ou toques genitais; também é comum os visitantes ouvirem deboches, ameaças ou xingamentos por parte dos agentes penitenciários durante o procedimento. (BEZERRA, 2016)..

As memórias de lembranças traumáticas não são apenas relacionadas com as experiências que seus familiares passaram para realizar visita nas prisões. Antônio lembrou das tensões vivenciadas no espaço da Cadeia Pública Hildebrando de Souza:

No Hildebrando quando eu caí eu já tinha meu filho e minha esposa, aí eu me sentia num inferno. Daí até um ponto eu pensava muitas coisas, não tinha uma mente fixa, eu pensava em mudar, mas para pior. Pensava em sair e voltar para todo mundo que eu era. Já que todo mundo queria saber se era bom ou mau realmente. Eu queria provar que eu era mau, já que eles queriam que eu fosse mau. Mas, com o decorrer do tempo a minha esposa não me abandonou, minha mãe me apoiando, minhas tias, meus parentes levando sacola pra mim, me ajudando me aconselhando, meus amigos lá dentro mesmo. Lá nem todos são monstros, tem muitas pessoas boas trabalhadoras, que cai lá dentro por pequenos desacertos. Esses caras me ajudavam, me aconselhavam, oravam. Hoje meu pensamento é cuidar do meu filho, cuidar da minha esposa e viver. Viver porque não existe coisa melhor do que viver livre, sem dever nada pra ninguém, é isso que eu quero (informação verbal)<sup>62</sup>.

Antônio articulou dois lugares de memória, o ser mau e o ser bom com subjetividades em disputa para a construção do seu eu e de sua identidade individual. Na sua narrativa fica nítido as tensões e espaços de disputa criado por esses dois lugares, um aceito pela sociedade civil e seus familiares, o outro aceito pelo crime. Ambos são espaços de sociabilidade e cultura de relações, que reivindicam soberania em seus territórios. As palavras de Antônio demonstram que ele transitou por ambos e afirma a necessidade de escolher um desses lugares.

Antônio lembrou sobre um dos momentos de maior tensão vividos na prisão, que foi o início de um motim:

Nós já bateu de frente sim com a [...], mas não chegou a ter uma rebelião foi só um motim, um começo. A sensação é que a gente se sente oprimido porque é cem pessoas ali contra [...] aí eles batem soltam bomba, oprime, espanca. Independente de quem seja se é real que caiu roubando R\$ 1.000,00 ou R\$100.000,00 vai apanhar a mesma coisa, se a pessoa tava trabalhando e aconteceu um desacerto vai apanhar a mesma coisa. Então o povo lá dentro se une, mas infelizmente as consequências vem, o coração parecia que ia sair pela boca, adrenalina total, medo, incerteza é isso (informação verbal)<sup>63</sup>.

As palavras de Antônio descrevem e dão significado a experiência que vivenciou de estar sob a custódia do Estado, de não poder falar ou agir por si mesmo, mas sim como mais um integrante de um coletivo que se uniu em reivindicações comuns. As palavras de Antônio sobre a violência seguem a linha de outros trabalhos já consolidados sobre a violência sofrida dentro das prisões como, uma sociedade segregacionista, repressiva, violenta e punitiva.

<sup>62</sup> Entrevista concedida à autora, em abril de 2019.

<sup>63</sup> Entrevista concedida à autora, em abril de 2019.

Antônio não foi o único a se recordar sobre os momentos de tensão vividos na prisão, Bruna também se recordou de um motim realizado na ala feminina e na masculina. Isso demonstra que as mulheres também são capazes de compor um movimento coletivo para realizar suas reivindicações, e que também podem, como são capazes, de utilizar de meios de violência para que suas demandas sejam ouvidas. Segundo ela:

Teve um dia que aconteceu um motim, e foi um desespero, porque é uma coisa horrível. Na ala masculina e feminina, foi uma coisa horrível porque eles chegaram a [...] chegou e invadiu lá e queria bater nas mulheres. É uma coisa bem complicada, porque a gente não tem defesa nenhuma ali. E, todo mundo teve que sair pra fora com a mão na cabeça, depois ficar de joelho e eles ali revistando, então foi a pior coisa da minha vida. Aquele momento lá foi a pior experiência da minha vida. Se fosse pra mim apagar, eu queria apagar isso, foi a pior coisa (informação verbal)<sup>64</sup>.

A narrativa de Bruna demonstra o desejo de esquecer uma memória traumática, pois relembrar sempre significa rever as marcas deixadas pelo trauma que ocasionam novamente uma dor. Márcio Silva realiza uma interpretação a partir da psicanálise de Freud sobre memórias traumáticas “o trauma é caracterizado por ser uma memória que não passa. O trauma mostra-se, portanto, como o fato psicanalítico prototípico no que concerne a estrutura temporal” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 67).

As autoras Maria Paula Araújo e Myriam Santos fazem uma análise historiográfica sobre a evocação da memória de episódios traumáticos e sobre as questões políticas e morais que cercam os pesquisadores que se voltam para a análise do passado:

Chegamos à conclusão de que não há a decisão última em relação à memória. Mais uma vez, o esquecimento, em alguns casos, pode ser não só uma escolha, como também uma dádiva. Além disso, não obstante a excepcionalidade de situações traumáticas, não são poucos os autores que as identificam ao cotidiano da vida contemporânea. A descrição da experiência do choque por Walter Benjamin é uma das primeiras e mais fortes imagens do indivíduo moderno, fragmentado, incapaz de reagir aos estímulos com que se depara (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 98).

Para Antônio Barbosa, as rebeliões e motins proporcionam visibilidade às prisões, que desde o seu surgimento são invisibilizadas: “A prisão adquire visibilidade no momento da crise declarada, quando o Estado é evocado para conter os motins e rebeliões que se formam em seu interior e seus efeitos de relações conflituosas se estabelecem e se espraiam pelas ruas” (BARBOSA, 2013, p. 20). De acordo com Fernando Salla “[...] criminosos organizados exercem o poder sobre a massa carcerária, utilizando-se das rebeliões para a eliminação dos

---

<sup>64</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

inimigos e o fortalecimento de sua posição de domínio” (SALLA, 2006, p. 34). Como memória nacional tem-se a lembrança do massacre do Carandiru, quando se fala em rebeliões e motins, entretanto:

Apesar de diversos esforços da sociedade civil, os processos de responsabilização disciplinar, criminal, civil e internacional iniciados após o massacre foram interrompidos ou permanecem sem conclusão. No Brasil, os órgãos do sistema de justiça nem sequer chegaram a declarar formalmente que o episódio que levou (pelo menos) 111 cidadãos sob a custódia do Estado à morte se tratou de um massacre. Essa declaração veio apenas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A documentação produzida por nosso sistema de justiça continua referindo-se aos eventos do dia 2 de outubro de 1992 como ‘rebelião’ ou ‘motim’ do Pavilhão 9 daquela casa de detenção (FERREIRA; MACHADO; MACHADO, 2012, p. 6).

O papel do Estado perante as normativas legais de como agir nessas situações é pautado pelo artigo 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988, que assegura:

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; XLVII - não haverá penas: e) cruéis; XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral. De tal modo, é dever do Estado atuar de forma ostensiva a fim de evitar ingerências do poder do crime organizado dentro do presídio a fim de tutelar os direitos do preso a fim de se alcançar a efetiva ressocialização (BRASIL, 1988).

Tânia por sua vez se recordou da tentativa de uma rebelião frustrada na ala feminina:

Nós tentamos fazer uma rebelião, mas não deu certo [risos]. O [...] chegou lá e mandou nós tudo sair pra fora, e daí nós ficamos com medo [risos]. Daí não deu certo a nossa, era por causa da visita da mãe dessa minha comadre. Ela foi tipo humilhada lá na frente. E daí ela entrou chorando e daí nós queria que eles tratassem melhor as visitas porque as visitas não tinham culpa dos erros da gente (informação verbal)<sup>65</sup>.

As lembranças de Tânia demonstram que mesmo frente a frustração de não conseguirem organizar uma rebelião, as internas conseguiram ser ouvidas, pois o espaço carcerário é um ambiente masculinizado e a dificuldade de as reivindicações das mulheres serem ouvidas é ainda maior. Tal razão pode explicar os motivos pelos quais as mulheres precisam utilizar das mesmas estratégias que os homens para ganharem visibilidade nesse espaço.

Rodrigo relembrou de um momento de divergências vivenciados dentro da prisão por uma tentativa de fuga de seus colegas de galeria.

---

<sup>65</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

Eu vi uma fuga lá, foi tenso porque os cara atiraram neles, né. Um eu não sei o que aconteceu, se morreu ou não. Não falaram mais nada, não foi comentado. Sei que foi as 5 horas da manhã. Foi na minha galeria. Fizeram um tatu lá, furaram o piso e tudo, ficaram bastante dia cavoucando. Era na mesma galeria, daí o cara que tava fazendo o tatu esse cara quis me enxergar lá dentro (sorriso). Por causa de eu ficar dormindo e tals. Porque de noite eu ficava só assistindo. Daí ele começou a falar: - que eu tava de óculos, que só tava dormindo em vez de ajudar no trampo. Só que eu era o mais velho da galeria ali sabe já tinha 9 meses lá. Na verdade, o que é o mais velho da galeria é o que dá a coordenada ali dentro sabe, por todos. Só que eu sabe, não me envolvi com isso. Deixava com o outro que era um pouco mais novo de galeria do que eu. Daí o cara quis me enxergar lá dentro sabe. Daí os outros foram para as ideias, porque tudo que se ia fazer, ia para as ideias para ver quem tava certo e quem tava errado. Daí correu por toda cadeia inteira. Daí correu essa história sabe. Daí no sol lá os cara pegaram ele por causa disso, perguntaram como que ele tava me enxergando, se eu tava na minha e não fiz nada pra ele. Porque se ele quer fazer o tatu dele, e se ninguém quer fugir ninguém tem nada haver. Porque eu já tava pra sair, quase 1 ano já, daí eu nunca quis me envolver. Daí ele fez o tatu e no dia da fuga. O que tava lá em cima pegou eles pulando o muro. Daí eu escutei os tiros 5 horas da manhã. Acho que três pulou sabe, e acho que dois não conseguiu. Daí um desses que pulo fugiu, e um acho que levou dois tiros, ou quatro. Aí os outros dois que ficou para dentro também tomaram tiro mais também não morreram. Daí não sei porque ninguém comentou mais nada, sabe. Só nós dias ali mesmo que falaram que foram para o hospital e ninguém disse mais nada. Não sei se ganharam um bonde para outra cadeia (informação verbal)<sup>66</sup>.

A expressão ir para as ideias é uma maneira de solução de conflitos dentro de um espaço de privação da liberdade, e de 24 horas por dia de confinamento com pessoas muitas vezes desconhecidas umas das outras. É nesse ambiente de organização que as grandes facções criminosas vieram crescendo ao longo dos anos e recebendo muitos filiados e simpatizantes entre a população interna, egressa do sistema penitenciário e seus pares.

Diante de vários resquícios de lembranças de episódios traumáticos, se misturam pequenos momentos de descontração. O maior momento de descontração foi contado quando foi indagado o que mais marcou positivamente a cada um no período de reclusão. As memórias de nossos entrevistados sempre se reportaram intensamente as visitas recebidas no período de reclusão, mesmo as entrevistas tendo sido gravadas separadamente, foi uma lembrança forte em suas narrativas, exceto no caso de Bruna.

Rodrigo mencionou: “Eu recebia visita sim, todo domingo. Não falhou nenhum! A minha mãe foi uma vez só me visitar, depois ela ficou doente e não pode ir mais! As outras vezes quem foi me visitar foi a minha mulher” (informação verbal)<sup>67</sup>.

Ney falou:

Eu recebia visita da minha mulher, recebia só da minha ex mulher e do meu padrasto. Tinha vez que era triste cara porque eu não queria que eles fossem. É complicado falar nisso, porque você está ali na hora é legal, mas quando eles vão embora a tristeza vem. Principalmente quando a minha ex mulher levava o meu piá, era foda porque eu queria

<sup>66</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

<sup>67</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

estar lá fora com eles, e eu tava preso. Era bom, mas ao mesmo tempo não era. Não dá para dizer que era bom, era um meio termo. As vezes era bom porque eles estavam ali, mas era ruim na hora que eles iam embora, aí eu ficava ali sozinho. Era complicado, mas é bom você ter alguém para visitar você lá, é lógico. O ruim era não poder ir embora (informação verbal)<sup>68</sup>.

As palavras de Ney demonstram a mistura de sentimentos causados pelas lembranças do lugar de memória de estar preso e de sua família estar livre, a separação por estar em privação de liberdade e custodiado pelo Estado, onde o sujeito perde quase que majoritariamente o direito de suas escolhas. No mundo da liberdade, as imposições do Estado não são tão sentidas, pois apresentam-se de maneira mais velada.

Todavia, as memórias narradas, principalmente do gênero masculino, dão significado de que a realização de visitas por seus familiares foi fundamental para se sentirem apoiados e, posteriormente os auxiliou no processo de reinserção social.

Bruna por sua vez fez questão de deixar marcado em muitos períodos de sua narrativa as razões pela qual não quis receber visitas de seus familiares, contando motivações opostas a todas as outras entrevistas gravadas:

A saudade de ficar longe da minha família, porque eles queriam ir me ver, mas eu nunca quis porque é um lugar terrível. E como a minha mãe já estava sofrendo muito, eu preferi ficar sem ver eles. Eu não aceitei ver eles, pelo sofrimento de tudo. Eu não me comunicava nem por carta, eles me mandavam a sacola. Eu fiquei muito reclusada, então foi uma coisa que eu aprendi a valorizar, a amar mais (informação verbal)<sup>69</sup>.

Bruna demonstra uma aversão ao ambiente de prisão, faz questão de deixar demarcado que nunca se sentiu pertencente àquele lugar e por essa razão não queria que seus familiares a vissem nesse local, que em suas palavras aumentaria o sofrimento dela e de seus pares.

Elisabete Taylor, por sua vez, narrou algumas lembranças de momentos positivos que vivenciou na prisão:

Lembranças positivas para mim foi as pessoas que eu conheci, que eu tenho amizade até hoje. Muitas que já saíram, muitas que ainda estão lá, que eu posso conversar hoje em dia, que eu vejo que são amizades que não ficou só lá dentro. Porque não é assim de que a cadeia todo mundo age na maldade, na verdade não é assim. Nem todo mundo que ri pra você é teu amigo, mas realmente teve pessoas boas que eu conheci, amizades sinceras tanto com pessoas que trabalhavam dentro do sistema que agem na humanidade que reconhecem tipo: -Elas erraram e estão pagando, então eu vou agir com elas no respeito! A questão da amizade com as pessoas que eu conheci, tipo coisas de pessoas aqui de fora, de querer ir conhecer lá dentro e levar uma palavra pra você. Entende? Nem que seja uma música para cantar pra você, na Páscoa levar um bombom pra você. Que nem um trabalho que tem a PUC no dia das mulheres elas levam um

<sup>68</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

<sup>69</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

kit de higiene com shampoo, condicionador, tipo um hidratante, um desodorante sabe? Pra quem tem aquilo não vai fazer diferença é só mais um kit, mas pra quem não tem aquilo vai fazer grande diferença, vai lembrar pro resto da vida o que ganhou no dia das mulher. Igual sempre dizem: - De um doce para uma criança hoje e trate ela bem, que ela vai lembrar de você para o resto da vida. Então essas boas ações que nem na páscoa tipo, pra quem não entrava muita coisa, receber um bombom, ganhava caixa de bombom, tipo no natal que nem panetone. Tipo era coisa que marca assim, você. Aí você pensa assim: - Poxa quando a gente está lá fora você come toda a hora, mas quando chega aqui a gente sente essa necessidade. E tem umas pessoas que pensam: vamos lá e vamos levar pra ele um bombom, uma bala nesse momento. Era algo que nós não tinha mas eles tipo ajudavam. No CMP nós estava grávida e estava com vontade de comer bastante coisa, daí as agentes penitenciárias se juntaram e elas compraram assim as coisas. Daí elas compraram e fizeram um almoço pra nós, colocaram uma mesa no corredor e colocaram todo mundo que estava ali em tratamento, quem tava ali nas medidas cautelares, as grávidas e colocaram tudo junto. Daí nós pudemos comer bastante coisa que fazia tempo que nós não comia como um macarrão bem temperado, um feijão, uma comida bem temperada, maionese, salpicão, carne assada e bem temperada porque as comidas que ali era tudo no vapor e sem tempero, sem sal e parece que até mesmo sem azeite (informação verbal)<sup>70</sup>.

As palavras que Elisabete Taylor narrou demonstra que os vínculos estabelecidos dentro dos estabelecimentos prisionais são levados para fora da prisão, e que as percepções e práticas de vivência de lá possuem efeitos nas percepções de mundo posterior. Um dos aspectos mais interessantes que Elisabete contou nesse trecho foi a realização de um tratamento humanizado por parte das agentes penitenciárias, que tiraram de seus próprios recursos dinheiro para realizar um almoço especial no Natal para as internas.

Essa medida de tratamento humanitário não marcou apenas essas mulheres em reclusão momentânea, mas proporcionou a elas uma experiência de rompimento com a estrutura apenas punitiva e vivenciaram algo regenerativo e humanizado. Puderam perceber que as agentes também enxergavam nelas o caráter humano, como elas também puderam ver o caráter humano das agentes, como trabalhadoras que apenas cumpriam ordens do Estado. Naquele instante, para aquelas mulheres, foi rompida de ambos os lados a construção histórica da inimizade e confronto entre agentes do Estado e população carcerária; a experiência de humanização do atendimento realizou o feito de que aquelas pessoas fossem apenas mulheres almoçando em conjunto, se rompeu com toda uma lógica histórica e social de enfrentamento entre as partes e configurou o solo para uma possível reinserção social das detentas que passaram por essa experiência.

A categoria experiência é compreendida como reflexões do que se viveu. De acordo com Joan Scott “Narrar as experiências é narrar como uma metáfora a visibilidade, que antes se escondia, assim a luz da observação torna público e visível”. (SCOTT, 1998, p. 48). Ou seja,

---

<sup>70</sup> Entrevista concedida à autora, em agosto de 2019.

relembrar o vivido constrói as suas próprias conexões de mundo em uma perspectiva de reclusão humanizada.

Para Rodrigo, as lembranças entre os escombros de sua memória são muito mais ligadas à negatividade e aos traumas da experiência:

Eu acho que o sofrimento dos cara lá é meio, sabe? É o que mais me marcou, eu acho que ali na 13ª é pior ainda sabe, na matéria de você conviver, de você ficar preso sabe. Um tempão, porque ali sabe, tá tudo, os estuprador, os que devem, os que não podem entrar lá dentro no convívio lá, ali é um cubículo, sabe? É muito ruim de você ficar ali, sabe um troço imundo mesmo (informação verbal)<sup>71</sup>.

Não foi apenas Rodrigo, mas Carlos também considerou como o momento mais traumático de enclausuramento a passagem pela carceragem da 13ª Delegacia de Polícia Civil, pela questão da insalubridade, de não existir uma divisão entre os delitos, o que pode ocasionar o caos dentro da lógica dos internos.

Os fragmentos de lembranças que compõem a construção identitária de Ney na prisão foi a questão do respeito existente entre o coletivo de internos e a repressão realizada por parte do Estado:

O que me marcou de positivo quando eu fui preso foi o respeito, cara. Eu aprendi bastante coisa no sentido de respeitar, sabe. Que lá você tinha que pedir licença para tudo, tipo assim; tudo era obrigado. Tudo era sim ou não, ou faz um favor, ou tem condição. Você não podia dizer: - O cara coloque aí pra mim, você já tava no mio se fizesse isso. Porque daí você já tava obrigando o cara. E o cara já te respondia: - O cara tá me obrigando? Qual que é? Então o respeito era total. Tudo você perguntava: - O cara tem condição? Fazendo o favor pra mim? Tipo assim; se tinha um buraco no X nosso que passava para o outro X. Os caras falavam: - O irmão tem condição de ligar o cara no outro X. Tudo condição, faz um favor de ligar o irmão. Não se falava: - O cara ligue lá o irmão. O respeito entre eles lá dentro é tudo. E de negativo. Negativamente lá na verdade acho que [fica em silêncio alguns segundos] é a parte que [...] entravam lá e não tinham respeito nenhum com nós, lá dentro, se achavam superior que nós e passavam por cima. Eu apanhei na verdade no meu último pente fino dentro da minha cadeia que eu tive. Lá é o seguinte: cai a geral e aí se cai alguma coisa dentro do teu barraco, alguém vai ter que assumir. Até alguém assumir todo mundo vai apanhando. Eu fui o segundo que apanhei, daí até chega o terceiro que era o piáção que assumia as broncas dos outros lá que segurava droga e celular dos outros. Até chega nele eu apanhei, eu e mais um apanhei. Tem sempre um laranja para assumir, né. Todos os X tem, cara. É assim: - Se eu sou um cara forte ali na cadeia, vendo droga, vendo as coisas ali na cadeia, ele vai pagar para um laranja assumir a bronca o dia que cair o bagulho. Ele camufla dentro do X dele, e se cai é dele. O cara que é mais forte vai pagar para um outro assumir. Se cair uma droga lá dentro e você assumir é mais um artigo que vai ficar no teu currículo de você assumir, vai cumprir mais um tempo fechado ainda. Ele paga uma grana boa para o cara assumir. E quem assume é alguém que geralmente não está rasgando mais nada, é quem vai assumir. Quem não tem uma família lá fora, quem não tem nada, que não tá rasgando mais

<sup>71</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

nada é o cara que vai assumir. Ou, as vezes o cara tá cheio de cadeia, ‘daí’ o cara vai assumir (informação verbal)<sup>72</sup>.

O respeito é a maneira em que os coletivos do sistema prisional encontram para conseguir viver de maneira mais harmoniosa possível, reiterando-se que a cadeia é um ambiente que tenta retirar as individualidades e tudo passa a ser no âmbito coletivo: o dormir, acordar, se alimentar, realizar suas necessidades básicas, morar junto com pessoas as quais muitas vezes nunca tinha visto antes ou algumas pessoas até mesmo que possuem algumas divergências pessoais, mas que nesse ambiente coletivo as desavenças pessoais precisam ser deixadas um pouco de lado para se tentar viver nesse ambiente hostil.

Existem duas noções de respeito citadas na fonte: uma é a deles e que faz referência tanto ao cumprimento de um código de regras e etiquetas, que visa organizar o convívio deles quanto ao tornar a vida possível, então esse respeito está muito mais ligado à obediência de códigos e regras que uma valorização do outro; a segunda percepção de respeito é aquela do Estado (representado pelos agentes) para eles seria a ausência de respeito, fala da desumanização do encarcerado e da violação de seus direitos básicos.

Carlos realizou um breve resumo do que mais marcou suas lembranças positivas e negativas do cárcere:

Negativamente acho que (silêncio). Acho que nada, acho que foi um tempo que eu passei lá, que eu tinha que passa. Mas nossa, 10 meses que eu passei lá, foi o tempo que passou mais rápido da minha vida, por mais que seja difícil de acreditar, mas foi isso. E acho que positivamente foi para não cometer os mesmos erros antes, para não voltar aquele lugar que é feia a coisa lá. Apesar de ter muita gente lá, não tem briga lá, todo mundo tenta vive na maior harmonia lá, mas sempre tem discussão é muita gente. Mas é só não se envolve e conversar com as pessoas certas, não ficar falando demais (informação verbal)<sup>73</sup>.

Carlos é uma a exceção da regra, os outros colaboradores sempre mencionaram que o período de reclusão é um tempo que passa muito lentamente. Outros trabalhos já consolidados afirmam que a demora da passagem com o tempo é constatada quase que unanimemente pelas pessoas e essa dinâmica é atribuída pela falta de atividades para serem desenvolvidas. Todavia, lembra-se que Carlos já tinha mencionado anteriormente que o que ele mais fazia na prisão era dormir, e isso pode ser considerado como um fator que acelera a passagem do tempo.

As tensões de gênero narradas no ambiente carcerário estão ligadas à construção histórica da prisão como um espaço que nunca foi pensado para punir ou reinserir as mulheres,

---

<sup>72</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

<sup>73</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

pois dentro dos papéis de gênero socialmente construídos, se tinha por imaginário a figura feminina como incapaz de entrar em conflito com a lei. O padrão histórico de feminilidade que se estipulou socialmente às mulheres foi o de cuidar e visitar os seus companheiros ou filhos que estivessem na prisão.

Esse rompimento com os padrões estabelecidos interferiu diretamente no abandono que muitas mulheres vivenciam nas prisões, o que não é nada diferente de uma realidade em que milhares de mulheres são chefes de família e a maioria nem é por opção e, sim por terem sido abandonadas. O desejo de não querer ver seus filhos no espaço carcerário pode estar ligado ao sentimento subjetivo daquele espaço não ter sido feito para mulheres, o que pode demonstrar baixa autoestima frente a sua situação; ainda, pode ser para não intensificar ainda mais seu sofrimento, visto que, posteriormente, após a saída da prisão é essa mulher, mãe, que precisará retornar às atividades de cuidado e educação para seus filhos, ou seja, não vê-los na prisão evitar a exposição deles àquela situação desagradável de punição.

As mulheres que emprestaram suas narrativas para esta dissertação relataram de alguma maneira que conseguiram receber uma assistência maior dos agentes externos, como as agentes penitenciárias, e de faculdades que realizam projetos e campanhas de material de higiene para elas; este índice é maior do que para os homens apenados. Ou seja, as mulheres são muito mais deixadas às margens pela parte de assistencialismo do Estado, mas conseguem despertar um apoio e empatia maior da sociedade civil. Ainda que existam situações de rivalidade entre algumas mulheres na prisão, desmistifica-se a construção histórica e social de que as mulheres são naturalmente rivais, pois diante do abandono familiar e do Estado elas criam redes de solidariedades entre elas.

Os homens que constituíram suas quase sempre se narraram como principais sujeitos de suas histórias, apresentaram resquícios dos moldes sociais da masculinidade presentes em suas vivências. Eles reconstróem e reafirmam o papel social do que é ser homem, de encarar o sofrimento, tirar um aprendizado de toda a experiência, suportar a pressão psicológica, aguentar a dor física, honrar a sua palavra e seus compromissos, não podendo voltar atrás de suas decisões. Além disso, é preciso possuir uma união quase que fraternal com seus amigos e companheiros de cadeia, respeitando o código ético de seu grupo.

### **CAPÍTULO 3 - IDENTIDADE E ESTIGMA DE EGRESSO DO SISTEMA CARCERÁRIO**

A discussão deste capítulo é realizada a partir das lembranças narradas sobre características identitárias após a saída da prisão e as situações de tensões e estigmas vivenciados na cidade de Ponta Grossa/PR.

O capítulo está dividido em três seções: a primeira tem como objetivo apresentar as memórias narradas sobre a saída do sistema penitenciário e os sentidos e significados em comum; a segunda seção tem como objetivo entender a invocação da memória sobre a dinâmica de vivência de inserção, reinserção ou reincidência; a terceira seção tem como objetivo compreender a construção de identidades, preocupações, sonhos, sofrimentos, ressignificados em comum e, como essas experiências são narradas a partir de suas vivências na cidade de Ponta Grossa/PR

#### **3.1 SAÍDA DA PRISÃO**

Na escuta das gravações percebe-se que o momento de saída da prisão é esperado ansiosamente por todos os participantes. Suas rotinas durante a reclusão são perpassadas pelo imaginário do que ainda vivenciarão após a saída da prisão e as lembranças do que viveram antes. A experiência do encarceramento se demonstrou a partir das vozes dessas pessoas como um momento de reflexões, que construiu sentidos e significados em comum. O maior de todos foi a valorização da liberdade, o desejo de voltar para o convívio com seus familiares e amigos, retornar a uma rotina semelhante a vivida antes, mas que rompa com qualquer elo que possa os levar novamente a reclusão.

A memória de Rodrigo sobre o momento de sua saída é narrada cheia de detalhes, que ele mencionou que nunca ter contado para ninguém antes:

Foi assim: primeiro eles chamaram meu nome lá na frente. Daí abriram pra mim sair e eu saí. Daí me revistaram até sair e tudo, daí de cara um [...] falou: - você vai subir para o fórum. Eu nem imaginava o que ia ser, daí na hora que eu cheguei no fórum que ele falou, me contou: - você vai embora. Daí eu falei: - será? E ele falou: - vai sim, você vai assinar o alvará e vai embora. Daí eu cheguei e assinei né. Falei com o juiz né. Daí ele me falou as condições que ele ia dar. Daí me soltaram. É, daí ele falou; que eu ia precisar ficar assinando. Daí dali como eu tava com uniforme, daí o juiz falou: - Pode tirar a algema dele, depois que eu assinei o alvará, o juiz falou: - agora ele é um cidadão livre. Ele falou bem assim (sorriso). Aí o [...] falou: - Não, nós não podemos tirar as algemas porque ele vai ter que voltar lá para poder pegar as coisas dele e deixar o uniforme. Daí o juiz pegou e falou: - Não, agora vocês não podem mais algemar ele, podem tirar a algema e colocar ele no banco de trás da viatura, nada de

colocar no camburão. Eu tinha ido no camburão, né. E algemado também com marca passo no pé e tudo (informação verbal)<sup>74</sup>.

As palavras de Rodrigo sobre a imposição do juiz pela retirada das algemas, marcapassos e voltar sentado no banco de trás da viatura e não dentro do camburão demonstrou o simbolismo que esses elementos possuem como instrumento de poder, controle, causador de estigmas e preconceitos. A retirada desses objetos é o que configurava de fato a chegada da liberdade, o que Rodrigo mencionou como ser um “cidadão livre”. De acordo com Orlando Cavallari “[...] o uso de algemas somente deve ser realizado para contenção da pessoa ou para evitar fuga” (CAVALLARI, 2009, p. 86), o que não era o caso de Rodrigo.

Mesmo que todas as entrevistas tenham sido gravadas separadamente, o momento de saída da prisão foi lembrado com riqueza de detalhes por todos, até mesmo entre os mais tímidos. Carlos quando se recordou do momento de saída do sistema carcerário narrou elementos olfativos de sua memória:

Nossa quando eu sai, eu já sou ansioso, mas eu já fiquei mais ansioso, porque eu tava sabendo o dia que eu ia saí. Acho que foi a pior coisa que aconteceu foi terem me falado. Eu queria que tivesse sido surpresa, daí [risos] chegou o dia que era para eu saí mesmo, não deu certo de me levarem na audiência do fórum, porque eu acho que não tinha escolta na cadeia lá. Eu tive que esperar mais dois dias para chegar o dia, daí o dia que eu fui na audiência atrasaram muito para me chamar. Quando me chamaram fui na audiência do fórum, falei com a juíza, ficou certo para eu sair de tornozeleira. Aí cheguei na cadeia, né [risos] só esperando os cara colocar a minha tornozeleira. Aí tinha um outro eu vou falar: -Um lazarento que tava comigo, que ia sair junto também. Ele queria entrar pra cadeia pra tomar banho, pra daí ir embora [risos]. Nossa, eu fiquei de cara esse dia, daí os cara já se desanimar e falaram: -Então por isso, só amanhã. Nossa daí eu lembro que passei a noite inteira acordado, daí no outro dia, era dia de pátio nosso. Não lembro se era quarta ou quinta-feira, mas eu lembro que desde cedo eu tava gritando, chamando o funcionário dizendo que eu queria saí, e que tava pronto pra mim sair de tornozeleira. Mas daí acabei saindo era quase meio dia, minha família inteira estava me esperando lá fora. Nossa, foi bem legal quando eu sai, (sorriso) abracei todo mundo, troquei de roupa porque eu tava com a roupa da cadeia, a roupa tava limpa, mas ficar com a roupa daquele lugar era ruim, tinha que jogar fora. Aí pegamos o ônibus e fomos embora conversando todo mundo! (informação verbal)<sup>75</sup>.

A necessidade que Carlos sentiu em ter que jogar fora a roupa que usou na cadeia demonstra que a construção de sua narrativa se configurou em uma tentativa de rompimento simbólico com aquele ambiente de reclusão que tinha ficava para trás, e que sua roupa estava impregnada com o cheiro da cadeia. Outro elemento que demonstra a necessidade de tentar tirar o cheiro da cadeia do corpo foi que o outro recluso pediu para retornar para dentro do convívio,

<sup>74</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

<sup>75</sup> Entrevista concedida à autora, em abril de 2019.

para tomar um banho antes de sair. O cheiro da cadeia era e é um marcador de identidade, a umidade do local que foi relatada provocava um cheiro de bolor, que ficava impregnado na pele e poderia levar em média de uma a duas semanas para sair.

Ao tecer suas memórias, Ney revelou o significado que a saída da prisão possuiu para ele:

O meu alvará chegou pelo [...]. Falou assim: - Quem é o [...]? Vai ter que subir para o fórum. Mas daí ele fez uma brincadeira primeiro. Disse: -Subiu teu bonde. Eu falei: - que bonde que eu vou seu [...]. Ele respondeu: - para Piraquara. Eu falei: - vamos embora então, estamos aí. Daí na hora do carro ele falou: - Vai pra rua piá! Eu fiquei em choque, não sabia o que fazer. Fazer o que, né, fiquei perdido, tudo mudou (informação verbal)<sup>76</sup>.

A chegada da liberdade demonstrou um sentimento em comum nas palavras de Ney, de se sentir perdido, por mais que existisse um imaginário e um desejo pela liberdade, quando a liberdade chegou não se sabia o que seria de seu futuro. Toda aquela experiência marcou a maneira do sujeito de ver a si mesmo, de ver o mundo e de ser visto pelos outros e por seus pares. Se configurou uma imagem de um futuro incerto, de expectativas, frustrações, de não saber o que viveria, de quais situações enfrentaria após ter vivido a experiência do enclausuramento. O tudo mudou pode estar relacionado as suas percepções de mundo ou até mesmo sobre as configurações do espaço da cidade de Ponta Grossa, pois diariamente se iniciam construções, reformas, obras de saneamento básico e mobilidade social que modificam o espaço urbano.

Os resquícios das lembranças que Tânia narrou sobre a saída do presídio possuem algumas similaridades com Ney. O que Ney expressou que tudo mudou, Tânia falou que saiu meia tonta:

Nossa, quando eu saí da prisão foi o melhor presente. Quando eu saí, eu tava saindo meia tonta. Eu saí em uma segunda-feira, na verdade em uma terça-feira, daí, eu não sabia bem o dia que eu ia sair. Bem naquele dia a minha mãe não foi me visitar, e eu não sabia o porque daí eu tava nervosa também. Daí na terça feira eles falaram que eu tinha audiência no fórum, daí eu falei: - Mas por quê? O quê, que eu fiz? Que eu saiba, eu não tenho mas nenhum B.O. Daí uma [...] lá louca de ruim falou que eu tava com um problema com a polícia federal. Daí eu já comecei a chorar de desespero, porque eu sabia que nunca tive nenhum outro tipo de envolvimento com essas coisas. Daí eu tava chorando lá na frente, daí o [...] falou: - O que que você está chorando? Daí eu falei: - Pois a senhora ali falou que eu to com audiência da federal e eu não sei, eu não fiz nada! Daí ele falou: - Que federal? Chamou ela e falou: - Ela tem audiência da tornozeleira. Daí eu não sabia se eu chorava mais ou, se eu dava risada. Daí sai na terça era cinco e pouco da tarde, daí eu vim e coloquei a tornozeleira. Daí eu falei:-E agora pra mim ir embora? Daí o diretor falou: - A com esse papel você vai embora de

<sup>76</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

graça de ônibus. Mas, eu tava me sentindo fedendo, daí ele falou: -você tem direito a uma ligação. Daí liguei e a minha mãe falou: - Que estava fazendo compra no mercado para levar pra mim. Daí que eu liguei e a mãe foi me buscar. Eu sai meia tonta, a gente sai meio esquisito (informação verbal)<sup>77</sup>.

As lembranças de Tânia também são convergentes com a de Carlos a respeito do cheiro da cadeia. Por ter sido um fator que causou incômodo no momento que chegou a tão sonhada liberdade, o cheiro foi um marcador social e olfativo da memória que se ressignificou em uma invocação das lembranças desse período.

### 3.2 INSERÇÃO OU REINCIDÊNCIA

O retorno à liberdade é composto teoricamente e na via prática dos sujeitos por três prováveis caminhos, são eles a: inserção nos parâmetros sociais por intermédio do emprego formal, ou outra fonte de renda informal, mas que não possua ligação com atividades do crime. A reinserção social que é novamente se reinsere a atividades de sustento que não possuam ligação com o crime e a reincidência criminal que é o retorno as atividades ilícitas. De acordo com Fernando Mello “[...] é o cruzamento entre as escolhas individuais e as redes de significados e de vínculos estabelecidos na e a partir da prisão que se interseccionam nas relações sociais para configurar as normativas de reincidência ou reintegração” (MELLO, 2014, p. 92). Antônio contou como foi seu processo de reincidência e volta ao sistema carcerário:

Quando sai da prisão na primeira mão, eu não acreditava, porque é inacreditável. Daí a juíza perguntou o que eu ia fazer primeiro na minha vida, aí eu falei que ia ligar pro meu patrão pra voltar a trabalhar e alugar uma casa e buscar a minha esposa pra viver comigo. Eu fui muito feliz naquele período, é maravilhoso ganhar a liberdade. Não tem nem como explicar. [...] Aí aconteceu o outro desacerto que foi no meu serviço e eu tive que voltar para a prisão (informação verbal)<sup>78</sup>.

Na ótica da reinserção social, Antônio chegou a atingir os parâmetros estabelecidos pela justiça para ser considerado alguém reinserido no convívio social, que são: possuir renda fixa, de preferência que seja emprego formal, estar inserido no convívio familiar e possuir endereço fixo. A história de Antônio não faz parte da regra de medição de índices de reinserção ou reincidência, pois Antônio faz parte da pequena estatística que representa a exceção. Diferente do primeiro homicídio, que aconteceu em uma festa, o segundo ocorreu em um desacerto no seu local de trabalho.

<sup>77</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

<sup>78</sup> Entrevista concedida à autora, em abril de 2019.

Com riqueza de detalhes Elisabete Taylor contou como foi a sua saída da prisão e o retorno ao convívio social:

Então quando eu fui para o semiaberto, daí na hora que eu tava saindo as meninas começaram a cantar pra mim que a vitória era minha. Muitos falando pra mim: - Parabéns, vai com Deus, que Deus te abençoe, me elogiando, me agradecendo por tudo e pedindo pra Deus que me abençoasse por tudo na minha caminhada. E que não queriam me ver mais ali (risos). Então eu fiquei bem feliz, daí na outra saída minha quando eu vim e fiquei evadida do semiaberto em [...] e daí vim a ficar presa em [...] eu vim e fiquei em Ponta Grossa seis meses e daí fui transferida para Curitiba. Daí quando foi em [...] eu fui para o mutirão e daí o juiz me concedeu tornozeleira porque daí ele falou pra mim: - você vai voltar para o semiaberto. E eu falei: - então eu não quero, me deixe pagar no fechado porque se eu for no semiaberto, eu não volto. Porque é muito triste você sair da cadeia hoje, ver a tua família tudo e teus filhos e amanhã você saber que vai ter que voltar presa de novo, por livre e espontânea vontade. Porque quando eles te prendem você sabe que não vai ter mais jeito de você fugir. Mas, agora você voltar lá e dizer: -Ô, tô aqui. Então é difícil pra gente, e é estranho porque daí eu fui para o mutirão e o juiz me concedeu a tornozeleira e minhas irmãs já foram me buscar na rodoviária, porque minha família teve que comprar a minha passagem pra mim vim embora de Curitiba (informação verbal)<sup>79</sup>.

As palavras de Elisabete e o sentimento de retorno lento e gradual a liberdade, demonstra que a entrevistada não considerou o sistema progressivo de pena, que visa a humanização das penas, mais brando na punição, em contrapartida, considera que intensifica o punir, pois para ela ter que “voltar por livre e espontânea vontade a prisão” pode até ser comparado a um ato de tortura psicológica tomada pelo próprio indivíduo.

Após o cumprimento total de sua sentença, Elisabete conseguiu arrumar emprego formal, mas relatou que mesmo trabalhando e utilizando o monitoramento eletrônico sentiu na pele o preconceito.

Tem aqueles já te conhecem e tem perseguição, sabe? Tipo se você tá andando eles já ficam te cuidando o teu movimento, achando que você está com droga, ou que você está fazendo algo errado. Daí tem o [...] que mora perto da minha casa e ele encontrava o meu sobrinho. Porque eu tava de tornozeleira, porque quando eu saí eu já comecei a trabalhar, e a não me envolver com pessoas que ficavam assim. Eu já comecei a viver outra vida, a ser mais família. [...] Então assim, já fica mais difícil porque você está ali com a sua liberdade, mas você não está tendo uma discriminação só da sociedade, você está tendo uma perseguição deles (informação verbal)<sup>80</sup>.

As palavras de Elisabete demonstraram que ter passado pela prisão acaba torna-se um marcador social na vida da pessoa e é um desencadeador de estigmas e preconceitos. A expressão “tô mais família” carrega o significado e o sentido de rompimento com a vida e atividades do crime.

Para Erving Goffman:

<sup>79</sup> Entrevista concedida à autora, em agosto de 2019.

<sup>80</sup> Entrevista concedida à autora, em agosto de 2019.

O estigma é um relacionamento social de desvalorização em que o indivíduo é desqualificado da aceitação social plena por parte dos outros. [...] O controle social é inerente ao processo de estigmatização. Estigmatizar grupos é uma das formas pelas quais a sociedade como um todo controlado o seu comportamento (GOFFMANN, 1988 *apud* GIDDENS, 2017, p. 249-250).

As lembranças de Bruna se diferem um pouco a dos outros participantes, pois foi a única que relatou ter passado por um processo de inserção social após a conquista do primeiro emprego formal. Contou as lembranças de sua saída do sistema penitenciário e a conquista do primeiro emprego:

Tipo eles me chamaram lá, eles estavam com uma folha, mas eu não queria acreditar. Eu não queria criar esperanças sem saber se era realmente, se era aquilo. Aí eu cheguei na porta e ela falou: - Bruna? E eu falei: - Aham. Aí ela falou: - pegue as tuas coisas que você está indo embora. Eu não acreditei, eu não sabia se eu chorava, ou se eu agradecia a Deus por aquilo que estava acontecendo. Foi muita emoção, pela minha mãe, pela minha família, por tudo que eles estavam fazendo. [...] Aí eles ligaram pra ele [pai] falando que eu ia sair e falaram que era pra eles ir me buscar. Eu saí de lá e, o meu pai foi me buscar, perguntou se eu queria comer alguma coisa. Aí eu falei que não queria nada, aí eu cheguei aqui em casa e estava a minha mãe, a minha filha [se emociona, rolaram lágrimas em seu rosto]. Daí foi tipo o momento mais esperado, que eu sonhei e pedi para Deus, e depois eu já comecei a trabalhar porque fui absolvida e ficou minha ficha limpa, sem registro! (informação verbal)<sup>81</sup>.

Bruna e Tânia relataram a mistura de sentimentos de não saber o que fazer, se choravam, se riam, se agradeciam a Deus. Atribuem o sentido de que a experiência se configurou na realização material e concreta de um sonho, por elas essa situação já havia sido muito esperada e implorada no exercício de sua fé, as palavras expressam um sentimento comum, originado em um espaço de sociabilidade comum.

Após a saída da prisão Carlos vivenciou um momento de reinserção social através de sua volta ao mercado de emprego formal:

Então, o que me marcou um pouco negativamente após sair da prisão acho que foi um pouco difícil para arrumar emprego, mas não demorou muito. Eu saí da cadeia e logo já consegui emprego. Eu fiquei 1 mês descansando e, daí sai levar currículo. Acho que depois de um mês que eu levei uns currículos, daí me chamaram para umas entrevistas depois de uns dois meses que eu saí da prisão eu acho que já tava trabalhando. Foi rápido até (informação verbal)<sup>82</sup>.

Carlos relatou que após sair da prisão foi preciso de um tempo para descansar o que nos leva a entender que foi necessário um momento de reflexão, de tirar o cheiro da cadeia, de

<sup>81</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

<sup>82</sup> Entrevista concedida à autora, em abril de 2019.

pensar sobre novos caminhos a partir de toda a experiência de enclausuramento. Carlos também utilizou esse tempo para se adaptar a uma nova rotina e vida, pois quando saiu da prisão foi direto morar com a sua esposa, que havia casado na prisão. Era uma nova casa, um novo espaço, com novas sociabilidades e se iniciava um novo momento de adaptação social.

Diferente de muitas outras histórias de egressos (as) do sistema carcerário, Ney tivera seu emprego formal mantido após sua saída da prisão:

Graças a Deus cara depois que eu sai da prisão eu já voltei a trabalhar na [...] eu tinha começado a trabalhar lá acho que durante sete meses antes de eu ir preso. Daí eu fiquei oito meses e não fui mandado embora, quando eu sai me recolheram. Eu sempre fui um bom empregado lá, nunca faltei serviço nada, daí me recolheram de novo. Eu sai de lá mais por causa do salário. Eu sai na sexta da cadeia e na segunda-feira eu voltei a trabalhar. Essa parte foi fácil (informação verbal)<sup>83</sup>.

As palavras de Ney sobre o sentido que a experiência de prisão provocou em suas ressignificações foi de um sentimento de interrupções em sua rotina, e após a sua saída, o que ocasionou algumas mudanças foram as transformações da paisagem urbana e o início do seu processo de exercício da paternidade. Mas, ter voltado a trabalhar no mesmo lugar, para Ney, caracterizou um processo de reinserção social aos padrões sociais e jurídicos estabelecidos pela sociedade civil.

Uma das lembranças mencionadas por Ney que mais marcou sua trajetória foi o seu reencontro com Juliano (pseudônimo) após sua saída do sistema carcerário:

Eu tenho amizade com ele hoje, tipo assim, mas não digo de sair curtir com ele, já faz tempo que a gente não sai curtir. Quando eu to aqui com os piá as vezes ele aparece lá, é de boas, quem sou eu para julgar ele, não levo mágoa de ninguém. Quem sou eu para julgar ele. Ele sabe a caminhada dele, e Deus sabe a minha, não vou julgar ele. O dia que eu sai ele veio me visitar e a única coisa que eu falei para ele foi: -siga a tua caminhada porque eu sigo a minha, você me deixou na mão. Ele me pediu desculpa, mas eu não tenho mágoa dele, nunca tive e nunca vou ter (informação verbal)<sup>84</sup>.

Ney mencionou que por mais que ainda exista uma amizade com Juliano, o elo de confiança recíproco foi quebrado, ou seja, por mais que o Juliano frequente os mesmos lugares que ele, Ney não reconhece mais Juliano como membro de seu grupo, não existe uma identidade comum que os caracterizem como iguais. Mesmo não existindo julgamento pela parte de Ney, a experiência vivida por ambos os coloca em lugares de fala, observação e reconhecimento de

---

<sup>83</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

<sup>84</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

padrões de masculinidade diferentes por parte de seu grupo, mesmo ocupando um espaço geográfico em comum.

A memória de Ney recorreu às lembranças de seu amigo Thiago, que pouco tempo depois do reencontro dos dois foi assassinado em um desentendimento com rapazes de uma vila vizinha em uma balada na cidade de Ponta Grossa:

Agora um cara que eu sinto assim bastante falta dele é do falecido Thiago. Ele para mim vai ter minha consideração sempre. Até hoje porque foi o cara que fez o B.O e assumiu, foi homem de assumir, entendeu? Ele chegou e falou, eu escutei o depoimento dele, e ele falava que foi ele e o outro, e que eu não tinha nada ver. Então para mim mesmo ele estando morto, ele merece o meu respeito, como sempre mereceu. O dia que eu saí foi o primeiro que foi na minha casa me visitar. A saudade e a lembrança dele vai ficar sempre. Era um cara que eu não tenho o que falar, eu não consigo nem falar dele, olha aí (duas lágrimas rolaram em seu rosto). Um piá que faz falta, não tem o que fazer, não tenho queixa e não tenho o que falar. Sempre eu lembro dele, você via a alegria no olho dele, e até que ele morreu defendendo um amigo dele (informação verbal)<sup>85</sup>.

As palavras mencionadas sobre Thiago demonstram que, na perspectiva de Ney e de seu grupo, o Thiago foi aquele que cumpriu com o seu papel social de masculinidade, de assumir as consequências de suas atitudes, de manter uma união entre seu grupo de amigos a ponto de estar junto em enfrentamentos físicos com grupos rivais, sem medo das consequências, que podem resultar em prisão ou até mesmo na morte, como foi o caso de Thiago. O amigo de Ney passou pelas duas situações e atualmente jazem em paz em um cemitério da região onde morava. Seu túmulo é visitado por seus amigos, que vão acender velas e rezar por sua alma no local, como ritual de amizade que perpassam esse plano material.

### 3.3 IDENTIDADES E RESSIGNIFICAÇÕES

A construção da identidade de egressos (as) do sistema penitenciário é perpassada por lembranças de alguns momentos da experiência de sentir na pele o preconceito, de maneira direta ou indireta. O preconceito que Elisabete Taylor relatou ter vivenciado chegou a atingir diretamente seu filho na escola:

O meu filho que tem 10 anos e estuda na rede municipal, e daí veio uma menina comentar que a mãe dele está presa. E a professora muito mal instruída, em vez dela pegar e encerrar o assunto por ali, ou pegar a criança e levar na diretoria e chamar a mãe da criança para explicar que é uma discriminação. Não, ela não explicou. Foi e ainda perguntou para o meu filho: - Não tá mais, né? Tipo questionando, né? Indo em dúvida, sendo que ela sabia que eu não estava mais presa, porque tinha reunião e eu

---

<sup>85</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

ia, as coisas eu que assinava. [...] eu acho que tem uma despreparação em questão a disso na rede municipal. [...] Acham, assim que só porque você esteve presa e teu filho foi lá hoje e bateu no coleguinha é porque ele vem de uma família difícil, porque ele veio de um histórico familiar muito difícil, entende? Eles já julgam a criança por causa do histórico do pai e da mãe: -Há porque o pai já ficou preso, a porque há mãe já ficou presa, então a criança não presta (informação verbal)<sup>86</sup>.

As lembranças de Elisabete Taylor remetem ao significado de que a prisão faz parte da vida em sociedade, mas é tratada como um assunto à parte. Em suas palavras, a marginalização para tratar de assuntos ligados a reclusão acaba criando estigmas sociais, preconceitos e diferenciações que não atingem apenas a pessoa que passou pela reclusão, mas também seus familiares mais próximos. O que Elisabete chama a atenção e considera um “despreparo” é para a questão da formação dos professores como mediadores de saberes para debater a multiplicidades de questões que geram estereótipos e possíveis situações de *bullying*. Segundo ela é necessário que se insira no debate sobre as diversidades das questões sociais de que existem familiares de alunos em situação de reclusão nas práticas escolares normais.

Ao tecer suas memórias Tânia atribui significados ao preconceito vivenciado após sair da prisão:

De lembrança negativa que eu tenho depois de ter saído da prisão, foi difícil de arrumar emprego. Foi difícil pelo fato de estar de tornozeleira. Daí via a tornozeleira, e já não aceitavam, inventavam alguma desculpa. Daí depois que eu tirei a tornozeleira, agora graças a Deus eu vou começar a trabalhar registrado, depois de 2 anos (informação verbal)<sup>87</sup>.

O monitoramento eletrônico se configura como um marcador e de controle social na vida das pessoas que são designadas a usar. É a marca registrada que demonstra que a pessoa já esteve em conflito com a lei, desencadeando os preconceitos sociais que muitas vezes se encontravam velados. Mesmo estando fora dos estabelecimentos penais, a pessoa continua possuindo uma vigilância contínua sobre seu corpo e uma limitação para suas atividades. A finalidade do monitoramento eletrônica é desafogar o sistema penitenciário e o descumprimento das normas estabelecidas proporciona o retorno à prisão.

Os estudiosos debatem que existem duas abordagens sobre o controle social: como produto de conformidade, que costuma se concentrar no aprendizado dos papéis sociais e na internalização das normas sociais; e como repressora do desvio, que analisam as associações

---

<sup>86</sup> Entrevista concedida à autora, em agosto de 2019.

<sup>87</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

entre comportamento desviante e as medidas empregadas para reduzi-lo (GIDDENS; SUTTON, 2017, p. 277).

Tânia relatou que não enfrentou apenas preconceito no ambiente de busca por emprego formal, mas também em sua dinâmica de vivência na cidade de Ponta Grossa:

É o preconceito, não só na questão de trabalho, mas também de lugar que você vai. Eu na verdade quando estava de tornozeleira nem calção eu não usava. Até um dia eu fui com a minha mãe no mercadinho, e ela falou: - Você vai de calça com esse calor? Aí eu falei: - É que todo mundo fica olhando. E ela falou: - E daí? Daí fui de calção e todo mundo ficou olhando, parece que acham que a gente é um bicho (informação verbal)<sup>88</sup>.

A expressão utilizada por Tânia, “acham que a gente é um bicho”, demonstra o processo de estranhamento diante de uma situação diferente e como as pessoas que passam pela experiência da prisão são vistas por um coletivo social como alguém que quebrou as regras e por terem passado pela prisão automaticamente passaram por um processo de desumanização, tratando os como o outro, o diferente, criando e reforçando as apartações sociais existentes.

As lembranças de Tânia sobre ter sofrido preconceito ainda se estenderam para mais um trecho de narrativa:

Um dia nós fomos com uma amiga na associação, porque tinha baile. Daí a minha amiga entre aspas, pediu para mim não ficar perto dela porque eu tava com tornozeleira. Daí a minha mãe se revoltou e uns conhecidos também. Aí falaram: - Ela pode estar de tornozeleira, mas ela está pagando pelo erro dela! E você que não está de tornozeleira, mas a tua mente é suja! Aí todo mundo se revoltou! Aí eu peguei e vim embora, porque acabou ali aquele momento pra mim! (informação verbal)<sup>89</sup>.

As palavras mencionadas por Tânia demonstram que o estigma e o preconceito não partem apenas das pessoas desconhecidas, mas também de pessoas próximas, das quais ela jamais imaginaria que teria essa percepção sobre sua passagem pelo sistema carcerário.

A experiência de vivenciar uma situação de preconceito não é relatada apenas pelas mulheres que foram entrevistadas, Carlos lembra de ter vivenciado situações de preconceito:

A isso dava para ver quando a gente saía de shorts na rua, as pessoas sempre olhavam meio, sabe? Eu lembro uma vez que eu fui no mercado de tornozeleira, a mulher me seguindo achando que eu ia roubar alguma coisa, me deu vontade de falar: [uma leve subida no tom de voz] - O que, que eu quero roubar alguma coisa aí, eu tenho dinheiro para comprar, né acha o que? Nem sabe das histórias e fica [risos] é até engraçado.

<sup>88</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

<sup>89</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

Tinha uns povo que ficava com medo, mas era quando eu saia de shorts que as pessoas ficavam olhando. Mas, eu não ligava, foda-se! (informação verbal)<sup>90</sup>.

Carlos utilizou-se de uma estratégia diferente de Tânia em relação as situações de preconceitos percebidas e vivenciadas. Enquanto Tânia relatou que sentia que as pessoas a olhavam como um bicho, se sentia incomodada diante dos olhares de julgamento das pessoas e tentava esconder o máximo que podia o uso do monitoramento eletrônico, Carlos por sua vez, mesmo relatando os olhares de julgamento das pessoas fez questão de mencionar que isso não chegou a afeta-lo de maneira direta em sua subjetividade. Nas palavras de Carlos, as pessoas demonstravam em certa medida medo por ele ter passado pela prisão, e esse medo das pessoas criou um mecanismo de segurança própria e de controle da situação.

As memórias de Carlos não ficaram apenas retidas nas lembranças dos momentos de preconceitos que foram relatados por ele. Ele também fez uma síntese de significados positivos e negativos que a experiência de enclausuramento provocou em sua vida:

Então negativamente acho que foi um pouco difícil para arrumar emprego, mas não demorou muito eu saí da cadeia e logo já consegui emprego. Positivamente a gente tenta melhorar, tentando levar a vida certo, depois que eu saí da cadeia eu to tentando levar minha vida normal. Não fazia as coisas que eu fazia antigamente, mas tá sendo normal (informação verbal)<sup>91</sup>.

As palavras de Carlos demonstram que, em sua perspectiva, a prisão provocou mudanças na maneira de ele ver o mundo e se relacionar com o seu redor, o “tentar levar a vida certo” significa que existe um rompimento com a vida do crime, que seria a vida errada perante os parâmetros de legislação e organização social.

A narrativa de Ney também se une as lembranças de Carlos e Tânia no que diz respeito sobre ter vivenciado alguma situação de preconceito, pois contou:

Na rua tinha gente que me olhava de forma diferente, mas nada que me afetasse. É que nem eu falo: - Quem tem que me julgar é Deus, o único que pode me julgar, o que vem dos outros não me afeta. Agora o dia que Deus me julgar que eu to errado, daí ele sabe o que faz. Só Deus pode me julgar, porque quem é o outro que pode me julgar se não for ele (informação verbal)<sup>92</sup>.

As lembranças de Ney são perpassadas pelos olhares de forma diferente como as pessoas o olhavam, como se a prisão o tivesse diferenciado das outras pessoas, como se fosse

---

<sup>90</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

<sup>91</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

<sup>92</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

uma anomalia. Mas na perspectiva de Ney essas situações não o afetaram diretamente, pois, dentro da sua concepção, valores e crenças, o único que possui o poder para julgá-lo por ter passado pela prisão seria Deus, em uma perspectiva judaico-cristã, o ser supremo e perfeito. Ou seja, para Ney todos possuem erros e as pessoas que o julgavam não estão fora da dinâmica de erros e acerto comportamentais baseados na moral social.

No que tange as lembranças sobre situações de preconceitos vivenciados, a narrativa de Antônio se diferencia dos outros colaboradores, pois ele relatou que o lugar que ele vivenciou situações de preconceito foi na prisão:

Há aqui na cidade no começo eu passei por ser meio dos mato. O povo aqui da cidade, os presos querem ser mais esperto, querem. Mas, daí depois a gente vai pegando o jeito. Isso que é o problema de você cair preso, você cai preso de uma forma e quando sai você está de outra forma. Você não consegue sair igual você entrou. Muitos tem que até fazer tratamento psicológico, altas fitas por aí que eu saiba. Eu por sorte to preparado pra viver a vida de novo, não quero essa vida de crime porque não compensa (informação verbal)<sup>93</sup>.

As lembranças de Antônio demonstram um processo de ressignificação pessoal que a socialização na prisão fez com a sua construção do seu próprio eu. A mudança relatada por Antônio demarca o processo de transformação identitária, e o que chama a atenção é para a questão relatada sobre “ir pegando o jeito, e isso que é o problema de você cair preso, você cai preso de uma forma e quando sai você está de outra forma!”. As transformações citadas como um problema por Antônio se sintetizam na perspectiva de que muitas pessoas que vão presas se vinculam ao crime organizado, ou até mesmo se endurecem, perdendo a percepção de empatia, de se colocar no lugar dos outros, diante das situações de sofrimento vividas.

Todavia, as lembranças posteriores da saída da prisão não são apenas demarcadas por situações de preconceito e estigma, Bruna por sua vez contou as principais ressignificações que vivenciou:

Mudou muita coisa depois que eu saí de lá, eu mudei. Hoje em dia eu não ligo mais para o que as pessoas falam, pelo que as pessoas julgam. Hoje em dia eu não ligo porque eu sei o que eu sou, eu sei o meu potencial. Eu sei do que eu sou capaz, eu aprendi a me valorizar mais, a me amar mais. Eu aprendi a valorizar mais quem eu sou. Então hoje eu deixo que falem, eu estou seguindo a minha vida, estou trabalhando, estou cuidando da minha filha, então eu não ligo mais pra isso. Hoje realmente eu sei que eu sou feliz, porque antes realmente eu não era, hoje eu encontrei o que é realmente ser feliz na vida (informação verbal)<sup>94</sup>.

---

<sup>93</sup> Entrevista concedida à autora, em abril de 2019.

<sup>94</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

Bruna descreve que diante de toda a experiência de privação da liberdade, das restrições, do sofrimento que mencionou anteriormente ter vivido, ela passou por um processo de valorização pessoal e de sua família, que foi seu maior referencial de apoio. Em suas palavras, ela se reinventou, demonstrando que a mudança de identidade pessoal é constante. De acordo com Raymond Williams “[...] pessoas mudam, é verdade, na luta e pela ação. Algo tão profundo quanto uma estrutura dominante de sentimento só é mudada por novas experiências vividas” (WILLIAMS, 2014, p. 30). A prisão é um espaço que se produz experiências diferentes e rompem com a dinâmica da vida cotidiana, o ato de narrar a si mesma é um ato de interpretação das próprias lembranças.

Os relatos de Rodrigo sobre sua vida após a saída da prisão são lembrados a partir da continuidade de seu trabalho como pintor:

Acho que eu não tive dificuldade para arrumar emprego, talvez, seja porque eu trabalho por conta (autônomo) né, não é com registro e nada, daí não exige muita coisa. Eu nunca passei por preconceito por ter sido preso, é, só que eu também nunca comentei, né, (risos) nos meus serviços porque eu trabalho para rico. Nunca comentei que eu fui preso. Se eu falar um troço desse me atropelam do serviço(risos) (informação verbal)<sup>95</sup>.

A narrativa de Rodrigo demonstra como o preconceito existe de maneira velada também e a necessidade de que a experiência de reclusão precisa ser silenciada e uma tentativa de esquecimento, não apenas por ser lembranças de episódios traumáticos, mas também mencionou os significados que a experiência de reclusão causara em sua percepção de subjetividade: “eu acho que melhorei bastante, que uma vez que eu sai já faz 10 anos que eu sai e eu nunca mais me envolvi com nada, e tem muitos que saem e dali um mês tá lá de novo” (informação verbal)<sup>96</sup>. As palavras de Rodrigo demarcam a dicotomia existente entre reinserção social ou reincidência criminal e as dificuldades encontradas no processo de reinserção e integração social. Segundo Ricardo Antunes:

Para a maioria dos egressos, as novas experiências de trabalho tenderão a reproduzir as formas antigas, com o agravamento de que, se na época não eram ex-presidiários, hoje terão de lidar com o acréscimo do preconceito e da estigmatização, em uma sociedade ainda mais precarizada (ANTUNES, 1999, n.p.).

---

<sup>95</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

<sup>96</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

Nas lembranças narradas não perpassam apenas pelas lembranças de reinserção social ou reincidência ao sistema prisional, questiona-se aos sujeitos como é morar na cidade de Ponta Grossa-PR.

Ney respondeu:

Pra mim, morar em Ponta Grossa é normal cara, eu tenho bastante conhecido, bastante amizade, eu gosto de morar aqui. E não tem como eu sair daqui e ir para outra cidade que eu não conheço ninguém, minha rotina já vai mudar, aqui não, eu já tenho meus amigos. Eu posso sair, vou na casa de um amigo. Agora se você andar em um lugar que já não conhece muito, aí não conhece ninguém, aí já é mais complicado. Já é perigoso andar em lugar que você já é conhecido, imagina em um lugar que você não é conhecido (informação verbal)<sup>97</sup>.

Ney reafirmou a importância do ser conhecido como maneira crucial de sociabilidade e até mesmo de segurança perante o desconhecido. Suas palavras apresentam como a cidade se faz presente em seu processo constituinte, como suas vivências, experiências e rotinas o constituem como sujeito. Ainda, demonstra que uma mudança de cidade poderia interferir nas suas próprias percepções de mundo e de como é visto pelos outros, ou seja, uma mudança de identidade pessoal.

As lembranças de nossos(as) colaboradores (as) não são unânimes em relação a cidade de Ponta Grossa. Elisabete Taylor narrou sua vivência em uma perspectiva diferente da de Ney, o que demonstrou uma amostra da pluralidade de sentimentos e percepções em relação ao mesmo tema, mesmo em grupos de observação pequenos:

A eu não gosto muito de Ponta Grossa, porque se você sair no centro você já encontra todo mundo! As mesmas caras feias de sempre, estão ali [risos]. E eu acho assim; que sei lá, que por mais que tenha vila que tá crescendo, mas parece que ela não tá evoluindo na questão de escola, de oportunidade de emprego. Parece que essas coisas assim, não está tendo. Que nem eu fui pra Curitiba com a minha irmã e olhei no terminal que é muito mais movimentado em Pinhais do que aqui, e você olha aquele terminal limpo, um brinco, os ônibus no horário certo, e Ponta Grossa que é uma cidade menor não tem a evolução que Curitiba tem. Parece que tá parada no tempo. É só ali o que o prefeito quê, só o que o prefeito manda. Que nem vão fazer um terminal na Santa Paula, e do que adianta fazer um terminal na Santa Paula se não vai ter ônibus e a passagem vai continuar cada vez mais cara. Aí eu fiquei pensando em Curitiba, os banheiros limpos, tudo limpinho, organizado e local pra você sentar no terminal. Agora aqui não tem respeito, aonde você vai tem aquelas pessoas se agarrando em público, tem pessoas dentro do banheiro fazendo coisas obscenas. Então sabe? É uma coisa que eu não gosto. Por mais que tenha nas outras cidades, parece que lá a [...] não está focada só no tráfico de droga, está focado em tudo. Agora aqui em Ponta Grossa quando você anda pelo centro parece que a [...] só está focada no tráfico de droga. Quando você olha ela está passando umas dez vezes ali naquela rua da frente da [...], e passando naquela ruinha debaixo do [...]. Ali na praça que é um lugar pra ser das crianças está cheio de andarilho e de pessoas fumando, bebendo e aquele monte de cachorrada. Então aqui é um lugar que você não pode nem sair pra ter um momento

---

<sup>97</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

de lazer, e eu não gosto muito da cidade. Não tem porque a cidade não está conseguindo evoluir junto com a população dando oportunidade para as pessoas. Então eu não gosto porque acho que não tem muita oportunidade para as pessoas. Muito demorado os horários de ônibus (informação verbal)<sup>98</sup>.

Destacou em sua narrativa aspectos do descaso do poder público com a população em relação a privação dos momentos de lazer pela demora do transporte coletivo, que é utilizado como segregador da população que depende desse meio de transporte, assim como o descaso de implantação de espaços de lazer nas regiões mais periféricas da cidade. Nos finais de semana a frota de ônibus do transporte coletivo é reduzida e seus horários são estendidos, não apenas pelo fato de diminuir o número de usuários, mas sim na tentativa de tentar impedir a movimentação das pessoas moradoras das regiões periféricas para irem a região central da cidade e usufruir das praças e parques, com também impedir de realizarem passeios nos *shoppings centers*. Toda essa dinâmica demonstra disputas urbanas pela ocupação dos espaços da cidade e o acesso ao lazer como espaço de inclusão e exclusão social.

Elisabete Taylor contou as suas principais transformações de sentido, significado e mudança identitária a partir da experiência de privação da liberdade:

Então hoje em dia eu não gosto de estar em muita bagunça e nem de reunião de muitas pessoas, não que eu seja antissocial. Eu sou uma pessoa bem social, gosto de conversar e tudo, mas tudo tem o momento certo. Eu não gosto de gente enfiada na minha casa, eu gosto de ir lá em um lugar e conversar um pouquinho e tchau, vou embora. Não que eu tenha uma discriminação, mas eu sei que se ela está fazendo errado, e por causa do meu histórico de já ter passagem, amanhã ou depois eu posso cair em uma escuta e só por causa do meu histórico, e pegar e ser punida por causa disso! Então, já tem que ter um afastamento. [...] Tem que mudar realmente, então também é um ponto que você fica mais rígido, você não confia nas pessoas e você já fica com um pé atrás por mais que a pessoa fale alguma brincadeira com você, você já olha de canto e já vê um pingo de maldade na pessoa. Porque você vê que a pessoa está falando isso com um ar de maldade, então você já fica mais crítica, mais observadora, você começa a observar mais e falar menos. Você escuta primeiro a pessoa falar pra depois você pensar, porque tem as regras na cadeia, de você escutar bem pra depois você responder. Eu gosto de conversar com um, ou outro, que eu vejo que é a conversa é produtiva, mas se eu vejo que a conversa não é produtiva, eu já procuro não conversar, procuro me afastar. Não é que eu fiquei antissocial é que eu fiquei mais crítica para a amizade das pessoas. Eu não me abro da minha vida pra ninguém, eu não falo que fui presa, dentro do meu serviço, eu não comentei nada para ninguém. Eles comentam que uma outra menina estava presa, e eu não falo nada porque quanto menos as pessoas souberem da minha vida, será melhor (informação verbal)<sup>99</sup>.

As lembranças de Elisabete demarcaram como a experiência de enclausuramento deixou marcas psicológicas e sociais, mesmo assegurando que é uma pessoa bem sociável, fez

---

<sup>98</sup> Entrevista concedida à autora, em agosto de 2019.

<sup>99</sup> Entrevista concedida à autora, em agosto de 2019.

questão deixar explícito que não gosta “de gentarada” em sua casa, o que fica nítido que sua casa se configurou como o espaço mais íntimo e individual, que rompe com toda a dinâmica da coletividade da prisão. As memórias de Elisabete são ressignificadas no momento em ela afirmou que “ficou mais crítica e seletiva”, que “percebe a maldade em uma brincadeira”, a expressão “precisa ouvir bem, para depois falar” demonstra que a dinâmica da prisão torna as pessoas mais analíticas a respeito do comportamento humano, e que as “brincadeiras e piadas” demonstram características de preconceitos intrínsecos.

Elisabete Taylor continuou mencionando suas mudanças identitárias, de hábitos e de comportamento social:

Eu fiquei mais crítica e mais observadora, eu fico só observando, só observando. Então você fica mais observadora, mais intensa, o teu pensamento evolui. Que nem hoje em dia eu gosto bastante de ler porque eu quero ser advogada. Porque eu já falei que eu quero brigar contra o sistema, porque tem muito descaso, e eu acho assim; que só quem passou pela cadeia consegue ver que a justiça não é um peso de igual para os dois lados, porque quem tem mais dinheiro é mais favorecido, e quem é pobre já fica mais ali abandonado e esquecido, quando chega numa prisão não tem o mesmo atendimento! (informação verbal)<sup>100</sup>.

Diante da Constituição Federal de 1988 está assegurado no artigo 5º, que todos são iguais perante a lei, mas nas práticas históricas e sociais a dinâmica se apresenta diferente. Como se percebe nas palavras de Elisabete e em outras pesquisas consolidadas, a lei e a justiça são executadas de maneira diversificada de acordo com a classe social, gênero e etnia. Para Mariana Barreto: “Existe uma variação entre o rigor da lei e o grupo social do indivíduo, a lei apresenta-se mais branda para brancos e ricos e mais severa para negros e pobres, sendo as pessoas mais excluídas, que são submetidas aos tratamentos prisionais (BARRETO, 2006, p. 20).

A metodologia da história oral permite que os sujeitos narrem suas perspectivas para o futuro, assim, Rodrigo mencionou seus objetivos futuros: “Ter uma casa, comprar um lote”<sup>101</sup>.

Ao narrar seus objetivos futuros, Elisabete Taylor precisou recordar de momento de seu passado fazendo um elo entre o passado rememorado, o presente que se constituiu na entrevista e suas projeções para o futuro:

Então eu fiz um curso de confeitaria, e se eu tenho encomenda de bolo, eu faço bolo. Trabalho como auxiliar de serviços gerais de segunda a sábado. Mas, agora eu to esperando o ECEEJA porque eu quero fazer o ECEEJA para concluir o ensino médio. Quero fazer o Enem e ainda eu quero fazer uma faculdade de direito para poder olhar

<sup>100</sup> Entrevista concedida à autora, em agosto de 2019.

<sup>101</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019. Em contato com a esposa de Rodrigo, em janeiro de 2020, ela contou animada que tinham acabado de conseguir financiar uma casa, e se mudariam em breve para outro bairro.

para as pessoas. Essa sempre foi a minha vontade, depois que acabar todo o meu processo com a mídia, porque isso aí eu também tenho que ver. No Fórum eles falaram que eu vou ter que lutar com um advogado pra tirar da mídia meus dados, porque se pesquisar o meu nome aparece lá [...] foi presa pelo tráfico de drogas, então fica lá e a mídia não tira. Então por mais que eu já paguei, a mídia não tira, continua lá meu nome estampado! Aí eu pretendo entrar dentro dos presídios, de passar a minha história e levar uma palavra, sabe? Porque eu penso assim quando a pessoa começa a escutar o depoimento de uma outra pessoa que viveu a mesma vida dela, mas que superou tudo, ela vai ter uma visão diferente. Igual eu que trabalho em um emprego de serviços gerais e tem outra pessoa que trabalhou de serviços gerais, mas ela foi promovida. Então eu vou me incentivar mais em querer crescer, entende? Porque eu vou ver que ela tinha o mesmo cargo que eu e cresceu porque ela evoluiu. Então eu pretendo poder ajudar de alguma forma. Se eu me formar em direito eu quero poder fazer bastante serviço gratuito de analisar o processo dos presos porque tem muito processo parado. Porque as vezes os presos estão lá e não sabe quanto tempo vai ter que ficar, porque as vezes era pra pessoa já estar no semiaberto, mas o processo está parado porque ninguém mexeu. O meu objetivo é de poder ajudar o próximo dentro da necessidade de cada um (informação verbal)<sup>102</sup>.

Existem dois aspectos mencionados por Elisabete Taylor que se destacaram, o primeiro é o fato de que mesmo tendo cumprido a sua sentença na íntegra, ainda existem registros no *Google*, site de busca na internet, sobre o delito que cometeu, gerando preconceitos e estigmas. Esta causa que fez com que Elisabete entrasse em uma batalha judicial para poder tirar a exposição de sua imagem desse ambiente virtual.

O segundo ponto que é fortemente marcado nas palavras de Elisabete foi o desejo dela se formar em Direito e ser advogada e para poder, mesmo que minimamente, auxiliar as pessoas contra um sistema que se apresenta em suas palavras como seletivo, injusto e que apresenta características machistas e racistas com as pessoas que estão em situação de reclusão. O desejo de Elisabete não é pelo esquecimento de seu passado, mas pela sua reconfiguração que visa um sentido de mudança e transformação e que outras pessoas também sintam o desejo de se reinserir e realizar o “bem” para os outros. A prisão despertou ainda mais o sentimento de empatia e o desejo de ajudar as pessoas que se encontram nessa situação.

Bruna contou sobre seus anseios para o futuro: “O meu objetivo é fazer o técnico em enfermagem, só que agora o meu foco é fazer o meu técnico em farmácia. Fazer o técnico de farmácia para daí cursar o técnico de enfermagem. Para entrar na área que eu gosto que é a área da saúde. Me admira de ver, e poder fazer o bem” (informação verbal)<sup>103</sup>. Bruna almeja entrar na área da saúde para prestar atendimento direto a pessoas em situação de vulnerabilidade, ocasionadas por doenças. Ela não chegou a mencionar se esse já era um sonho antigo, antes de ter passado pelo encarceramento, mas é nítido o desejo que Bruna demonstra em poder ajudar

---

<sup>102</sup>Entrevista concedida à autora, em agosto de 2019.

<sup>103</sup>Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

o próximo assim como Elisabete. Mesmo que ambas tenham mencionado que passaram por um processo intenso de sofrimento no cárcere, se tornaram ainda mais empáticas e dispostas a se engajarem em causas para ajudar as pessoas.

Tânia também contou sobre seus objetivos futuros:

Eu agora quero trabalhar porque igual eu falei pra minha mãe, quando nós estava conversando: -sair daqui eu não vou (da casa dela ao lado da casa de sua mãe), então eu quero trabalhar pagar as minhas continhas e continuar a vida. Sair daqui eu não quero, e uma que é só eu aqui, daí eu vivo sossegada. E eu trabalhando agora vai melhorar tudo. É uma nova fase que se inicia (informação verbal)<sup>104</sup>.

Os objetivos futuros de Tânia são manter um vínculo de trabalho formal, que demarca iniciar uma nova fase, abandonando a experiência com a venda ilegal de entorpecentes, que a levou à prisão.

Carlos contou que seu anseio para o futuro é: “Objetivo futuros agora é conseguir um novo emprego independente da área que seja, e futuramente me formar de agrônomo!” (informação verbal)<sup>105</sup>.

As narrativas de Tânia, Rodrigo e Carlos se entrelaçam pelo desejo de estabilidade financeira e o desejo de aquisição de bens duráveis. Todos os seus objetivos futuros se fundamentam na necessidade de um emprego que os mantenha afastado das motivações que os levou a prisão.

Ney contou suas projeções para o futuro:

Meus objetivos hoje cara, eu quero voltar a estudar ano que vem, eu vou voltar a estudar. Quero fazer um curso agora de mecânica industrial. O meu objetivo é mais o meu piá, eu penso nele. Ele vive comigo, o que eu quero é que ele seja o que eu poderia ser antes, que ele siga uma carreira boa, que tenha um emprego bom, que não se envolva no mundo de droga. Que siga uma carreira boa, que estude. O que eu sempre falo para ele: - Filho quer ser alguém na vida? –Estude, você vê o pai que tá pedalandando hoje. Você vai ter que estudar. É logico que eu vou voltar a estudar, vou lutar para ser alguém na vida, porque está difícil cara, se você não estudar e não tiver nada, já está complicado para quem tem estudo, para quem não tem é pior (informação verbal)<sup>106</sup>.

Para Ney, “ser alguém na vida” é instituído pelo reconhecimento histórico e social que uma formação acadêmica e um emprego estável proporciona aos indivíduos, bem como status sociais e teoricamente rompe com os caminhos que podem levar ao conflito com a lei e suas posteriores punições e preconceitos enfrentados. Antônio relatou:

<sup>104</sup> Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

<sup>105</sup> Entrevista concedida à autora, em agosto de 2019.

<sup>106</sup> Entrevista concedida à autora, em maio de 2019.

Meu objetivo é dar uma vida boa pro meu filho, estudo para que ele não venha cair e passar pelo que eu passei, sofrer, ser humilhado por [...], por [...], por outros [...] mesmos porque sempre tem uns que humilham os outros! Eu quero que ele seja feliz! E espero que uma entrevista que nem essa possa ajudar a mudar o pensamento de muitos jovens para sair do crime, porque o crime não leva a nada. O crime só leva para perdas desgraça, chega uma hora que até a família se afasta da gente, não porque não queiram apoiar a gente, mas eles não tem o dever de apoiar um cara que só tá fazendo errado, matando, roubando e destruindo. Então quando muitos estão na lama, mesmo no pior, muitos volta, que nem eu mesmo quero viver em paz. Mas tem muitos que não volta porque eles não têm apoio. Espero um dia dar bastante palestra pra frente aí, ajuda os jovens a não cair no crime, muito menos no crime organizado, Deus o livre (informação verbal)<sup>107</sup>.

Ney e Antônio possuem uma similaridade de objetivos e projeções futuras, ambos focam em planos e projetos futuros para seus filhos, para que nunca venham a passar pela experiência de aprisionamento como eles. Antônio e Ney demonstraram, em suas palavras a construção afetiva e social da ligação entre pais e filhos, o paradigma da proteção paternal construída historicamente de que seus filhos não passem pelas mesmas experiências traumáticas de sofrimento que passaram e, também, projetam que os seus sonhos sejam realizados por seus filhos. O exercício da paternidade faz com que os sujeitos possam imaginar no outro (seu filho) a melhor parte de si mesmo, como se fosse um contínuo de sua vida, seu legado e expectativas.

No final de sua entrevista Antônio demonstra que possui a intenção de poder ajudar a evitar que as pessoas se envolvam com o crime e que mesmo os que já se envolveram possam sair ao conhecerem sua história de vida, sentindo-se apoiados com trajetórias semelhantes. Tanto Antônio como Elisabete Taylor demonstraram desejo de apoiar as pessoas que passam pelas prisões, como “mostrar” os passos para romper com a vida do crime, para que outras pessoas não venham a passar pelas mesmas experiências que eles.

Tânia finalizou sua narrativa com uma mensagem para os futuros leitores desta dissertação:

Eu acho assim; que a pessoa que nunca entrou nesses mundos do crime, principalmente do tráfico, é só ilusão. É muito dinheiro, mas é tudo ilusão. Não tem dinheiro algum que pague a liberdade. Quem não tá, que nunca pense em entrar é triste (informação verbal)<sup>108</sup>.

Por algum motivo, que jamais saberemos ao certo o que é, se é o estereótipo que a sociedade constrói do ex-apenado ou outros motivos, analisou-se que todos tiveram certa dificuldade de falar de seus sonhos e objetivos futuros. A prisão não apenas lhes tirou a

---

<sup>107</sup>Entrevista concedida à autora, em abril de 2019.

<sup>108</sup>Entrevista concedida à autora, em setembro de 2019.

liberdade por diferentes períodos, também dificultou a capacidade humana de sonharem e terem objetivos futuros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sujeitos desta pesquisa demonstraram em suas memórias narradas que serem egressos da prisão em Ponta Grossa é viver com as lembranças de uma experiência traumática pela perda da liberdade, situações de incerteza, vivências em ambientes com condições desumanas (fome/ambientes insalubres), sofrer violência física e psicológica. Assim verificou-se na memória narrada de nossos entrevistados que emerge uma identidade individual marcada pelo processo de reinserção social, diferente de muitas outras histórias de pessoas que passaram pela prisão, como foi em muitos casos abordados as reincidências. Todavia essa memória individual se entrelaça as lembranças coletivas da restrição da liberdade.

A prisão é um ambiente de tensões entre os próprios internos, de imposição de hierarquias, cenário de múltiplas violências, seja por parte dos agentes do Estado, seja ocasionada por rivalidades dentro do grupo, pela quebra do código de ética e da moral existente. Os costumes em comum se configuram como o peso de uma lei, demonstrando que existe uma cultura prisional composta por elementos identitários perpassada pela sociedade, mesmo que as prisões sejam colocadas às margens dos debates sociais, principalmente no que se trata das organizações criminosas em que existe uma disputa pelo poder nas prisões e das comunidades mais carentes.

Analisamos que existe uma organização oficial sobre os estabelecimentos penais, e outra rígida pelos internos. Assim as pessoas que são privadas de sua liberdade passam por um julgamento oficial e outro interno, conhecido popularmente como o tribunal do crime, que conta com regras, depoimentos e execução das penas, muitas vezes extremamente violentas, sem nenhuma discussão sobre integridade física e psicológica.

A passagem pelo cárcere constitui uma identidade coletiva recheada por práticas linguísticas específicas, as famosas gírias, como também pela utilização da Língua Brasileira de Sinais para comunicação entre os internos.

Ser egresso do sistema prisional em Ponta Grossa tem algumas peculiaridades como por exemplo: por ser uma cidade de médio porte e possuir apenas duas instituições penais, as pessoas que passam, ou passaram, pelas medidas de restrição da liberdade conhecem uns aos outros, pois viveram a mesma situação, o que pode ser diferente e de outras cidades com um número maior de instituições penais e rotatividades de internos. Todavia, ser egresso (a) da prisão, independentemente da cidade é viver sobre vigilância social contínua, estipulada pelos preconceitos e estigmas, como também se verificou na pesquisa de Jusiene Lauermann e Félix

Guazina sobre trajetórias de egressos da prisão em Santa Maria-Rio Grande do Sul (LAUERMANN; GUAZINA, 2013).

As vozes desses sujeitos demonstram o fato social da exclusão de viver às margens da sociedade, de ter dificuldade ao acesso a políticas públicas de inclusão social, dificuldade de acesso ao atendimento de saúde, a emprego formal e a espaços de lazer.

O punir e os preconceitos sociais se configuram como objetos de controle social e psicológicos, pois tentam impor um caráter pedagógico para que os apenados não voltem a entrar em conflito com a lei. Todavia, ao mesmo tempo limita ainda mais as possibilidades, perspectivas e sonhos para o futuro destes.

O conceito de lei foi analisado a partir de E.P. Thompson sobre a construção histórica e cultural de divisões de classes e diferenças existentes a partir da análise da Lei Negra da Inglaterra. Mesmo diante das mudanças de contexto histórico, social e geográfico verificamos que a construção e transformações das leis são mediadas pelos interesses de uma classe social e de valores. O rigor do julgamento e da punição varia de acordo com a classe social, etnia e gênero do sujeito. Mesmo que na teoria se apresente como igual para todos. A partir de toda a estrutura que configura a lei interpretamos como as pessoas que as infringem se compreendem, suas lembranças e experiências.

É nítida a apresentação de uma sociedade machista e patriarcal que pune duplamente as mulheres que se inserem em um espaço pensado por homens para punir outros homens. Foram analisadas as lembranças narradas por elas, constituídas pelos mecanismos de registros sobre as percepções que a sociedade constituiu sobre suas experiências, onde enfrentaram um julgamento por romper com o padrão normativo de gênero sobre feminilidade e maternidade. No caso de Elisabete principalmente fica nítido, que por ela ter ido buscar drogas no Paraguai, o que se configura como uma atividade ilícita, histórica e socialmente colocada como masculina no imaginário social, indicando que o papel de poder de se envolver com o crime são imagens representadas por figuras masculinas. Assim, a mulher grávida que atravessa essa lógica normativa de gênero enfrentou negligência e a atenção à saúde de seu filho como uma forma de punição.

Os filhos das internas do sistema prisional também são punidos por serem separados de suas mães, ou por terem sua liberdade restrita para poderem ficar junto. Quando a mãe está presa a figura materna acaba existindo como imagem para a criança, mas não como presença concreta. O que também ocorre no caso dos pais.

As maiores descobertas dessa jornada foi a compreensão de que a experiência de prisão se configurou como um momento de autorreflexão para os colaboradores. A oportunidade de

conhecer e compreender as relações de gênero na prisão, e poder fazer uma análise em parte feminista a partir das leituras sociais de mundo e participações em grupos de pesquisa, na perspectiva de uma pesquisadora mulher moradora de uma região periférica. Nunca foi almejado querer falar no lugar dos colaboradores, que são os protagonistas desta dissertação, mas sim foi almejado usar o lugar de escrita e fala acadêmica para que essas trajetórias fossem contatadas. O que se espera é que esta pesquisa alcance como resultado desmistificar preconceitos e estigmas historicamente construídos. Assim está dissertação abriu possibilidades de pesquisas que ainda não foram escritos no campo historiográfico.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **População carcerária aumena 400% nos últimos 20 anos**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/populacao-carceraria-aumentou-mais-de-400-nos-ultimos-20-anos-no-brasil> . Acesso em: 2 fev. 2021.

A REDE. **Cadeias de ponta grossa tem realidade oposta**. Disponível em: <http://arede.info/pontagrossa/12978/cadeias-tem-realidades-opostas-e-tratamento-diferenciado>. Acesso em: 11 jan. 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Fábio Alves Ferreira Maia; NAKANO, Tatiana; AQUINO, Maria Lígia. Prevalência de depressão e ansiedade em detentos. **Avaliação psicológica**, v. 8, n. 3, p. 381-390, 2009.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, MYRIAN DOS. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 79, p. 95-111, 2007.

ASSIS, Marluce Maria Araújo; JESUS, Washington Luiz Abreu de. Acesso aos serviços de saúde: abordagens, conceitos, políticas e modelo de análise. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 17, p. 2865-2875, 2012.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BANDEIRA, Marcia Martins. **O sistema progressivo de execução da pena privativa de liberdade no Brasil**: considerações a partir do projeto de reforma do código penal. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2015. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/2555/TCC%20MARCIA%20APRESENTADO%20PASSAR%20PARA%20CD%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 18 dez. 2020.

BARBOSA, Antonio Rafael. Grade de ferro? Corrente de ouro: circulação e relações no meio prisional. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, v. 25, n. 1, p. 107-129, 2013.

BARBOSA, Pietrine Paiva; OLIVEIRA, Nathália Rodrigues. O corpo na obra de Michel Foucault e sua presença no campo da educação física. **Pensar a Prática**, v. 19, n. 4, 2016.

BARRETO, Mariana Leonesy da Silveira. Depois das grades: um reflexo da cultura prisional em indivíduos libertos. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 26, n. 4, p. 582-593, 2006.

BARROS LARAIA, Roque de. **Cultura**: um conceito antropológico. Zahar, Rio de Janeiro. 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967.

BERNARDI, Maria Luiza Lorenzoni. **Gênero, cárcere e família**: estudo etnográfico sobre a experiência das mulheres no tráfico de drogas. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, 2013.

BEZERRA, Bárbara Bruna Araújo. A violação dos espelhos: Uma análise acerca da revista vexatória no cárcere. **Revista Transgressões**, v. 4, n. 2, p. 117-137, 2016.

BÖHM, Thais. Desconfiança e preconceito da sociedade dificultam ressocialização de presos. **Senado Notícias**, 26 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/desconfianca-e-preconceito-da-sociedade-dificultam-ressocializacao-de-presos>. Acesso em: 17 dez. 20.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**: O ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BRASIL. Benefícios: Entenda como funciona e quem tem direito ao auxílio reclusão. **Secretaria Especial da Previdência e do Trabalho**, 2013. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/2013/03/beneficios-entenda-como-funciona-e-quem-tem-direito-ao-auxilio-reclusao/>. Acesso em: 9 nov. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Tradução Rogério Betonni. 1 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CARVALHO, Marcus Renato. Amamentação de presidiárias - Direito cumprido? **Aleitamento**, 2013. Disponível em: <http://www.aleitamento.com/direitos/conteudo.asp?cod=1752>. Acesso em: 19 dez. 2020.

CAVALLARI, Orlando. O Estado e a violação dos Direitos Humanos: O uso das algemas e o abuso de autoridades. **Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro. Brasília: Centro Universitário Unieuro**, v. 1, n. 3, p. 4-86, 2009.

CNN BRASIL. **Brasil alcança a marca de 759 mil presos**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/10/15/brasil-alcanca-a-marca-de-759-mil-presos>. Acesso em: 2 fev. 2021.

CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

DIÁRIO DOS CAMPOS. **Defensoria pública pede transferências de presos do Hildebrando**. Disponível em: <https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/defensoria-publica-pede-transferencia-de-presos-do-hildebrando>. Acesso em: 14 set. 2019.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. **Tempo social**. v. 23, n. 2, p. 213-233, 2011.

DINIZ, Debora; GUILHEM, Dirce. **O que é ética em pesquisa?** São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 296.

ESCOLA BRASILEIRA DE DIREITO. Rebelião: o Estado tem responsabilidade. **Jusbrasil**, 2016. Disponível em: <https://ebradi.jusbrasil.com.br/artigos/419823267/rebelioes-o-estado-tem-responsabilidade>. Acesso em: 1 dez. 2020.

FARIA, Ana Amélia Cypreste; BARROS, Vanessa de Andrade. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. **Psicologia & sociedade**, v. 23, n. 3, p. 536-544, 2011.

FERRARI, Mariana. **O que é necropolítica. E como se aplica à segurança pública no Brasil**. Ponte, 25 de setembro de 2019. Disponível em: <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasil/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002.

FERREIRA, Luisa; MACHADO, Marta; MACHADO, Maíra. Massacre do Carandiru: vinte anos sem responsabilização. **Novos estudos CEBRAP**, n. 94, p. 05-29, 2012.

FILMER, Paul; OLIVI, Leila Curi Rodrigues. A estrutura do sentimento e das formas sócio-culturais: o sentido de literatura e de experiência para a sociologia da cultura de Raymond Williams. **Estudos de Sociologia**, v. 14, n. 27, 2009.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**, v. 4. Trad. Vera Lucia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. São Paulo: Leya, 1997.

FREITAS, Angélica Giovanella Marques. A influência da religião na ressocialização do apenado. **Rio Grande do Sul**, v. 19, 2015.

GALINDO, Rogério. Só, 7,1% das famílias de presos recebem auxílio-reclusão. **Gazeta do povo**, 07 de março de 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/caixa-zero/so-71-das-familias-de-presos-recebem-auxilio-reclusao/>. Acesso em: 9 nov. 2019.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip. **Conceitos essenciais da sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

JUSTIFICANDO. CNJ divulga os mais recentes dados sobre a população carcerária no Brasil. **Justificando**, 08 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/08/08/cnj-divulga-os-mais-recentes-dados-sobre-a-populacao-carceraria-no-brasil>. Acesso em: 26 nov. 2020.

LAUERMANN, Jusiene Denise; GUAZINA, Félix Miguel Nascimento. Para além dos muros institucionais: problematizando os discursos dos egressos do sistema prisional. **Barbaroi**, n. 38, p. 178-197, 2013

MAIA, Bruno Landim. As Penas Privativas De Liberdade: Funções E Execução. **Web Artigos**, 2007.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MELLO, Fernando Athayde Lins de. **As prisões de São Paulo**; Estado e mundo do crime na gestão da “reintegração social”: São Paulo, Editora Alameda, 2014.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. **Ciências e Letras: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras**, n. 27, p. 91-101, 2000.

MULLER, Michele. Diminuição da lotação em mini presídio de Ponta Grossa. **Folha de Londrina**, 26 de julho de 2000. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/diminuiu-lotacao-de-mini-presidio-de-ponta-grossa-293778.html> Acesso em 14 set. 2019.

MORAIS, Maria Perla Araújo. O extermínio como correção: a necropolítica e o romance Assim na terra como embaixo da terra, de Ana Paula Maia. **Raído**, v. 14, n. 35, p. 186-204, 2020.

**Por dentro das prisões mais severas do mundo**. Netflix, 2016. Disponível em: [https://www.netflix.com/watch/80116769?trackId=14170286&tctx=1%2C1%2C765260bd-8404-4412-8e34-2a85fa4afcd5-858024891%2Cde39f462-ba23-4e89-8523-7a36c8f42771\\_122781703X3XX1588622180298%2Cde39f462-ba23-4e89-8523-7a36c8f42771\\_ROOT](https://www.netflix.com/watch/80116769?trackId=14170286&tctx=1%2C1%2C765260bd-8404-4412-8e34-2a85fa4afcd5-858024891%2Cde39f462-ba23-4e89-8523-7a36c8f42771_122781703X3XX1588622180298%2Cde39f462-ba23-4e89-8523-7a36c8f42771_ROOT) . Acesso em: 4 mai. 2020.

PEREIRA, Lara Rodrigues; CARDOSO, Jaqueline Henrique. Comitês de ética: regulamentando a história oral? **Tempos Históricos**, v. 17, n. 2, p. 68-82, 2013.

PEREIRA, Marcela Martins. Direito à visita íntima no sistema prisional brasileiro. **Jus**, jun. 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/21914/o-direito-a-visita-intima-no-sistema-prisional-brasileiro>. Acesso em: 16 nov. 2019.

PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe; TAMAYO, Alvaro. Conceituação e definição de solidão. 1984.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

**POR DENTRO** das prisões mais severas do mundo. Netflix, 2016. Disponível em: [https://www.netflix.com/watch/80116769?trackId=14170286&tctx=1%2C1%2C765260bd-8404-4412-8e34-2a85fa4afcd5-858024891%2Cde39f462-ba23-4e89-8523-7a36c8f42771\\_122781703X3XX1588622180298%2Cde39f462-ba23-4e89-8523-7a36c8f42771\\_ROOT](https://www.netflix.com/watch/80116769?trackId=14170286&tctx=1%2C1%2C765260bd-8404-4412-8e34-2a85fa4afcd5-858024891%2Cde39f462-ba23-4e89-8523-7a36c8f42771_122781703X3XX1588622180298%2Cde39f462-ba23-4e89-8523-7a36c8f42771_ROOT). Acesso em: 4 mai. 2020.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 14, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11233/8240> . Acesso em: 03. fev. 2021.

PRIORI, Claudia. **Mulheres fora da lei e da norma: controle e cotidiano na Penitenciária Feminina do Paraná (1970-1995)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. São Paulo; Editora Record, 2015.

ROSSI, Rodrigo. **Espacialidade carcerária e a instituição de masculinidades entre homens jovens egressos em Ponta Grossa, Paraná**. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. n. 16, p. 115-136, 2001.

SALLA, Fernando *et al.* As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, v. 8, n. 16, 2006.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia clínica**, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SILVA, Bruno Costa; DOS SANTOS, Nivaldo. Sistema penitenciário brasileiro e o alto índice de reincidentes. **Novos direitos**, v. 5, n. 1, p. 32-42, 2018.

SCOTT, Joan Wallach. Experiência. **Revista de estudos de gênero: La ventana**, v. 2, n. 13, p. 42-74, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

STELLA BORTONI. **Código das celas - A gíria que saiu da marginalidade para dominar as ruas e a mídia**. Disponível em: <http://www.stellabortoni.com.br/index.php/artigos/1148-oiigo-ias-iiilas-a-giaia-qui-saiu-ia-maagioaliiiai-paaa-iomioaa-as-auas-i-a-miia>. Acesso em: 12 jul. 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura tradicional**. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VALLS, Álvaro. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

VERDÉLIO, Andreia. Com 726 mil presos, Brasil tem a maior população carcerária do mundo. **Agência EBC Brasil**, dezembro de 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/populacao-carceraria-do-brasil-sobe-de-622202-para-726712-pessoas>. Acesso em: 1 nov. 2019.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**. n. 44, 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Recursos da Esperança Cultura, Democracia, Socialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

1. Qual nome quer ser chamado durante a entrevista?
2. Qual sua idade?
3. Escolaridade?
4. Possui filhos atualmente?
5. Estado civil atual?
6. Conte-nos sobre sua infância?
7. Conte-nos um pouco sobre sua família?
8. Qual colégio você estudou?
9. Conte-nos o que mais te marcou positiva e negativamente no período de escolarização?
10. Conte-nos sobre sua relação com os colegas de escola?
11. Conte-nos sobre sua relação com os professores?
12. Conte-nos sobre sua relação com a própria escola?
13. Conte-nos quais as disciplinas que você mais gostava no período de escolarização?
14. Conte-nos quais disciplinas você possuía maior dificuldade no período de escolarização?
15. Conte-nos sobre sua relação com seus amigos?
16. Conte-nos sobre seu trabalho? (Se existiu antes do aprisionamento)
17. Conte-nos sobre os momentos de lazer?
18. Quantos anos você tinha quando ficou recluso?
19. Ficou quanto tempo recluso?
20. Qual era seu estado civil no período de reclusão?
21. Tinha filhos no período que ficou recluso?
22. Conte-nos como foi sua chegada à prisão?
23. Como era sua rotina no período de reclusão?
24. Conte-nos no que você mais pensava no período de reclusão?
25. Conte-nos o que mais te marcou positiva e negativamente no período de reclusão?
26. Recebia visitas?
27. Como era o convívio junto aos outros reclusos?
28. Por quantos estabelecimentos prisionais você passou no período da reclusão?

29. Conte-nos se passou por alguma instrução escolar no período da reclusão?
30. Chegou a trabalhar no período da reclusão? Qual função exerceu?
31. Conte-nos se passou por alguma qualificação profissional no período de reclusão?
32. Conte-nos se fez algum acompanhamento psicológico no período da reclusão?
33. Vivenciou alguma rebelião, motim? Qual a experiência?
34. Conte-nos como sua família acompanhou todo esse processo?
35. Conte-nos como foi o momento de sua saída da prisão?
36. Conte-nos o que mais te marcou positiva e negativamente após a saída da prisão?
37. Conte-nos se você mudou de endereço após a saída da prisão?
38. Conte-nos como foi seu processo de (re)inserção social?
39. Conte-nos um pouco sobre seus objetivos futuros?
40. Gostaria de contar algo que não foi perguntado?